



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROFIAP - MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA

**NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O IMPACTO DA AUSTERIDADE NO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA – CEFET/RJ.**

**VOLTA REDONDA
2024**

RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA

**NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O IMPACTO DA AUSTERIDADE NO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA – CEFET/RJ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública

Orientadora: Prof^a. Dra. Cláudia Henschel de Lima

Volta Redonda, RJ
2024

Ficha catalográfica automática - SDC/BAVR
Gerada com informações fornecidas pelo autor

O48n Oliveira, Rodrigo Martins de
 Neoliberalismo e Educação: um estudo de caso sobre o
 impacto da austeridade no Centro Federal de Educação
 Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ / Rodrigo
 Martins de Oliveira. - 2024.
 132 f.: il.

 Orientador: Cláudia Henschel De Lima.
 Dissertação (mestrado profissional)-Universidade Federal
 Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Volta
 Redonda, 2024.

 1. Neoliberalismo. 2. Austeridade. 3. Orçamento. 4.
 Educação Tecnológica. 5. Produção intelectual. I.
 Henschel De Lima, Cláudia, orientadora. II. Universidade
 Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
 III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

RODRIGO MARTINS DE OLIVEIRA

**NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O IMPACTO DA AUSTERIDADE NO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA – CEFET/RJ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública

Aprovada em 04 de novembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Claudia Henschel de Lima – Universidade Federal Fluminense (UFF)
Orientadora

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Marcelo Pereira Fernandes – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Volta Redonda
2024

**Em memória de meu amado pai, Luiz Augusto, que em vida sempre me ensinou, com
palavras e gestos, que a Educação não tem preço.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me guiar ao longo desta jornada e me permitir chegar ao final.

Minha profunda gratidão às mulheres que foram pilares fundamentais nesta jornada. À minha esposa Maria Isis, mãe, mulher, trabalhadora. Agradeço por todo amor, paciência e compreensão, e por sempre me apoiar e acreditar em mim. À minha mãe Neuza, por todo seu amor, por todos os sacrifícios; seus ensinamentos de vida sempre iluminaram meu caminho. À minha sogra Davina, por me apoiar dedicando seus cuidados ao meu filho Rafael, que nasceu no decorrer dessa jornada e já completou 8 meses de idade. Essa rede de apoio foi essencial para que eu pudesse avançar em minha pesquisa.

Aos meus filhos, Mariana e Rafael, minhas maiores bênçãos, por trazerem motivação e alegria, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus irmãos, Bruno e Guilherme, pela amizade, apoio e palavras de encorajamento.

À minha orientadora, professora Cláudia Henschel de Lima, por compartilhar seu conhecimento e por todo o suporte ao longo do desenvolvimento desta dissertação.

Aos amigos da turma de 2022 do Profiap, em especial Patricia, Thomaz e Viviane, por compartilharem comigo tanto os momentos de alegria quanto os de angústia, sentimentos muito presentes na pós-graduação.

À servidora Cynthia Ramos, secretária do PROFIAP-UFF, por sempre nos ajudar e esclarecer dúvidas no decorrer da jornada.

À UFF, Campus de Volta Redonda, pela oportunidade de cursar o mestrado PROFIAP e ao CEFET/RJ, pelas condições oferecidas para a realização desta pesquisa.

Aos amigos Rafael Santana, Rônalde Braga, Christiane Rocha, Juliana Ramadas e Rejane Cordeiro, pelo incentivo e suporte.

A todos que, de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade, o meu muito obrigado.

RESUMO

A presente pesquisa resulta da delimitação e análise da seguinte situação-problema: qual foi o impacto da política de austeridade brasileira sobre a Educação – em especificamente, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)? A partir da colocação desta situação-problema, a pesquisa investigou os impactos da austeridade em um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/RJ), durante o período de 2014 a 2022, de modo a analisar como a limitação de gastos públicos, característica de políticas neoliberais, afetou a Educação Profissional Científica e Tecnológica no Brasil. O tema está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), delineados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Agenda 2030 – em especial: ODS 4 - Educação de Qualidade; ODS 10 - Redução das Desigualdades. A partir de uma abordagem metodológica mista, que incluiu análise descritiva da Lei Orçamentária Anual (LOA) e análise de conteúdo de relatórios de gestão de 2014 a 2022, emergiram quatro índices que formalizam o impacto do corte orçamentário sobre a instituição: Índice 1; Estado Permanente de Crise; Índice 2. Empresa Como Modelo de Subjetivação; Índice 3. Precarização do Trabalho; Índice 4. Agravamento da Crise pela Pandemia. Tais índices evidenciam a deterioração das condições orçamentárias da instituição. Os resultados mostraram que a austeridade tem causado dificuldades na execução de políticas como permanência estudantil e no financiamento de atividades acadêmicas, com consequências adversas para o desenvolvimento institucional. Concluiu-se que as políticas prolongadas de austeridade, a exemplo da EC 95/2016, reforçam a lógica neoliberal, enfraquecendo a educação pública e aumentando as desigualdades sociais. Como resultado, a pesquisa gerou um *portfólio* de Recomendações para a solução da situação problema analisada.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Austeridade. Orçamento. Educação Tecnológica.

ABSTRACT

The research arises from the delimitation and analysis of the following problem: What was the impact of Brazilian austerity policies on education—specifically within the scope of the Federal Network of Professional, Scientific, and Technological Education (RFEPCT)? Guided by this question, the study examined the effects of austerity on a Federal Center for Technological Education (CEFET/RJ) from 2014 to 2022, aiming to analyze how public spending restrictions, a hallmark of neoliberal policies, affected Professional, Scientific, and Technological Education in Brazil.

This topic aligns with the Sustainable Development Goals (SDGs). Using a mixed-method approach—including descriptive analysis of the Annual Budget Law (LOA) and content analysis of management reports from 2014 to 2022—four indicators were identified, formalizing the impact of budget cuts on the institution: Indicator 1: Permanent State of Crisis; Indicator 2: The Company as a Model of Subjectivation; Indicator 3: Labor Precarization; Indicator 4: Worsening of the Crisis due to the Pandemic. These indicators illustrate fluctuations in the institution's financial conditions. The findings revealed that austerity has posed challenges to implementing policies such as student retention and financing academic activities, with adverse consequences for institutional development. The study concludes that prolonged austerity policies, such as Constitutional Amendment 95/2016, reinforce neoliberal logic, weakening public education and exacerbating social inequalities. As a result, the research produced a portfolio of recommendations to address the identified issues.

Keywords: Neoliberalism. Austerity. Budget. Technological Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valores de Investimentos do Ministério da Educação (2000-2022)

Figura 1 – O CEFET/RJ no estado do Rio de Janeiro

Gráfico 2 – Comparação entre os valores aplicados pelas UFs e os recursos que seriam aplicados por uma PEC semelhante à 241

Figura 2 – Nuvem de Palavras - Mapeamento das Ameaças da Análise SWOT realizada pelo CEFET/RJ

Gráfico 3 – Gasto mínimo com educação na regra antiga (Artigo 212 - CF 88) e na regra nova (EC 95)

Gráfico 4: Universidades Federais: Despesas de manutenção e funcionamento – Valores corrigidos para janeiro 2023

Gráfico 5: Universidades Federais – Investimento em infraestrutura e patrimônio. Valores corrigidos para janeiro de 2023

Gráfico 6 – Expansão da Rede Federal em unidades (1909-2019)

Gráfico 7 - Matrículas na Graduação, Pós-Graduação (lato/stricto sensu) e no Ensino Técnico do CEFET (2014 a 2022)

Gráfico 8 – Recursos de custeio RFEPCT de 2012 a 2017, em valores reais – jan/2018

Gráfico 9 - Série histórica de orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Gráfico 10 – Percentuais de participação dos créditos destinados às despesas de pessoal e encargos sociais no total autorizado na LOA – CEFET/RJ (2014 a 2022)

Gráfico 11 – Percentuais de participação dos créditos destinados às outras despesas correntes (custeio) no total autorizado na LOA – CEFET/RJ (2014 a 2022)

Gráfico 12 – Percentuais de participação dos créditos destinados às despesas de investimentos no total aprovado na LOA – CEFET/RJ (2014 a 2022)

Gráfico 13 – Percentual executado por GND em relação à dotação atualizada – CEFET/RJ (2014 a 2022)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda ONU 2030) e a austeridade na Rede Federal de Educação

Quadro 2. - Chicago Boys na ditadura Pinochet.

Quadro 3 – Finalidades e objetivos da RFEPCT

Quadro 4 – Metas Traçadas pelo PNE 2014-2024

Quadro 5 – Resumo das Metas PNE 2014-2024 associadas ao CEFET/RJ

Quadro 6 – Amostra de citações extraídas dos Relatórios de Gestão do CEFET/RJ

Quadro 7 – Riscos de restrição orçamentária situados no nível extremo

Quadro 8 – Orçamento condicionado à aprovação do Congresso Nacional – CEFET/RJ (2020)

Quadro 9 – Análise de conteúdo: Índice 1 - Estado Permanente de Crise

Quadro 10 – Análise de conteúdo: Índice 2 - Empresa Como Modelo de Subjetivação

Quadro 11 – Análise de conteúdo: Índice 3 - Precarização do Trabalho

Quadro 12 – Análise de conteúdo: Índice 4 - Agravamento da Crise pela Pandemia de COVID-19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução dos recursos financeiros do tesouro aplicados nas UFs no período 1998-2015 (Valores corrigidos pelo IPCA, a preços de janeiro de 2016)

Tabela 2 – Balanço de cumprimento da meta 8 do PNE 2014-2022

Tabela 3 – Balanço de cumprimento da meta 11 do PNE 2014-2022

Tabela 4 – Balanço de cumprimento da meta 12 do PNE 2014-2022

Tabela 5 – Balanço de cumprimento da meta 13 do PNE 2014-2022

Tabela 6 – Balanço de cumprimento da meta 14 do PNE 2014-2022

Tabela 7 – Balanço de cumprimento da meta 18 do PNE 2014-2022

Tabela 8 – Recursos de custeio RFEPCT de 2012 a 2017 versus nº de alunos e campi

Tabela 9 – Recursos de custeio RFEPCT de 2012 a 2017, em valores reais – jan/2018

Tabela 10 – Centros de Custos que compõem o sistema CEFET/RJ

Tabela 11 – Orçamento do CEFET/RJ na LOA (2014 a 2022)

Tabela 12 – Orçamento do CEFET/RJ na LOA (2014 a 2022), em valores reais – jan 2023

Tabela 13 – Créditos orçamentários autorizados (dotação atualizada) por GND – CEFET/RJ (2014 a 2022)

Tabela 14 – Créditos orçamentários autorizados (dotação atualizada) por GND, em valores reais – jan 2023

Tabela 15 – Execução das despesas de pessoal e encargos sociais – CEFET/RJ (2014 a 2022)

Tabela 16 – Execução das Outras Despesas Correntes – CEFET/RJ (2014 a 2022)

Tabela 17 – Execução das despesas de investimentos – CEFET/RJ (2014 a 2022)

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

BCE	Banco Central Europeu
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Centro de Custos
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
DEMET	Departamento de Ensino Médio e Técnico
DEPES	Departamento de Ensino Superior
DIGES	Diretoria de Gestão Estratégica
DIPPG	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
DIRAP	Diretoria de Administração e Planejamento
DIREG	Direção Geral
DIREN	Diretoria de Ensino
DIREX	Diretoria de Extensão
EC 95	Emenda Constitucional nº 95
FDI	Foreign Direct Investment
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GND	Grupo Natureza de Despesa
IF's	Institutos Federais

IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NRF	Novo Regime Fiscal
ODC	Outras Despesas de Custeio
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
POA	Plano Operativo Anual
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RJ	Rio de Janeiro
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIOP	Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SRP	Sistema de Registro de Preços
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TAE	Técnico-Administrativo em Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	16
1.2. PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
1.3. OBJETIVOS.....	24
1.3.1. OBJETIVO GERAL.....	24
1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	24
1.4. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....	24
1.4.1. NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: CRISES POLÍTICAS COMO MÉTODO.....	25
1.4.2. A VISÃO DE EDUCAÇÃO NO NEOLIBERALISMO: VOUCHERS E AUSTERIDADE.....	28
1.4.3. CRISE E AUSTERIDADE: O CASO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO.....	31
1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO.....	32
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	34
2.1. A AUSTERIDADE NO CAMPO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL.....	34
2.1.1. O ORÇAMENTO DOMÉSTICO COMO LINGUAGEM METAFÓRICA.....	36
2.1.2. O MITO DA CONTRAÇÃO EXPANSIONISTA.....	37
2.1.3. A FADA DA CONFIANÇA.....	38
2.1.4. A NARRATIVA DA CRISE DE DÍVIDA SOBERANA.....	38
2.1.5. PADRÃO OURO E ZONA DO EURO: DAS SEMELHANÇAS E A (IN)COMPATIBILIDADE COM A DEMOCRACIA.....	39
2.1.6. O AUTORITARISMO COMO EFEITO COLATERAL.....	40
2.1.7. SOBERANO É O MERCADO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUSTERIDADE.....	41
2.2. A EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016.....	43
2.2.1. ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA EC 95/2016.....	44
2.3. UNIVERSIDADES FEDERAIS: DA EXPANSÃO E CONQUISTAS SOCIAIS DO REUNI AOS DESAFIOS ORÇAMENTÁRIOS QUE LHE SUCEDERAM.....	46

2.4.	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: BREVE PANORAMA HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS (IFS) E, EM ESPECIAL DO CEFET/RJ.....	48
2.4.1.	A EXPANSÃO DO CEFET/RJ.....	50
2.4.2.	A PANDEMIA DE COVID-19 E A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO NO CEFET/RJ.....	53
2.5.	O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE).....	55
2.5.1.	OS EFEITOS DA AUSTERIDADE NA META 8.....	58
2.5.2.	OS EFEITOS DA AUSTERIDADE NA META 11.....	59
2.5.3.	OS EFEITOS DA AUSTERIDADE NA META 12.....	59
2.5.4.	OS EFEITOS DA AUSTERIDADE NA META 13.....	60
2.5.5.	OS EFEITOS DA AUSTERIDADE NA META 14.....	61
2.5.6.	OS EFEITOS DA AUSTERIDADE NA META 18.....	62
2.6.	OS DESAFIOS NO ÂMBITO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.....	63
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	68
3.1.	NATUREZA DA PESQUISA.....	68
3.2.	INSTRUMENTOS DE COLETA DE INFORMAÇÕES.....	68
3.3.	TÉCNICA DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	69
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	71
4.1.	ASPECTOS GERAIS DA COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO DO CEFET/RJ.....	71
4.2.	ORÇAMENTO DO CEFET/RJ NA LOA (2014 A 2022).....	74
4.3.	ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO CEFET/RJ.....	79
4.4.	ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ÁREAS ESTRATÉGICAS DO CEFET/RJ.....	85
4.4.1.	ÍNDICE 1. ESTADO PERMANENTE DE CRISE (EPC).....	86
4.4.2.	ÍNDICE 2. EMPRESA COMO MODELO DE SUBJETIVAÇÃO (ECMS).....	91
4.4.3.	ÍNDICE 3. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.....	96
4.4.4.	ÍNDICE 4. O AGRAVAMENTO DA CRISE PELA PANDEMIA DE COVID-19.....	101
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107

1. INTRODUÇÃO

“No era depresión, era capitalismo”
(Pixação no Chile, feita à ocasião da revolta de 2019).

1.1. Contextualização.

A presente pesquisa, em formato de dissertação, resulta da delimitação e análise da seguinte situação-problema: qual foi o impacto da política de austeridade brasileira sobre a Educação – em especificamente, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)? A partir da colocação desta situação-problema, a pesquisa investigou os impactos da austeridade em um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/RJ), durante o período de 2014 a 2022, de modo a analisar como a limitação de gastos públicos, característica de políticas neoliberais, afetou a Educação Profissional Científica e Tecnológica no Brasil. Como resultado, a pesquisa gerou um *portfólio* de Recomendações para a solução da situação problema analisada.

O tema, aqui investigado, está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), delineados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a Agenda 2030 – em especial: ODS 4 - Educação de Qualidade; ODS 10 - Redução das Desigualdades. O quadro 1 detalha esse alinhamento e já indica o impacto da política de austeridade na realização desses objetivos.

Quadro 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda ONU 2030) e a austeridade na Rede Federal de Educação

ODS	Descrição	Repercussão da Austeridade nos ODS
4. Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e para todos.	As políticas de austeridade podem comprometer a concretização desse objetivo, especialmente em um contexto em que os cortes orçamentários implicam, dentre outras questões, na redução de bolsas estudantis, prejudicando a trajetória de estudantes vulneráveis. A racionalização dos recursos pode comprometer os investimentos em tecnologia e laboratórios.
10. Redução das Desigualdades	Redução da desigualdade dentro dos países e entre eles.	A restrição orçamentária agrava as desigualdades estruturais ao limitar o papel das universidades e institutos como promotores de justiça social e inclusão, o que dificulta a realização do ODS 10. Em um cenário de recursos escassos, as universidades e institutos situados em regiões mais vulneráveis podem enfrentar maiores dificuldades, dada a tendência de concentração das oportunidades de desenvolvimento em regiões mais centrais.

--	--	--

Fonte: Adaptado da Agenda ONU 2030

A leitura do quadro acima esboça como a lógica da austeridade impacta no papel crucial que a educação pode ter sobre o desenvolvimento sustentável em termos da garantia de educação para todos e de qualidade e da resultante redução de desigualdades sociais. É por essa razão, que começamos essa dissertação com uma epígrafe que reproduz uma pixação recorrente nas ruas do Chile, por ocasião do *Santiagoço* ou *Crise no Chile em 2019*, ou *Explosão social no Chile em 2019*, ou *O Chile despertou*, ou *Primavera do Chile*, ou *Revoltas no Chile em 2019*, ou *evolução dos trinta pesos*, ou *Surto social* – dependendo da cidade em que as manifestações ocorreram.

Inicialmente, as manifestações irromperam em Santiago (capital do Chile), na forma de uma campanha dos estudantes do ensino médio para não pagar a passagem do metrô em Santiago, como resposta ao aumento dos preços. Em 18 de outubro de 2019, a situação se agrava: as manifestações se multiplicam por toda a cidade. E em seguida, elas se estendem por todo o país. Por que mencionamos os protestos de 2019, na forma do uso de uma pixação como epígrafe para esta dissertação? Nosso ponto de partida é a investigação da política neoliberal e do princípio de austeridade que está em sua base. A epígrafe é precisa ao afirmar que não se trata de depressão, mas de capitalismo: ela destaca que a austeridade está na base do neoliberalismo, sendo caracterizada, nas palavras de Mark Blyth (2020), como:

[...] uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade, que (supostamente), se consegue melhor cortando o orçamento do Estado, as dívidas e os déficits. (BLYTH, 2020, p.26)

Dessa forma, afirmar que não era depressão, mas apenas capitalismo é uma ironia que, para nós, denuncia a lógica da austeridade que marca o neoliberalismo hoje e alerta para os impactos profundos na estrutura social e nos indivíduos.

No que se refere à sua definição conceitual, estudos recentes como o que vem sendo conduzido por Pierre Dardot e Christian Laval, em seu livro *A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal* (2016), situam o neoliberalismo como uma nova racionalidade -

para além de uma política econômica, ou mesmo, ideologia – e intimamente vinculada a qualificações morais. Dada, então, a emergência dessa nova racionalidade, se torna oportuno e relevante, investigar como e até que ponto a austeridade impacta as organizações, e quais as possíveis implicações decorrentes da internalização e conformação dessa nova racionalidade.

No que se refere ao campo de investigação acerca do neoliberalismo vigente, Dardot e Laval (2016) sustentam que esta nova razão abrange um conjunto de práticas, discursos e pensamentos que afetam as relações sociais, segundo um modelo em que o sujeito internaliza as responsabilidades pelo sucesso ou fracasso de seus projetos.

Embora se considere típica de uma política neoliberal a construção de uma situação econômica que a aproxime do cânone da concorrência pura e perfeita, há outra orientação, talvez mais disfarçada ou menos imediatamente perceptível, que visa a introduzir, restabelecer ou sustentar dimensões de rivalidade na ação e, mais fundamentalmente, moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência. Foi particularmente no campo do *management* que essa orientação encontrou sua expressão mais forte. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 135 e 136)

A passagem acima analisa como essa racionalidade designa um processo de moldagem dos sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência. No entanto, o sujeito empreendedor – especializado em aproveitar tais oportunidades a partir da concorrência, opera em condições muito específicas: seu comportamento deve estar associado ao rigor, à disciplina, ao sacrifício, à prudência, à capacidade de não desperdiçar oportunidades. É nesse contexto, que a política de austeridade não é só uma importante norma político-econômica para assegurar, na atualidade, o fiel cumprimento da agenda neoliberal dos governos; mas, também, um verdadeiro princípio disciplinador do sujeito, que orienta suas práticas para o mercado.

Austeridade não é um termo de origem econômica. A palavra tem origens na filosofia moral e aparece no vocabulário econômico como um neologismo que se apropria da carga moral do termo, especialmente para exaltar o comportamento associado ao rigor, à disciplina, aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência, à sobriedade e reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos, perdulários (ROSSI et. al., 2019, p.3).

A citação de Rossi et al (2019) situa no termo *austeridade*, o sentido moral, de abordagem do debate fiscal a partir da perspectiva do moralismo e o sentido psicológico de disciplina do sujeito. Essa dupla inserção - moral e psicológica – do termo, é considerada por Safatle (2021), que acentua o componente de filosofia moral presente no campo decisório neoliberal. Safatle (2021) relembra a forma como a então presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, em 2015, se referiu às políticas econômicas

implementadas na Grécia após a crise de 2008: *comportamento infantil*. A frase de Lagarde era precisa e reveladora: “Temos de recomeçar o diálogo, mas com adultos na sala” (VAROUFAKIS, 2019, p. 17)¹. Dessa forma, as análises de Dardot e Laval (2016), Rossi *et al.* (2019) e Safatle (2021) sustentam que a qualificação das decisões políticas por meio de denominações morais – como é o caso de *austeridade* – evidencia a forma como valores morais são mobilizados na conformação da racionalidade neoliberal e para justificar os processos de intervenção social e econômica. A frase de Lagarde (2015), à luz dessas considerações, ganha um sentido preciso: ser contra a política de austeridade – conforme sua crítica à condução da política econômica pela Grécia – seria uma falta moral, uma *conduta infantil* de quem é incapaz de arcar com a responsabilidade de equilibrar suas contas e pagar suas dívidas.

Esse conjunto de referências acerca da forma assumida pelo neoliberalismo (Dardot e Laval, 2016; Rossi *et al.*, 2019; Safatle, 2021), ressoam o clássico curso de Michel Foucault – *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979/2008), que já destacara a ocorrência de uma normatização da conduta do indivíduo como traço de formação dessa nova racionalidade.

Neste curso ministrado no Collège de France, nos anos finais da década de 1970, e imediatamente anterior à ascensão de Margareth Thatcher como Primeira-Ministra do Reino Unido, o autor mostrara como, em uma reconfiguração do liberalismo clássico, o neoliberalismo modifica o papel do Estado: ele não atua mais por meio de políticas de bem-estar social – ou o que Foucault (1978-1979/2008) situara como a *planificação keynesiana* – tampouco se ilude com a possibilidade de mercados autorreguláveis. Nesse novo modelo, a intervenção estatal se faz presente para construir, por dentro do próprio funcionamento do Estado, a ordem de mercado - na economia e, sobretudo, no próprio indivíduo². Desse modo, ordem de mercado e disciplina moral passam a integrar o escopo das práticas de governamentalidade no neoliberalismo, avançando até a camada mais íntima da sociedade: o próprio sujeito.

A partir das formulações presentes em *Nascimento da Biopolítica* (Foucault, 1978-1979/2008), a filosofia política com o trabalho de Dardot e Laval (2016), situa o neoliberalismo como uma ideologia de caráter fortemente normativo, impondo uma nova

¹ Yanis Varoufakis, ex-ministro das Finanças da Grécia, publicou em 2017 o livro *Adultos na Sala: minha batalha contra o establishment*. A obra é um relato autobiográfico sobre sua experiência durante a crise da dívida grega e as negociações intensas com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. O livro é considerado um retrato incisivo de como as dinâmicas de poder e interesses financeiros operam na política econômica global. A escolha do título é, portanto, uma crítica à retórica de racionalidade dos credores, expondo a hipocrisia e as dinâmicas de poder envolvidas.

² É como se Foucault, neste curso, antecipasse a famosa formulação de Margareth Thatcher apresentada em uma entrevista de 1981 para o *Sunday Times*: “A economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a alma”

racionalidade que orienta as relações econômicas, políticas e sociais segundo o modelo de mercado. O sujeito neoliberal é levado a conceber a si mesmo como uma empresa. Em uma leitura comentada da tese de Dardot e Laval (2016), a pesquisa realizada por Dias Mathias (2023) ressalta a importância histórica deste estudo crítico do neoliberalismo, que permite identificar a conformação de uma nova racionalidade: “(...) o neoliberalismo tem, como inovação, vincular a forma como seres humanos são governados à própria forma como o ser humano se “autogoverna”. (...) sua consolidação se dá pela constituição de uma racionalidade, de uma subjetividade, produto da internalização da lógica de mercado, com duas características centrais (...): 1. Generalização da concorrência como norma de conduta; 2. Empresa como modelo de subjetivação”. (DIAS MATHIAS, 2023, p. 46).

Esse “autogoverno” se exprime pelo sentimento que o sujeito tem de ser “responsável” pelo seu próprio sucesso ou fracasso: o sujeito neoliberal é o sujeito competitivo, inteiramente imerso na concorrência. Essa característica da concorrência é central para a crítica de Bourdieu (1998): a generalização da concorrência como norma de conduta do sujeito neoliberal produz a cisão entre a economia e as realidades sociais; o programa neoliberal é, assim, um programa de destruição metódica da coletividade.

1.2. Problema de Pesquisa

No Brasil, a situação não é muito diferente desde, pelo menos o ano de 2014, em que a crise do modelo de bem-estar social já se fazia sentir de forma aguda pelas forças reacionárias que invadiram o país e que fundamentaram toda a movimentação do judiciário para o golpe que depôs o governo de Dilma Rousseff (Alves Junior; Henschel de Lima e Studart, 2019; Alves Junior; Henschel de Lima, 2020). Com o golpe parlamentar em 2016, a ascensão do governo de Michel Temer e, em seguida, com a eleição em 2019 de Jair Bolsonaro, testemunhamos a erosão do modelo de bem-estar social e o aprofundamento do princípio de austeridade neoliberal, de forma contínua, abrangente e sistemática, com impactos em diversos setores sociais: educação, ciência e tecnologia, saúde, previdência, meio ambiente, equidade de gênero e inclusão, segurança.

Essa erosão se deu no marco da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016³ - conhecida como *Lei do Teto de Gastos* - que estabeleceu o Novo Regime Fiscal (NRF) no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, prevendo seu funcionamento por um período de vinte anos.

³ A EC95 foi formulada com base em uma narrativa de que o Brasil atravessara uma crise fiscal decorrente de uma expansão das despesas primárias, que ignorava o declínio da receita desde 2014.

O período de quatro anos do governo Bolsonaro, sob a égide da EC 95/2016, foi um período marcado pelo enrijecimento de gastos reais primários, impactando diretamente com o desfinanciamento de políticas públicas de educação, ciência e tecnologia, saúde etc.

A dimensão nociva do princípio de austeridade se traduz em números muito recentes: são 33,1 milhões de brasileiros que passam fome e 125,2 milhões de pessoas, mais da metade da população do país, vive com algum grau de insegurança alimentar (Gabinete de Transição Governamental, 2022).

No que se refere a educação, o impacto se repete. O *Relatório da comissão de transição governamental* (2022) revela que, de 2019 a 2022, o Ministério da Educação (MEC) e suas autarquias sofreram retrocessos institucionais, orçamentários e normativos: falta de planejamento; descontinuidade de políticas relevantes; desarticulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais e da rede federal de ensino; incapacidade de execução orçamentária; omissões perante os desafios educacionais. O *Relatório da comissão de transição governamental* (2022) chama, ainda, atenção, para a dissolução de uma série de programas (alimentação escolar, construção de creches e escolas, organização curricular, ampliação do tempo integral, iniciação à docência).

Durante o governo Bolsonaro, sob a égide da EC 95/2016, exacerbou-se um processo de enrijecimento dos gastos reais primários, no que diz respeito ao desfinanciamento das políticas públicas de saúde, previdência e assistência social, dentre outras. No entanto, para atender suas necessidades de sustentação política, em quatro anos o atual governo furou o teto de gastos por cinco vezes, gerando gastos no valor de cerca de R\$ 800 bilhões.

As consequências são bastante perniciosas, não apenas no que diz respeito às estruturas do Estado, mas também no que toca ao comprometimento de direitos e políticas públicas de modo geral. (GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL, 2022, p.11).

A passagem acima é muito clara evidenciando a articulação entre o governo Bolsonaro e o programa de austeridade *Uma Ponte para o Futuro* (2015), formulado ainda no contexto do governo de Michel Temer (2016-2018), e que ganhara centralidade ao longo de todo o governo de Jair Bolsonaro. Esse programa definiu o funcionamento da economia em torno do Teto de Gastos (EC 95/2016), de reformas estruturais de redução do papel do Estado brasileiro (Reforma trabalhista em 2017; Reforma da previdência em 2019 - além de uma ameaça constante de reforma administrativa com objetivo claro de redução da máquina pública e dos serviços por ela ofertados).

Em uma avaliação crítica da reforma da previdência, no governo Bolsonaro, o estudo de Alves Junior, Henschel de Lima e Studart (2019) sintetiza o raciocínio do, então, Ministro da Economia Paulo Guedes: “(...) o desafio brasileiro é superar já, e de uma vez por todas, a dependência do Estado. A ordem é reduzir permanentemente os gastos públicos e constranger

ao máximo o espaço para políticas econômicas intervencionistas e expansionistas” (ALVES JUNIOR; HENSCHER DE LIMA E STUART, 2019, p.192). Conforme afirmamos anteriormente, esse conjunto de decisões econômicas impôs danos sobre todos os setores políticos e sociais do país – dentre eles, a educação.

Esses eixos conceituais são importantes para o entendimento do impacto que uma política de austeridade neoliberal teve sobre a estrutura de funcionamento de uma instituição de ensino do porte do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, conforme veremos na seção 2.5, em nosso próximo capítulo.

A análise dos impactos da austeridade no orçamento do CEFET/RJ é fundamental para compreender as limitações e desafios enfrentados pela instituição na execução de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI, que estabelece diretrizes e metas estratégicas para áreas cruciais como ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, depende diretamente de recursos financeiros adequados para sua implementação. A redução de verbas, resultante de políticas de austeridade, compromete severamente a qualidade e a continuidade de projetos e ações previstas no PDI. Conforme veremos ao longo desta dissertação, isso inclui desde a manutenção da infraestrutura institucional até o financiamento de pesquisas e programas de extensão e a política de internacionalização da instituição. A falta de recursos pode levar à diminuição de vagas, corte de bolsas, e restrição de investimentos em inovação e tecnologia, afetando não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a contribuição social do CEFET/RJ.

Neste sentido, a presente dissertação busca contribuir no sentido de evidenciar a importância de um financiamento adequado e sustentado, de modo que os objetivos estratégicos do CEFET/RJ não sejam prejudicados. Ao assegurar os recursos necessários, a instituição pode continuar a desempenhar seu papel essencial na formação de profissionais qualificados e na produção de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Em complemento, o produto técnico tecnológico da dissertação, que se apresenta na forma de um Relatório Técnico Conclusivo, tem o potencial de propor um conjunto de recomendações para mitigar os impactos da austeridade no orçamento, com base na inserção desse problema público na agenda política e de resgate do coletivo, através de uma comunidade mobilizada (Apêndice A).

Partindo, portanto, de uma preocupação legítima com o impacto da política de austeridade, no Brasil, sobre a Educação – em especial, no âmbito da Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), o presente trabalho de conclusão de curso situa-se na modalidade dissertação, e coloca a seguinte situação-problema: quais os impactos da austeridade percebidos atualmente pela RFEPT? A partir da colocação desta interrogação, o objetivo da pesquisa é investigar o impacto da austeridade no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ.

Para a consecução dos objetivos, buscou-se viabilizar, através do estudo de caso, uma análise situacional do CEFET/RJ, de modo que a inter-relação entre fatores macro e microambientes ofereça pistas para responder à situação-problema. Para situar, então, o campo de investigação da pesquisa apresentaremos, ao longo da dissertação, um breve contexto histórico do neoliberalismo, além de sua aceção enquanto processo de governamentalidade, para posteriormente investigar o emprego de políticas de austeridade e seus impactos práticos no CEFET/RJ. O período em estudo será o recorte compreendido entre os anos de 2014 a 2022. A escolha do período é oportuna, por se tratar de um momento de ruptura institucional com a social-democracia e as políticas voltadas para o Estado de bem-estar social, trazendo consigo a retomada do neoliberalismo econômico, marcado: pela fobia do Estado; pela busca pela diminuição do papel do Estado brasileiro como promotor de bem-estar social; pela ascensão de políticas de austeridade e de precarização do trabalho.

A escolha do CEFET/RJ como objeto do estudo se dá pelo fato de o pesquisador ser servidor Técnico-Administrativo em Educação (TAE) e estar lotado na Seção de Administração e Compras dessa autarquia, trabalhando no âmbito de compras e contratações. Como TAE, conhecendo o PDI do CEFET/RJ e lidando diretamente com as limitações do orçamento institucional, foi possível investigar, com maior precisão, o impacto do realinhamento econômico, político e ideológico do país sobre sua estrutura de funcionamento. Neste ponto preciso de afirmação deste realinhamento, cabe retomar a justificativa que encontramos em *Uma Ponte para o Futuro* (2015).

As despesas públicas primárias, ou não financeiras, têm crescido sistematicamente acima do crescimento do PIB, a partir da Constituição de 1988. Em parte, estes aumentos se devem a novos encargos atribuídos ao Estado pela Constituição, muitos deles positivos e virtuosos, na área da saúde, da educação e na assistência social(...) Mas esta mesma Constituição e legislações posteriores criaram dispositivos que tornaram muito difícil a administração do orçamento e isto contribuiu para a desastrosa situação em que hoje vivemos. Foram criadas despesas obrigatórias que têm que ser feitas mesmo nas situações de grande desequilíbrio entre receitas e despesas (...). (...) A solução destas questões não é apenas de natureza técnica: depende de decisão política. (PONTE PARA O FUTURO, 2015, p. 6-7)

O ideário neoliberal de *Uma Ponte para o Futuro* (2015) é claro e pretencioso em seu programa de desmantelamento dos pisos constitucionais que protegem setores como saúde e educação e cuja realização produz, pelo menos, dois riscos: o primeiro é o de deslocar para o

cidadão comum a responsabilidade em prover o que estava garantido pela Constituição brasileira; o segundo, é o de aprofundar os níveis já elevados, no Brasil, de desigualdade social pela elitização do acesso à educação.

1.3. Objetivos.

Com base no conjunto de considerações feitas, até aqui, a pesquisa apresenta seu objetivo geral e específicos.

1.3.1. Objetivo Geral.

O objetivo geral da pesquisa é investigar os impactos da austeridade na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), tomando-se como caso, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, sob a ótica de seu orçamento.

1.3.2. Objetivos Específicos.

Os objetivos específicos são:

1. Identificar como o neoliberalismo se articula às políticas de austeridade;
2. Apresentar uma breve evolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, sua importância e seus impactos sociais;
3. Coletar dados do orçamento do CEFET/RJ sob a vigência da EC 95 (Teto de Gastos), no período de 2014 a 2022;
4. Verificar o comportamento das despesas correntes e de capital no período em recorte, e seus reflexos na estrutura de funcionamento do CEFET/RJ.

1.4. Justificativa e Relevância da Pesquisa.

O advento da Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como Teto de Gastos, propiciou a instituição da austeridade fiscal como remédio amargo da economia, impondo significativas limitações aos gastos discricionários do governo, como saúde, educação, segurança e assistência social, colidindo com o bem-estar da população e as próprias atribuições do Estado. Como efeito colateral, pode-se destacar o esvaziamento de políticas públicas no eixo social, detidamente a ser discutida nesse trabalho a área de Educação.

Traço marcante do neoliberalismo, a redução da participação do Estado acaba por despertar na população e nas instituições uma internalização da responsabilidade por prover educação e saúde e da concorrência; uma vez que, com menos recursos disponíveis, inevitavelmente o sucesso de um projeto ou aquisição acarreta no imediato fracasso de outro, aprofundando a desigualdade. Em uma nova realidade de escassez nos investimentos, as

consequências recaem sobre a qualidade e o acesso a serviços públicos, como é o caso da Educação.

1.4.1. Neoliberalismo na América Latina: crises políticas como método

Na primeira página de *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, Wendy Brown (2015) apresenta o método de expansão do neoliberalismo na América Latina: uma crise política da magnitude de um golpe de estado.

Na América Latina, a experiência prática paradigmática do neoliberalismo ocorre durante a ditadura de Augusto Pinochet, no Chile. Com o golpe de estado, apoiado pelos neoliberais, que retira o socialista Salvador Allende do poder, abre-se terreno para que um grupo de economistas ocupem posições estratégicas do novo governo, sendo conhecidos como *Chicago boys*. O quadro 2 oferece um panorama dos integrantes do *Chicago Boys*.

Quadro 2. Chicago Boys na ditadura Pinochet.

Chicago boys	Cargo no governo Pinochet	Período
Jorge Cauas	Ministro das Finanças	1975 – 1977
Sergio de Castro	Ministro das Finanças	1977 – 1982
Pablo Baraona	Ministro da Economia	1976 – 1979
José Piñera	Ministro do Trabalho e Aposentadorias, 1978-1980, Ministro das Minas	1980-1981
Hernán Büchi	Ministro das Finanças	1985 – 1989
Alvaro Bardón	Ministro da Economia	1982-1983
Juan Carlos Méndez	Diretor do Orçamento	1975-1981
Emilio Sanfuentes	Conselheiro Econômico do Banco Central	
Sergio de la Cuadra	Ministro das Finanças	1982-1983
Miguel Kast	Ministro do Planejamento	1978-1980
Martín Costabal	Diretor de Orçamento	1987-1989
Juan Ariztúa Matte	Superintendente do Sistema de Previdência Privada	1980-1990

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme se observa no quadro 2, esse grupo ocupara posições estratégicas no governo Pinochet, em franca oposição ao eixo central do planejamento econômico do governo de Allende: o estímulo keynesiano à demanda; a redistribuição de riqueza. A avaliação do grupo dos *Chicago boys* é que as propostas de Allende violavam as leis da economia e levariam à destruição da sociedade livre (Whyte, 2023). E Friedrich von Hayek e Milton Friedman - fundadores do modelo neoliberal – foram centrais na incorporação deste modelo pelo governo Pinochet.

Friedman aconselhou Pinochet a impor uma reforma econômica bastante rápida – corte de impostos, livre-comércio, serviços privatizados, cortes nos gastos sociais e desregulamentação. Em alguns casos, os chilenos viram até mesmo suas escolas públicas serem substituídas por escolas privadas mantidas por créditos estudantis emitidos pelo governo na forma de vouchers. Foi a estratégia mais extrema de apropriação capitalista jamais tentada em qualquer lugar, e ficou conhecida como a “revolução da Escola de Chicago”, pelo fato de que muitos economistas de Pinochet tinham estudado sob a orientação de Friedman na Universidade de Chicago. Friedman previu que a rapidez, a brusquidão e o objetivo da mudança econômica

iriam provocar, no público, reações “psicológicas que facilitariam” o ajuste. (KLEIN, 2008, p. 16-17).

Hayek e Friedman aconselharam Pinochet acerca da incorporação do modelo neoliberal na economia chilena. A entrada em cena dos *Chicago Boys*, diretamente influenciados por Friedman foi central na formulação do programa de “choque” econômico. Hayek influenciou os gremialistas católicos conservadores, que produziram uma ordem institucional para proteção da economia. Dessa forma, os *Chicago Boys* e os gremialistas católicos conservadores foram as duas facções da elite civil que definiram a orientação econômica e política do governo de Pinochet: liberalização do comércio; redução dos direitos aduaneiros; privatização generalizada.

Se o Chile foi o caso precursor, ele foi considerado o marco de uma série de situações em que crises políticas e catástrofes humanitárias são consideradas como oportunidade para a implementação de reformas estruturais no Estado e no tecido social, justificando a denominação do neoliberalismo como “capitalismo de desastre”.

Autores de diferentes momentos, como Klein (2008)⁴, Brown (2015; 2019), Sauvêtre, Dardot e Laval (2016), Blyth (2020), Chamayou (2020), Alves Junior e Henschel de Lima (2020) têm discutido como o neoliberalismo considera crises políticas e emergências humanitárias como oportunidade para a implementação sem gradualismo e sem transição, de reformas permanentes na estrutura do Estado.

Sauvêtre, Dardot e Laval (2016), com relação ao Brasil, consideram que o *impeachment* precisaria ser analisado à luz das mudanças políticas que ocorriam na conjuntura política mundial a partir do ano de 2016. Os autores situam o *impeachment*, o golpe na Turquia que levou à ascensão de Erdogan e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos como sintomas de um processo político novo e profundo. Assim, da reunião desses estudos, extraímos para o caso brasileiro do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, um caso exemplar de reformas estruturais no Estado a partir de uma crise política. De fato, a partir do *impeachment*, o Brasil é cenário de uma série de reformas, em que cada uma era apresentada como solução para a retomada do crescimento.

O estudo conduzido por Alves Junior e Henschel de Lima (2020) é fundamental para o esclarecimento das condições de possibilidade para a crise política que assolou o Brasil e levou ao *impeachment* e para as reformas que o seguiram. Nesse cenário de época, em

⁴ Em *Doutrina de choque. A ascensão do capitalismo de desastre* (2008), Naomi Klein analisa os casos do Chile, em 1976, da Rússia, nos anos de 1990, e do Iraque, em 2002, sublinhando – a partir da reunião desse conjunto de estudos de caso - os efeitos danosos das reformas para parte expressiva do povo e premia um conjunto diminuto de beneficiários, a saber, as grandes corporações e grupos de interesse político e econômico.

profunda crise política, é inaugurado um novo regime fiscal, um pacote oferecido como solução milagrosa para a crise econômica que se abatera sobre o país. Pôde-se perceber, a partir daquele momento, uma escalada de medidas de austeridade, utilizadas como fio condutor de projetos políticos neoliberais.

O documento *Uma Ponte Para o Futuro* (2015), do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), é o marco central para esta mudança de rumo que culmina com o *impeachment*. Tal como fora abordado anteriormente, a mobilização de valores morais para tratar de questões de ordem política, econômica e social se faz presente em vários momentos deste documento. Consideremos, então algumas passagens extraídas de *Uma Ponte Para o Futuro* (2015):

Este programa destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos. Em busca deste horizonte nós nos propomos a buscar a união dos brasileiros de boa vontade. O país clama por pacificação, pois o aprofundamento das divisões e a disseminação do ódio e dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores.

(...) Nesta hora da verdade, em que o que está em jogo é nada menos que o futuro da nação, impõe-se a formação de uma maioria política, mesmo que transitória ou circunstancial, capaz, de num prazo curto, produzir todas estas decisões na sociedade e no Congresso Nacional. Não temos outro caminho a não ser procurar o entendimento e a cooperação.

(...) A nação já mostrou que é capaz de enfrentar e vencer grandes desafios. Vamos submetê-la a um novo e decisivo teste.

(...) No entanto, a parte mais importante dos desequilíbrios é de natureza estrutural e está relacionada à forma como funciona o Estado brasileiro. Ainda que mudássemos completamente o modo de governar o dia a dia, com comedimento e responsabilidade (...) (PMDB, 2015, p.2, 5, 19)

O tom um tanto alarmante do texto parte de uma análise da recessão econômica brasileira e aponta para uma trajetória de crescimento insustentável da dívida pública (o Estado grande e perdulário), cuja reversão somente se daria por meio de reformas estruturais (o rigor, a disciplina e o sacrifício). Tenório Neto e Ericson (2020) resumem o teor do discurso:

O documento intitulado “Uma Ponte para o Futuro” foi apresentado em 29 de outubro de 2015, como um programa de preservação da economia brasileira, capaz de tornar viável o seu desenvolvimento. É dividido em títulos voltados à explanação do raciocínio que justificava as medidas propostas pelo partido PMDB. Ao trazer “Um retrato do presente”, por exemplo, o documento tenta situar o leitor no quadro de crise que afligia o Brasil; em “A questão fiscal” são apresentados déficits elevados e tendência ao endividamento do Estado; em seguida, “Retorno a um orçamento verdadeiro” sinaliza a necessidade de cortes nos gastos públicos”; em “Previdência e demografia” há uma tentativa de culpabilizar o envelhecimento da população brasileira pelos gastos com aposentadorias, mostrando um posicionamento a favor de uma reforma da Previdência mais radical; em “Juros e Dívida pública”, faz-se referência à inflação e à meta para seu controle, vinculando-a à queda do juros, reafirmando a necessidades de reformas estruturais; o último tópico do documento, por sua vez, propõe “Uma agenda para o desenvolvimento”,

no qual as medidas de austeridade e a aproximação com a iniciativa privada são explicitadas. (TENÓRIO NETO e ERICSON, 2020, p. 416-417)

A leitura desta passagem é de fundamental importância para o entendimento da crise política da época e da oportunidade aberta para reformas estruturais. Os eixos programáticos do documento permitem a imposição da EC 95/2016, popularmente conhecida como Teto de Gastos. Trata-se de um dispositivo fiscal de limitação de gastos, que condiciona as despesas ao orçamento do ano anterior, corrigido pela inflação. Desse modo, a EC 95/2016 interrompe o aumento de investimentos governamentais, ignorando cenários importantes como a possibilidade de crescimento econômico e demográfico nas próximas duas décadas, prazo de vigência do novo regime. A alternativa de realização de maior investimento em uma determinada área é a retirada em igual proporção de outra, culminando no velho dilema do cobertor curto.

Em face das ponderações do item anterior, é possível analisar os fenômenos a seguir catalogados. Reitera-se que faz parte do objetivo da dissertação, elencar uma galeria de perdas para a educação brasileira, após o golpe de 2016, com retrocessos que não se dão ao acaso; mas que são fruto da racionalidade neoliberal. É o que podemos verificar em 2017, por exemplo, – ano em que entra em curso a Reforma Trabalhista. Trata-se de uma reforma estrutural que se organizou no marco da racionalidade neoliberal – em que vigora, mais uma vez, a ideia de que o Estado precisa se retirar das relações de trabalho por ser grande e perdulário - e do empreendedor de si; através da falsa premissa de liberdade de negociação entre empregado e empregador. Na prática, trata-se apenas de uma sistemática destruição da proteção social, que Krein e Colombi (2019) apresentam sob o tripé: flexibilização das relações de trabalho, fragilização das instituições de proteção e individualização dos riscos. O ataque às organizações sindicais se dá por asfixia: ao dificultar as suas fontes de financiamento, minam-se as estratégias coletivas de negociação, e o trabalhador fica em evidente desamparo em relação ao seu empregador e às condições de trabalho.

1.4.2. A visão de Educação no neoliberalismo: vouchers e austeridade

As formulações desses grandes expoentes do pensamento neoliberal não reconhecem a Educação como um direito social fundamental. A defesa de um estado mínimo, cuja filosofia política apregoa a redução do papel do Estado na sociedade, se baseia na premissa de que menos governo resultaria em maior liberdade individual. Hayek e Friedman até admitem a oferta estatal de Educação, porém com a ressalva de que o Estado não seja o único provedor.

Friedman (1984) introduziu no debate público a proposta de um sistema de *vouchers* para a Educação. O programa, dentre outras finalidades, serviria também para alinhar escolas

públicas e privadas a uma configuração mercadológica, reforçando a concorrência como um valor no neoliberalismo. De acordo com o autor:

A injeção de competição faria muito para promover uma salutar variedade de escolas. E também contribuiria para introduzir flexibilidade nos sistemas escolares. E ainda ofereceria o benefício adicional de tornar os salários dos professores sensíveis à demanda de mercado. Com isso, as autoridades públicas teriam um padrão independente pelo qual julgar escalas de salário e promover um ajustamento rápido à mudança de condições de oferta e da procura. (FRIEDMAN, 1984, p.89)

Esse sistema de *vouchers* foi a mesma solução proposta, alguns anos depois por Friedman (2005), para a destruição provocada pelo furacão Katrina no sistema de ensino de New Orleans. Em *The Promise of Vouchers* (2005), publicado no New Street Journal, o autor afirma: “Most New Orleans schools are in ruins, as are the homes of the children who have attended them. The children are now scattered all over the country. This is a tragedy. It is also an opportunity to radically reform the educational system” [“A maioria das escolas de Nova Orleans está em ruínas, assim como as casas das crianças que as frequentaram. As crianças agora estão espalhadas por todo o país. Isso é uma tragédia. É também uma oportunidade de reformar radicalmente o sistema educacional”] (FRIEDMAN, 2005, página da internet).

A animação demonstrada por Friedman com as oportunidades abertas pela crise humanitária imposta pelo furacão Katrina revela, assim, a verdade do capitalismo concebido pela Escola de Chicago: o capitalismo de desastre.

Estas, se puderem ser introduzidas rapidamente, reorganizam a conjuntura econômica e política, tornando inviável a reação daqueles atordoados pela crise e pelas reformas. Mais ações econômicas são deslocadas da esfera política para o livre-mercado em nome de mais liberdade para o indivíduo.

Para Klein, contudo, as reformas de Friedman, na prática, não têm referência na liberdade. A sua “doutrina de choque”, empregada com sucesso para analisar os casos do Chile, em 1976, da Rússia, nos anos 90, e do Iraque, em 2002, sublinha os efeitos danosos das reformas para parte expressiva do povo e premia um conjunto diminuto de beneficiários, a saber, as grandes corporações e grupos de interesse político e econômico.

Já para Hayek (1985), seria perniciosa “a idéia de que todas as necessidades públicas deveriam ser satisfeitas pela organização compulsória, e de que todos os recursos que os indivíduos estão dispostos a destinar a propósitos públicos deveriam ficar sob o controle do governo, é inteiramente estranha aos princípios básicos de uma sociedade livre.” Quanto ao ensino superior, Hayek não o enxerga como um direito. Para ele, o acesso irrestrito não seria de interesse geral, além de entrar em choque com a necessidade de garantir o financiamento

de um ensino mínimo obrigatório para todos. Financiar a educação superior com recursos públicos para uma ampla faixa da população seria excessivamente oneroso.

Mises expõe um pensamento ainda mais radical, que questiona a ideia de que a educação proporciona igualdade de oportunidades. Para ele, a desigualdade entre os homens é um fato de que não se pode esquivar:

Também se afirma frequentemente que o fracasso do homem pobre no processo de competição é causado por sua falta de instrução. Só pode haver igualdade de oportunidade, costuma-se dizer, quando a educação, em qualquer grau, se torna acessível a todos. Prevalece hoje a tendência de reduzir as diferenças entre as pessoas a diferenças de educação, negando-se a existência de diferenças inatas como a inteligência, a força de vontade e o caráter. Geralmente não se percebe que a educação nunca pode ser mais do que uma doutrinação de teorias e ideias já conhecidas. A educação, qualquer que seja o seu benefício, é transmissão de doutrinas e valores tradicionais. É, por necessidade, conservadora; produz imitação e rotina, e não aperfeiçoamento e progresso. Os inovadores e os gênios criadores não se formam nas escolas. Eles são precisamente aqueles homens que questionam o que a escola lhes ensinou. (MISES, 2010, p.375)

Não por acaso, essas visões convergem com os discursos de parlamentares, ministros e também do então presidente da República, Jair Bolsonaro. Em entrevista à TV Brasil, o ex-Ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que a “universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade” (2021) . Esse pensamento converge com Hayek, na medida em que o direito irrestrito de acesso à universidade supostamente não atenderia ao interesse geral da sociedade.

Paulo Guedes, ex-ministro da Economia no governo Bolsonaro, havia anunciado o sistema de *vouchers* para a educação no Fórum Econômico Mundial em 2020. Guedes apresentou a medida como parte da estratégia do governo federal para reduzir a desigualdade social. No entanto, as maiores críticas a esse modelo destacam seu potencial para aumentar as disparidades nas oportunidades educacionais. A proposta foi amplamente testada no Chile a partir de 1980, implementada por economistas liberais que seguiam a mesma linha de pensamento da Universidade de Chicago, à qual pertence o ministro brasileiro.

Um relatório de 2018 da Universidade do Colorado destacou os efeitos prejudiciais da política de *vouchers* no Chile: as escolas públicas em regiões mais pobres passaram a competir por recursos públicos com instituições privadas e escolas públicas em áreas mais privilegiadas, que, conseqüentemente, apresentavam melhores resultados. Assim, a camada mais rica da população manteve acesso às melhores escolas, enquanto as pessoas de menor renda ficaram dependentes de instituições cada vez mais debilitadas.

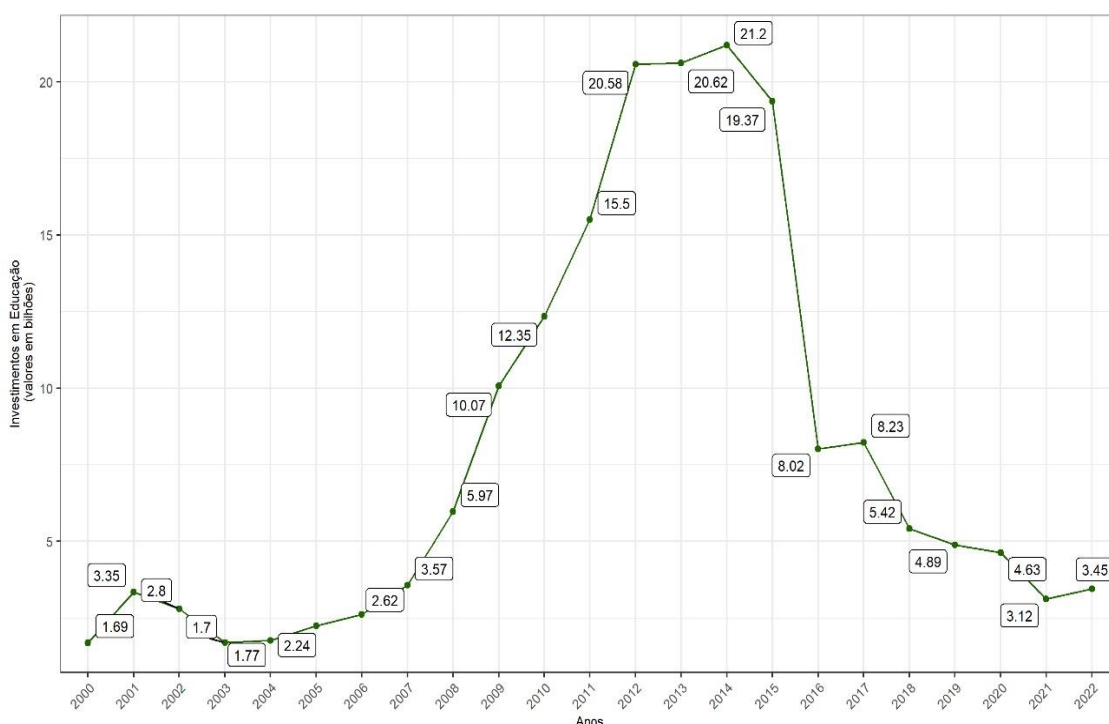
As escolhas de todas as famílias ficam limitadas pelo fato de as escolas escolherem quais os candidatos a admitir. As escolas discriminam os alunos de várias maneiras, incluindo políticas de admissão seletivas e co-participação nos pagamentos, que criam escolas altamente

segregadas e estratificadas, centradas mais no *status* social do que nos acadêmicos (TREVINO et. al, 2018).

1.4.3. Crise e austeridade: o caso da Rede Federal de Educação

O limite temporal de 2016 a 2022 delimita o elemento central do presente estudo: o impacto da austeridade na educação. O gráfico 1 apresenta a série histórica de investimentos a partir dos anos 2000, evidencia o caráter de descontinuidade da política de investimentos na Educação.

Gráfico 1 – Valores de Investimentos do Ministério da Educação (2000-2022)



Fonte: Observatório do Legislativo Brasileiro (2022)

É possível notar que a curva de ascensão atinge seu pico em 2014, sofre uma redução gradual em 2015; para, a partir de 2016 despencar, culminando no ano de 2022, em um retrocesso de 20 anos. É notória a semelhança dos números de 2022 e de 2000, início da série histórica aqui representada, indicando o recuo e a desestruturação da política de investimentos na Educação.

Em uma análise dos cortes orçamentários na educação, pela ótica da austeridade, Rossi *et. al.* (2019) destacam que a defesa da austeridade fiscal sustenta que, diante de situações de crise com conseqüente desaceleração econômica e aumento da dívida pública, os governos devem realizar ajustes na busca do equilíbrio econômico, preferencialmente com o corte de gastos públicos em detrimento do aumento de impostos. Advertem ainda que: “[...] em uma economia em crise, a austeridade pode gerar um círculo vicioso em que o corte de gastos

reduz o crescimento, o que deteriora a arrecadação e piora o resultado fiscal, levando a novos cortes de gastos. (ROSSI *et. al.*, 2019, p. 5-6).

Pelo aspecto do serviço da dívida, o peso da balança fiscal parece ser mais leve. O estudo conduzido por Lanzara e Costa (2021) sustenta que, como não há contingenciamento normativo para as despesas financeiras, estas oscilam ao bel-prazer de variáveis macroeconômicas. No que classificam como “austeridade seletiva”, esses padrões favoráveis ao mercado, por um lado equacionam a pressão fiscal sobre empresas e rendas, com intuito de reforçar o estímulo ao enriquecimento e investimentos privados; e por outro, buscam a redução dos gastos públicos e dos programas sociais em prol do equilíbrio da dívida do Estado (Lanzara e Costa, 2021). Tomando como referência essa classificação de “austeridade seletiva”, é possível destacar como a austeridade ataca toda a estrutura da política de investimento da educação.

No caso do CEFET/RJ, esse ataque se evidencia sobre os seguintes macroprocessos: ensino; infraestrutura; internacionalização; tecnologia da informação; administração e planejamento; pessoal; ensino e pesquisa.

A partir do conjunto de considerações expostas até o momento, em articulação com o objetivo geral da presente dissertação, espera-se, facilitar a compreensão de como decisões decorrentes da austeridade afetam o cotidiano da Rede Federal, tomando o CEFET/RJ como campo da pesquisa; e contribuir com subsídios para a construção de um conjunto de recomendações para mitigar os efeitos danosos da austeridade. Entende-se que a proposição de um documento-guia, que apresente a síntese crítica da austeridade, expondo seus principais efeitos danosos na estrutura de funcionamento do CEFET/RJ, e de um plano de ação, voltado à redução de seus riscos e danos, são úteis aos gestores do CEFET/RJ, com potencial impacto para outras estruturas de ensino.

Uma reflexão sobre a austeridade será conduzida na próxima seção de nosso referencial teórico.

1.5. Estrutura do Trabalho

A dissertação está dividida em cinco capítulos, incluindo a introdução.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico da pesquisa, que em suas seções se propõe mostrar como a austeridade é um instrumento de consolidação da racionalidade neoliberal. Também é apresentado um panorama da Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil e os desafios orçamentários no contexto das universidades, institutos e do Plano Nacional de Educação (PNE).

O terceiro capítulo está dedicado à apresentação dos procedimentos metodológicos.

No capítulo quatro são apresentados os resultados e discussões, divididos em duas partes: quantitativa, com a análise do orçamento do CEFET/RJ; e qualitativa, com a análise de conteúdo dos relatórios de gestão referentes ao período em recorte.

No quinto capítulo, são apresentadas as considerações finais da pesquisa. Além disso, há um apêndice com o relatório técnico conclusivo, resultante do presente trabalho, que apresenta uma proposta para mitigar os impactos da austeridade no CEFET/RJ.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A austeridade no campo da racionalidade neoliberal

Dardot e Laval (2016) situam o neoliberalismo como um sistema de normas profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais e nos estilos gerenciais. Trata-se de uma racionalidade, que generaliza a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação. No mesmo caminho de Foucault (1978-1979/2008), os autores retomam o colóquio Walter Lippmann como momento fundante do neoliberalismo. Apesar das clivagens anteriormente mencionadas, os neoliberais tinham em comum a generalização da concorrência como norma de conduta.

A promoção do princípio da concorrência introduz um deslocamento em relação ao liberalismo clássico: o mercado não é mais definido pela troca, mas pela concorrência. Se a troca funciona pela equivalência, a concorrência implica desigualdade. (DARDOT; LAVAL, 2016). E para fazer valer essa lógica concorrencial, podemos interrogar: como se dá a contenção ou até mesmo a supressão das intervenções do Estado, de modo a reduzir as “perturbações” no jogo do mercado? É a partir dessa nova razão que se instrumentalizam as políticas de austeridade.

A partir desse contexto, refletiremos como a austeridade pode se constituir em um instrumento de conformação da racionalidade neoliberal.

Sob o argumento de promover um reequilíbrio no déficit público, recuperar a confiança dos mercados e gerar potenciais investimentos, as políticas de austeridade acabaram por se tornar um fim em si mesmas, a partir de reiteradas articulações pela sua implementação, que optam por ignorar o fato de que essas políticas na verdade produzem o oposto: recessão e estado permanente de crise. Reforçando a ideia de que a austeridade é um “senso comum”, que não está apoiada em evidências empíricas, alguns mitos tiveram de ser construídos para que se pudesse conformar a sociedade a aceitar os discursos da agenda neoliberal.

Frequentemente referenciada como uma teoria econômica, uma análise mais cuidadosa pode demonstrar que a austeridade na verdade carece de fundamentação técnica para se constituir enquanto teoria. De acordo com Alves Junior (2021):

As tentativas de sustentar as duras políticas de austeridade com comprovações empíricas têm fracassado enormemente. Há um caso famoso, envolvendo dois economistas de renome mundial, Carmem Reinhart e Kenneth Rogoff, que publicaram um estudo sobre a dívida pública e o crescimento, que foi empregado em todo mundo. Ali se estabeleceu uma espécie de ponto crítico para endividamento, em torno de 60% do PIB, além do qual o crescimento dos países diminuiria. Ocorre

que, ao se examinarem os dados, descobriu-se que havia problemas metodológicos graves que, uma vez corrigidos, não permitiriam que se chegasse a qualquer relação entre dívida pública e crescimento. (ALVES JUNIOR, 2021)

Esse episódio ficou conhecido como *Excelgate*. Um estudante de economia, ao tentar replicar os resultados do estudo, não chegava às mesmas conclusões. Ao analisar uma planilha, identificou um erro de fórmula, que contemplava acidentalmente apenas 15 células numa filtragem de 20 países em análise. Essa seleção incorreta era parte de um cálculo-chave para relacionar dívida pública e crescimento. Entretanto, mesmo após o reconhecimento das falhas metodológicas, não se abriu mão do argumento central de que a contração fiscal é necessária para obter maior crescimento econômico. Mesmo quando demonstradas as suas inconsistências lógicas e os fracassos empíricos, a austeridade insiste em não morrer. John Quiggin (2010) classifica essas ideias econômicas como “zumbis”. De acordo com o autor, a crise financeira global de 2008 expôs a falácia de alguns princípios difíceis de eliminar, que alimentaram o liberalismo de mercado. Podemos destacar os exemplos da economia do gotejamento (*Trickle-down*) e das privatizações.

A economia do gotejamento afirma, por princípio, que o enriquecimento dos ricos beneficia a todos. Segundo essa teoria, as reduções de impostos sobre rendimentos e ganhos de capital, além de isenções tributárias para grandes empresas, estimulam o investimento, aumentam a capacidade produtiva e conseqüentemente entregam o crescimento econômico de forma geral. É a conhecida “teoria do bolo” (fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo). Porém, na prática, o crescimento do bolo não implica em uma distribuição mais igualitária das fatias. Neste sentido, vale considerar a referência de Quiggin (2010), que afirma que:

A experiência dos Estados Unidos durante as décadas de liberalismo de mercado, desde a década de 1970 até à crise financeira global, dá pouco apoio à visão do trickle-down. O produto interno bruto dos Estados Unidos cresceu solidamente neste período, se não tão rapidamente como durante o boom keynesiano do pós-guerra. Mais relevante para a hipótese do trickle-down, os rendimentos e a riqueza dos americanos mais ricos cresceram espetacularmente. Os rendimentos no quinto percentil da distribuição de rendimentos duplicaram e os dos 0,1% mais ricos quadruplicaram. Em contraste, os ganhos para as famílias situadas no meio da distribuição de rendimentos foram muito mais modestos. [...] O rendimento familiar mediano real aumentou de quarenta e cinco mil dólares para pouco mais de cinquenta mil dólares entre 1973 (o último ano da longa expansão do pós-guerra) e 2008. A taxa anual de aumento foi de 0,4%. (QUIGGIN, 2010, p.153, tradução nossa)

O exemplo das privatizações também é oportuno, por estar sempre presente no debate público. Seus defensores dizem que o governo não pode gerir uma economia tão bem como o setor privado, embora muitos esforços de privatização tenham falhado. O mesmo autor destaca algumas falhas notáveis no setor de ferrovias:

A privatização dos sistemas ferroviários tem-se revelado consistentemente problemática. No Reino Unido, a última grande privatização sob o governo

conservador de 1979-97 foi a do sistema ferroviário, que foi dividido em duas partes. Uma única empresa, a Railtrack, possui e administra a própria rede ferroviária. E várias empresas diferentes, cada uma responsável por uma determinada região, administravam os serviços de trem. Uma série de fracassos forçou o Governo Blair a renacionalizar a Railtrack em 2002. [...] O maior contrato ferroviário, a linha principal da Costa Leste foi renacionalizada em novembro de 2009. O metrô de Londres, parcialmente privatizado, foi renacionalizado em 2008. Nova Zelândia também renacionalizou a sua rede ferroviária em 2003 e as operações ferroviárias em 2008. (QUIGGIN, 2010, p.195, tradução nossa)

Além disso, a despeito da venda de empresas estatais poder trazer benefícios econômicos momentâneos, é preciso levar em conta como a indisponibilidade futura de entidades que promovem receita podem afetar o orçamento governamental de longo prazo. Contudo, ainda que fatos deponham em desfavor dos argumentos de austeridade, permanece viva a ideia.

De acordo com Rossi e Brasil (2021), apesar da sua ineficácia, a austeridade fiscal não é irracional. A austeridade é uma política de classe, uma resposta dos governos às demandas das elites econômicas e do mercado financeiro, cujos interesses minam os direitos sociais da população. Ao gerar recessão e desemprego, a austeridade reduz pressões salariais e aumenta margens de lucros. Cortes de gastos e redução das obrigações sociais abrem espaço para futuros cortes de impostos das empresas e elites econômicas (Rossi e Brasil, 2021).

Parte disso poderia ser explicado pelo fato de o discurso da austeridade possuir um grande sentido intuitivo. Afinal, como prosperar aumentando despesas? A austeridade possui uma linguagem apelativa, habilmente utilizada pelo poder político, aprofundando uma racionalidade.

Em sua obra *Austeridade: a História de uma Ideia Perigosa* (2020), Mark Blyth desconstrói argumentos utilizados para vender a ideia da austeridade, através da análise de seus efeitos práticos. Neste contexto, resgatamos alguns argumentos comuns na defesa de políticas de austeridade, mas que deveriam ser situados no campo das falácias: 1) a metáfora do orçamento doméstico para explicar o orçamento público; 2) a contração fiscal expansionista; 3) a fada da confiança; 4) a crise de dívida soberana enquanto narrativa.

2.1.1. O orçamento doméstico como linguagem metafórica

A metáfora do orçamento doméstico é muito utilizada para ilustrar conceitos econômicos e persuadir a população a assimilar a dinâmica do governo tal qual a dinâmica de uma família.

Durante uma cúpula de Chefes de Estados de Língua Portuguesa, em 2016, o então presidente Michel Temer recorre à uma fala de Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra do Reino Unido, para demonstrar a semelhança de suas posições quanto à necessidade do

controle das contas públicas: “Ela até dizia uma coisa trivial: o Estado é como uma casa, sua casa, a casa da sua família, você não pode gastar mais do que aquilo que arrecada. Foi até um vídeo muito interessante porque, embora referente há muitos anos passados, ele se torna atual a cada determinado instante nos vários países” (TEMER, 2016).

Há, no entanto, limitações significativas no emprego de termos e expressões mais amigáveis para descrever algo tão complexo, como o orçamento público.

Rossi *et. al.* (2019) argumentam que essa comparação entre o orçamento público e o familiar é parcial e simplificadora por desconsiderar três fatores essenciais:

1. O governo, diferentemente das famílias, tem a capacidade de definir o seu orçamento, por exemplo, ao tributar pessoas ricas ou importações de bens de luxo, para não fechar hospitais. Ou seja, enquanto uma família não pode definir o quanto ganha, o orçamento público decorre de uma decisão coletiva sobre quem paga e quem recebe, quanto deve pagar e quanto deve receber.

2. Quando o governo gasta, parte dessa renda retorna sob a forma de impostos. Ou seja, ao acelerar o crescimento econômico com políticas de estímulo, o governo estaria aumentando também a sua receita. Enfatiza-se, portanto, o papel do gasto público em momentos de crise econômica.

3. Diferentemente do governo, as famílias não emitem títulos de dívida em sua própria moeda e não definem a taxa de juros das dívidas que pagam.

2.1 2. O mito da contração expansionista

Quando um governo implementa medidas de austeridade, como cortes de gastos públicos e aumentos de impostos, em um momento de recessão, isso pode trazer um efeito colateral de redução da demanda agregada e piora da situação econômica. Em outras palavras, ao invés de estímulo ao crescimento, as políticas de austeridade podem culminar em uma contração econômica.

Uma queda na demanda pode afetar o setor privado, reduzindo a produção e cortando empregos, que por conseguinte leva a uma redução adicional de demanda, colocando a economia dentro de um círculo vicioso de quedas de produção, emprego e consumo.

Em 2015, o então Ministro da Fazenda Joaquim Levy implementou uma política de corte de gastos públicos, no intuito de estancar o aumento da dívida pública, uma vez que a arrecadação de receitas caía. No entanto, essa medida não se traduziu em efeitos positivos. Ramos e Lacerda (2019) destacam que:

[...]a política contracionista adotada, ao invés de melhorar as contas públicas como anunciado, resultou em uma significativa piora do nível de atividade e da geração de

emprego, tendo como consequência um aumento da deterioração fiscal. No acumulado de 2015 e 2016, o PIB se retraiu 7% e a taxa de desocupação elevou-se para 12% da População Economicamente Ativa (RAMOS; LACERDA, 2019, p. 59).

A noção de contração fiscal expansionista parte da premissa de que cortes de gastos públicos e o equilíbrio orçamentário incentivariam a confiança do mercado e, por consequência, estimulariam investimentos privados e o crescimento econômico. No entanto, essa tese, frequentemente associada à chamada "fada da confiança", tem sido amplamente criticada.

2.1.3. A fada da confiança

A fada da confiança é um termo cunhado pelo economista Paul Krugman, para destacar, com certo grau de ironia, uma visão excessivamente otimista sobre os efeitos da austeridade fiscal durante uma crise econômica. A metáfora sugere uma reação positiva e imediata de confiança dos mercados sobre uma economia a partir da adoção de políticas austeras, de cortes de gastos públicos.

É claro que a Fada da Confiança é apenas advocacia ideológica contra o gasto público, sem ser fundamentada em qualquer evidência empírica sólida. Pelo contrário, muitos economistas refutaram a Fada da Confiança no mundo inteiro, inclusive no FMI e no Banco Mundial. Os testes recorreram a uma amostra grande de países que retornaram à austeridade em 2010 depois dos pacotes de gasto público deficitário que, em 2009, salvaram a economia mundial do corte desesperado do gasto privado e do crédito bancário a partir de 2007. (BASTOS E BELLUZZO, 2022, p. 31).

Após a crise financeira de 2008, a narrativa promovida por governos e instituições internacionais, como o FMI e a União Europeia, era que o problema central estava no endividamento público excessivo e que os cortes orçamentários restaurariam a "confiança" dos investidores. No entanto, Blyth (2020) argumenta que a crise não começou no setor público, mas foi uma crise privada, desencadeada por bancos, cujas perdas foram socializadas pelos Estados. A austeridade, então, surge não como uma solução técnica, mas como uma forma de proteger os interesses dos credores, colocando o peso das perdas sobre o setor público e a população.

2.1.4. A narrativa da crise de dívida soberana

O modo como a austeridade é apresentada pela mídia e pela política, constantemente na forma de uma crise de dívida soberana, carrega o elemento moralizante no discurso, pela culpabilização dos Estados que “gastaram demasiadamente”. Trata-se, na visão de Blyth (2020) de uma representação fundamentalmente equivocada dos fatos. Ao analisar os movimentos que se sucederam à crise financeira global de 2008, o autor sugere que entrou em

ação uma política muito interessante de “propaganda enganosa”, no sentido de transferir ao Estado a culpa de uma crise gerada no setor privado, pelos bancos. O resultado foi que a dívida privada foi transformada em dívida pública, de modo que os benefícios foram para os participantes do jogo e os custos foram para os contribuintes.

Blyth (2020) descreve a austeridade comparativamente a uma “opção de venda” específica de classe, pois o resgate aos bancos alicerçados em políticas posteriores de austeridade prolongada, só faria sentido aos detentores de ativos dentro desse sistema. O custo de exercer essa opção de venda recai na população mais pobre, que não detém muitos desses ativos, e justamente dependem de gastos de governo, bens públicos e proteção social, que são o objeto dos cortes. O resgate é o prêmio de uma apólice de seguro paga pelos segmentos mais vulneráveis da sociedade aos detentores de ativos financeiros.

Ao assumir essas dívidas, os Estados acabaram presos à restrições impostas por sistemas rígidos, como a zona do euro. Sem poder recorrer a políticas monetárias expansivas, especialmente nos países da zona do euro, a única alternativa foi a austeridade fiscal. Embora o euro tenha sido projetado para integrar as economias europeias, ele também criou restrições fiscais e monetárias significativas.

Com a introdução da moeda única, os países perderam o controle sobre sua política monetária, que passou a ser centralizada pelo Banco Central Europeu (BCE). Os governos ficaram dependentes de emissão de dívida soberana em euros para financiar déficits, mas sem a capacidade de desvalorizar suas moedas ou controlar a política de juros para enfrentar crises econômicas locais.

2.1.5. Padrão ouro e zona do euro: das semelhanças e a (in)compatibilidade com a democracia

A capacidade de gerar confiança e estabilidade nos sistemas financeiros, a partir da ancoragem cambial lastreada em um metal precioso cintilante, ou de modo mais contemporâneo, sob forma de uma moeda única, como é o caso do euro, comporta algumas implicações importantes a serem consideradas no âmbito da política monetária dos países membros. Dada a natureza diversificada e heterogênea de países que compõem um bloco econômico, a imposição de taxas fixas e a supressão de moeda soberana e seus bancos centrais nacionais podem trazer desigualdade e tornar reféns os países mais periféricos.

Alguns países do sul da Europa possuíam níveis de endividamento mais elevados, quando da adoção aos critérios de convergência do Tratado de Maastricht, em 1992, para a adoção do euro. A partir de Maastricht, os juros dos títulos soberanos entraram em rota de

convergência, o que levou bancos europeus a comprarem maior volume de títulos de dívida de países periféricos do euro. Com um banco central unificado (o BCE - Banco Central Europeu) a garantir a nulidade da flutuação cambial e a inflação, uma vez que Frankfurt se tornara a única impressora de dinheiro da Europa, os bancos teriam então embarcado numa grande empreitada de operações de risco moral. Conforme propõe Blyth:

Imagine que a Grécia continuava sendo a Grécia e que a Itália continuava sendo a Itália, e que os preços cotados nos mercados representavam as atividades de compra de títulos dos bancos que empurravam os juros para baixo e não uma estimativa do risco do título em si mesmo. Por que é que se havia de comprar esses títulos se os juros não refletiam o risco? Talvez você pensasse que se os comprasse em quantidade suficiente – para se tornar realmente grande –, e esses ativos perdessem valor, você passaria a ser um perigo para o sistema bancário nacional e teria de ser resgatado pelo fundo soberano. Se não fosse resgatado, dadas as exposições, as ligações transfronteiriças a outros bancos e a elevada alavancagem, se constituiria um risco sistêmico para todo o setor financeiro europeu. (BLYTH, 2020, p.129)

Desse modo, se os Estados já não podem mais emitir moeda nacional, devido a ausência de seus próprios bancos centrais, assim como o calote não pode ser uma opção, em vista de conduzir o sistema bancário às ruínas, o que sobra é apenas a deflação interna através de seus preços e salários – austeridade.

Em uma democracia saudável, os governos são eleitos para representar os interesses da população, mas a austeridade fiscal enfraquece a capacidade do Estado de responder às demandas democráticas. Nos momentos de incerteza econômica, discursos autoritários ganham força ao prometer segurança e ordem, como visto anteriormente no capítulo 1, com a crise política no caso do Chile. A ocorrência de catástrofes naturais também favorece a implementação de reformas radicais, frente ao desamparo das populações, ávidas por soluções imediatas.

2.1.6. O autoritarismo como efeito colateral

A austeridade pode também servir de instrumento para a corrosão da democracia, pois frequentemente surge em períodos de instabilidade política e de aumento das tensões de classe. Esses momentos propiciam uma “janela de oportunidade” em que o estado de pânico, incertezas, desespero e despreparo das populações acabam por torná-las mais suscetíveis psicologicamente a um quadro de mudanças profundas em seus modos de vivência. Uma tática que Naomi Klein (2008) habilmente identifica e descreve como “doutrina do choque”.

Eventos extremos, sejam eles naturais, políticos ou econômicos, acabam servindo de laboratórios para as práticas do chamado capitalismo de desastre. A passagem do furacão Katrina em Nova Orleans, nos EUA, ensejou uma ofensiva contra o sistema público de educação, por meio da privatização do ensino em seus planos de reconstrução. O tsunami de 2004, no Índico, de modo semelhante, serviu ao oportunismo de grandes empreiteiros para

viabilizar a construção de clubes e resorts, em detrimento das comunidades afetadas (KLEIN, 2008).

No plano político, esses choques frequentemente se dão através do autoritarismo. É nesse regime que se articula o choque como resposta a um ambiente de crise. É o impulso necessário para fazer avançar projetos que não dialogam com as reais necessidades da população. Sob o eufemismo de um “remédio amargo”, frequentemente é preciso suspender a democracia.

No Brasil isso pode ser constatado com a ruptura, via *impeachment* em 2016, do governo eleito de Dilma Rousseff em 2014. Esse choque foi o prelúdio de uma virada neoliberal na economia, que se concretizou através do governo de Michel Temer e se aprofundou durante todo o governo de Jair Bolsonaro.

2. 1. 7. Soberano é o mercado: a institucionalização da austeridade

Antes da crise dos *subprimes*, o cenário econômico brasileiro estava em expansão, impulsionado por políticas como a valorização do salário-mínimo, o que facilitou o consumo doméstico, mesmo com o endividamento das famílias.

Durante o governo Lula, houve uma forte demanda internacional por *commodities* brasileiras, o que levou a um significativo crescimento das exportações. Com a crise de 2008, a exportação das *commodities* sofreu impactos significativos. Para manter o superávit primário e os indicadores econômicos, a produção foi escoada para o mercado interno. Essa política ocorreu pela “redução de impostos em setores importantes da economia, como o automobilístico, o eletrodoméstico e a construção civil, todos estes incorporadores de força de trabalho, expandindo o mercado interno, compensando a retração do mercado externo” (ANTUNES, 2015, p.11).

Essas ações permitiram, temporariamente, a continuidade dos padrões de consumo e emprego anteriores à crise de 2008. Entretanto, do ponto de vista fiscal, essas medidas resultaram em uma queda gradual na arrecadação de impostos. O principal efeito foi a redução da capacidade do Estado de investir e financiar políticas sociais. Contudo, diante do cenário econômico da época, essa realidade acabou sendo adiada. Enquanto os países europeus adotavam políticas de austeridade, o governo Dilma estimulava a economia por meio do Estado. Desse modo, o crescimento da dívida pública no Brasil passou a receber atenção do sistema financeiro especulativo.

Nesse contexto, o governo retomou a “intervenção sistemática do Estado na economia, de modo não visto quando Lula estava na presidência” (SINGER e LOUREIRO, 2016, p.16).

Com o propósito de reduzir os juros, houve mudanças nas regras da poupança e pressão sobre o setor financeiro privado pela redução do *spread* bancário. Com isso, o governo Dilma entrou em conflito com o capital global hegemônico, que detinha grande influência política no Brasil. Esse governo, então, passou a ser visto como desfavorável pelos especuladores do mercado financeiro.

O segundo mandato de Dilma marcou o início das políticas de austeridade no Brasil. Para tranquilizar o mercado financeiro, Guido Mantega, então ministro da Fazenda e defensor de políticas desenvolvimentistas, foi substituído por Joaquim Levy, alinhado ao capital financeiro e ex-funcionário do banco Bradesco. Levy assumiu a tarefa de "implementar um ajuste fiscal profundamente recessivo, que começou com apoio de todas as grandes frações do capital" (Antunes, 2015, p.20).

Com a recessão, o governo Dilma enfrentou dificuldades como a redução do PIB, a retração do lucro de setores industriais e o desemprego das famílias. Esses fatores contribuíram para uma perda de sustentação política do governo, que favoreceu a empreitada do grande capital de lançar mão do processo que culminou com o *impeachment* de Dilma.

Em sua obra *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*, Rafael Valim (2017) demonstra, no Brasil contemporâneo, que os retrocessos em torno de direitos sociais e a existência de um "estado de exceção" expressam um contexto global de redefinição de ideias, como a representatividade e a soberania popular. Esse processo se incorpora ao avanço do neoliberalismo pelo mundo. De acordo com o autor: "(...) não são mais os governos democraticamente eleitos que gerem a vida econômica e social, em vista de interesses públicos, senão que as potências ocultas e politicamente irresponsáveis do capital financeiro" (VALIM, 2017, p. 20).

Neste sentido, a análise de Valim (2017) se coaduna com a análise das forças políticas que convergiram para o *impeachment* de Dilma Rousseff, conduzida por Alves Junior e Henschel de Lima (2020): o reacionarismo parlamentar; o lavajatismo; o neoliberalismo empresarial. Esse conjunto de forças evidenciaram as arbitrariedades levadas à cabo pelo sistema jurídico.

No que se refere ao reacionarismo parlamentar, Alves Junior e Henschel de Lima (2020) destacam a expansão e o aprofundamento de uma corrente oposicionista no Congresso Nacional que naturalizava a ideia de que a formação de uma maioria parlamentar era suficiente e legítima para derrubar o resultado do voto popular.

Em relação ao lavajatismo, os autores se referem a Operação Lava-Jato, que fundiu elementos de psicologia moral ao judiciário e, com o apoio da imprensa, veiculou

maciçamente uma imagem que associava o governo à corrupção sistêmica. De fato, o uso da retórica do combate à corrupção permitiu ocultar interesses políticos nos bastidores e criou, no imaginário social, o entendimento de legalidade de todos os atos jurídicos emanados nesses processos - o que viabilizou a instalação de um estado de exceção judicial, com apoio popular.

No que se refere ao neoliberalismo empresarial, os autores ressaltam a presença de grupos empresariais organizados em torno da defesa de que era possível e necessário conformar a sociedade brasileira à lógica de mercado.

O conjunto dessas forças pavimentaram, então, o caminho para o *impeachment*. Alinhado à uma agenda de austeridade, Michel Temer assumiu a presidência e pôs em andamento um conjunto de reformas orientadas para o mercado, como as já anteriormente mencionadas Reforma Trabalhista e o Teto de Gastos (EC 95/2016).

2. 2. A Emenda Constitucional 95/2016

A Emenda Constitucional nº 95 de 2016, instrumento de austeridade fiscal que congelou o investimento público pelo prazo de 20 anos, ameaça a garantia de direitos consagrados na Constituição, como saúde e educação. Essa EC se articula com Novo Regime Fiscal enviada ao Congresso Nacional pelo governo Temer propõe uma regra para as despesas primárias do Governo Federal com duração para 20 anos e possibilidade de revisão – restrita ao índice de correção – em 10 anos, por meio da *Proposta de Emenda Constitucional 241/2016* (PEC 241), aprovada pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal como PEC 55. Nessa regra, os gastos federais, menos o pagamento de juros sobre a dívida pública, ficarão limitados a um teto definido pelo montante gasto do ano anterior reajustados pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em síntese, o Novo Regime Fiscal implica um congelamento real das despesas totais do Governo Federal que pressupõe uma redução do gasto público relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao número de habitantes. Ou seja, de acordo com a regra proposta, os gastos públicos não vão acompanhar o crescimento da renda e da população.

No caso da PEC 55, a única medida relevante em matéria constitucional é a desvinculação das receitas destinadas à saúde e educação. Isto é, o Novo Regime Fiscal não precisa de emenda constitucional, o que precisa de mudança constitucional é a desvinculação de receitas para saúde e educação. De uma forma precisa e já avaliada, naquela época, pelo estudo de Rossi e Dweck (2016), o Novo Regime Fiscal ficou conhecido como sendo a EC da desvinculação da saúde e da educação.

2. 2. 1. Aspectos problemáticos da EC 95/2016

Em um estudo sobre a então Proposta de Emenda à Constituição nº 241, que posteriormente deu origem à EC 95/2016, Amaral (2016) apresenta o poder de diminuição dos recursos educacionais ao examinar o que ocorreria se os recursos financeiros das universidades federais estivessem sujeitos a regras semelhantes à da PEC. Para tanto, o autor analisa os recursos financeiros aplicados no período de 1998 a 2015, conforme é possível observar na tabela 1.

Tabela 1 – Evolução dos recursos financeiros do tesouro aplicados nas UFs no período 1998-2015 (Valores corrigidos pelo IPCA, a preços de janeiro de 2016)

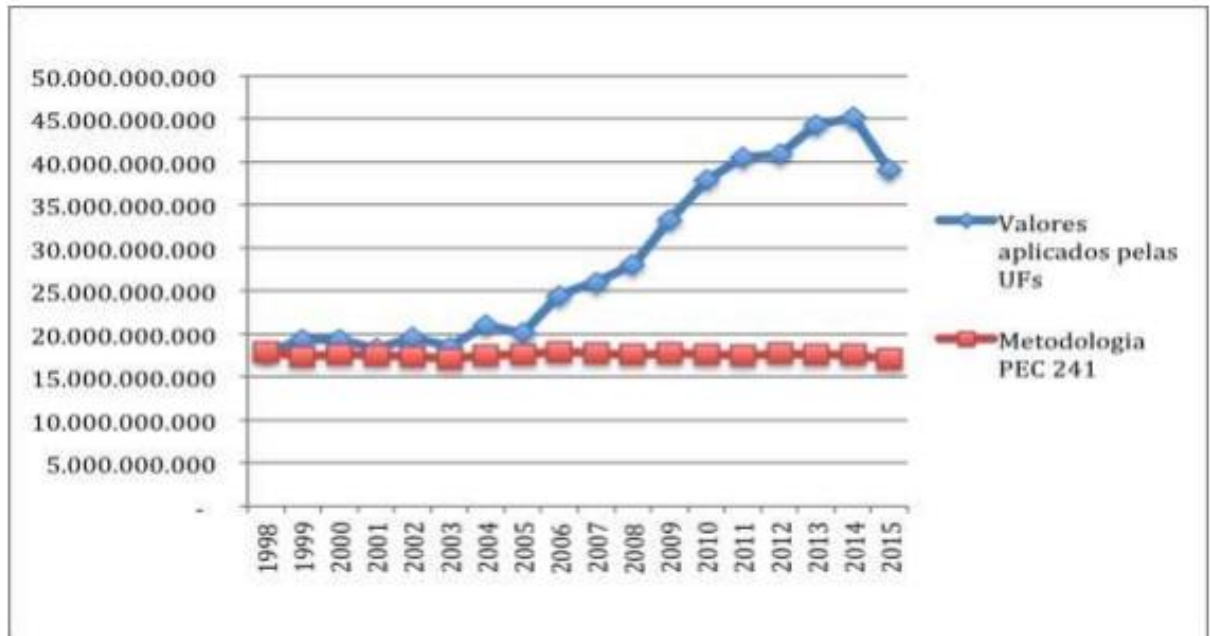
Ano	Recursos das UFs
1998	17.927.679.767
1999	19.328.389.027
2000	19.368.761.058
2001	18.263.922.308
2002	19.521.597.790
2003	18.476.672.848
2004	20.996.389.869
2005	20.076.331.973
2006	24.444.096.185
2007	26.001.609.505
2008	28.022.897.171
2009	33.172.147.853
2010	37.834.624.579
2011	40.508.001.182
2012	40.925.484.954
2013	44.207.301.233
2014	45.150.569.027
2015	39.082.021.151

Fonte: Adaptado de Amaral (2016)

A tabela 1 apresenta a evolução dos recursos destinados às Universidades Federais, corrigidos pelo IPCA. Esses dados estão representados na linha azul do gráfico 2, que

apresenta uma comparação entre os recursos aplicados pelas universidades federais e os recursos que seriam aplicados por uma PEC semelhante à 241.

Gráfico 2 – Comparação entre os valores aplicados pelas UF's e os recursos que seriam aplicados por uma PEC semelhante à 241

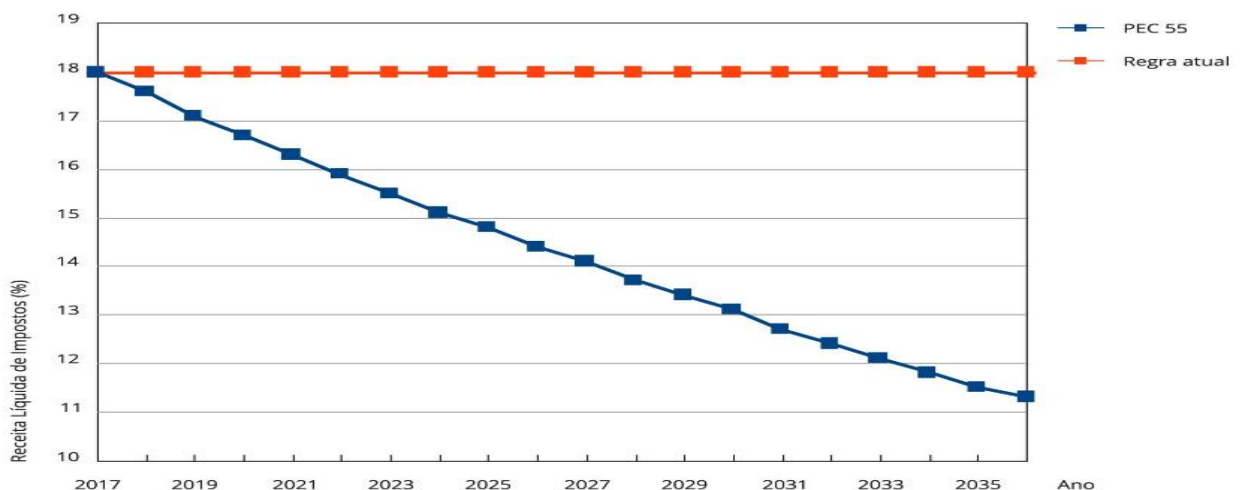


Fonte: Amaral (2016)

O gráfico 2 evidencia o cenário potencial de desfinanciamento promovido pela então PEC 241.

De modo semelhante, Rossi e Dweck (2016) simularam a partir da EC 95/2016 uma hipótese de crescimento anual do PIB em 2%, e que a receita líquida acompanha esse crescimento:

Gráfico 3: Gasto mínimo com educação na regra antiga (Artigo 212 - CF 88) e na regra nova (EC 95)



Fonte: ROSSI; DWECK (2016)

O gráfico 3 reafirma o propósito da PEC 55, de desvinculação da Educação do texto constitucional.

No conjunto de dados colhidos dos estudos de Amaral (2016) e Rossi e Dweck (2016), fica evidente a natureza “destrutiva” do teto de gastos dando, ainda, consistência ao que Blyth (2020) qualificara como a ideia perigosa que é o neoliberalismo.

Conforme veremos mais adiante, o Plano Nacional de Educação (PNE) do decênio 2014-2024 é frontalmente atingido por essas medidas. Para além do decreto de “morte” do PNE (Amaral, 2016), o poder de “destruição” da metodologia do teto de gastos abarca todos os segmentos sociais: educação, saúde, previdência e assistência social (Paiva et al., 2016).

2.3. Universidades Federais: da expansão e conquistas sociais do REUNI aos desafios orçamentários que lhe sucederam

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) marcou um importante avanço na democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Implementado em 2007, o programa ampliou significativamente o número de vagas nas universidades federais, facilitando o ingresso de estudantes de diversas regiões e classes sociais, com ênfase nas populações historicamente excluídas do sistema universitário. Essa política foi essencial para:

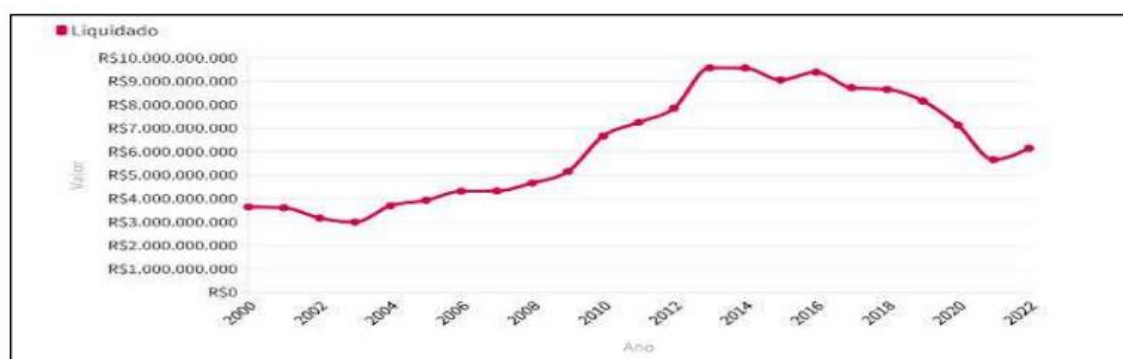
- **Expansão de vagas:** O aumento expressivo do número de matrículas contribuiu para a inclusão de milhares de jovens que, antes, não teriam condições de ingressar no ensino superior.
- **Criação de cursos noturnos:** A oferta ampliada de cursos em período noturno favoreceu o acesso de trabalhadores e pessoas que conciliam trabalho e estudo, proporcionando-lhes oportunidades educacionais antes inacessíveis.
- **Interiorização das universidades:** O REUNI levou a educação superior para regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, fortalecendo a interiorização das universidades federais e permitindo que jovens de cidades menores pudessem ter acesso a instituições de ensino de qualidade.
- **Inclusão social:** Em articulação com políticas de ações afirmativas, como o sistema de cotas, o REUNI impulsionou o ingresso de estudantes de baixa renda, negros e indígenas nas universidades, contribuindo para um cenário mais inclusivo e representativo.

No entanto, apesar dos inegáveis avanços sociais, o REUNI também gerou desafios, especialmente no que se refere à sustentabilidade orçamentária das universidades. O programa

foi concebido com a previsão de crescimento orçamentário até 2012, o que permitiu a expansão de infraestrutura e a contratação de novos docentes e servidores. Entretanto, após esse período, as universidades passaram a enfrentar um cenário de crescente vulnerabilidade financeira, intensificado pelas flutuações econômicas e decisões políticas subsequentes.

Conforme aponta o estudo de Silva e Leher (2024), o crescimento do número de universidades veio acompanhado de uma significativa ampliação de recursos orçamentários. No que tange ao custeio, os valores partem de pouco mais de R\$ 4 bilhões em 2007, para R\$ 9,5 bilhões em 2012, permanecendo sem grandes alterações até 2014. A partir de 2015, ocorre uma queda de R\$ 500 milhões, pontuada pelos autores como um valor significativo, tendo em vista a elevação dos custos com energia, administração, serviços terceirizados e o ingresso crescente de estudantes. O gráfico 4 apresenta os dados citados.

Gráfico 4: Universidades Federais: Despesas de manutenção e funcionamento – Valores corrigidos para janeiro 2023



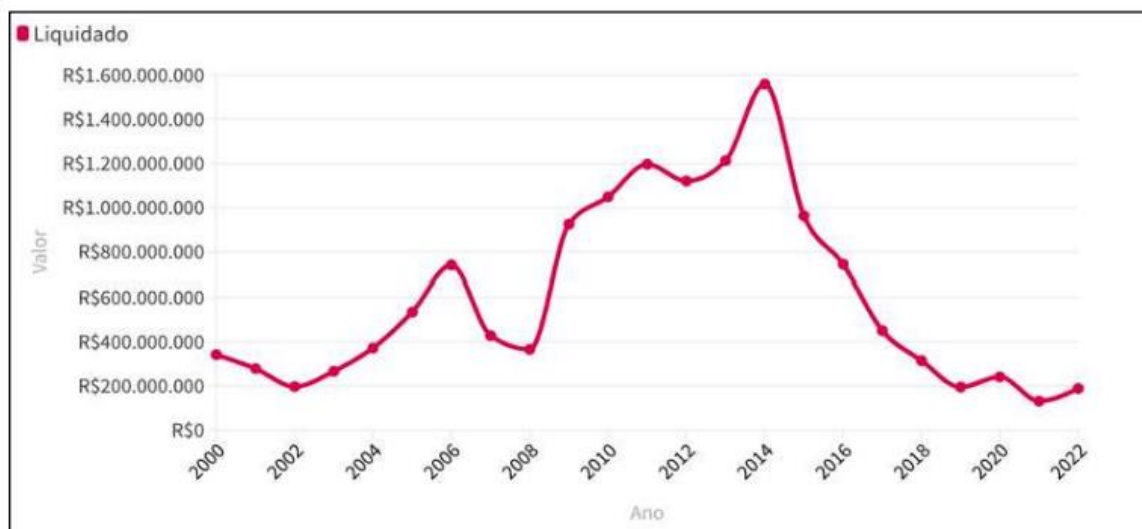
Fonte: SIOP; IPEADATA (2023)

Silva e Leher (2024) explicam que a queda do custeio ocorreu num contexto orçamentário já restritivo, em 2014, e a partir da EC 95/2016, pontuam:

A EC 95/2016, contudo, marca um ponto de inflexão que, grosso modo, segue reduzindo drasticamente o próprio orçamento da LOA, comprimindo de modo severo as verbas de custeio. É perceptível que o governo Bolsonaro empreende cortes em um orçamento já considerado inviável. A imagem corrente é que as universidades Federais respiravam por aparelho, e o governo Bolsonaro, como ocorreu na epidemia de COVID no Amazonas, retirou oxigênio para a sobrevivência vegetativa das instituições. (SILVA; LEHER, 2024, p. 27)

Esse novo contexto orçamentário trouxe consequências severas para as universidades federais, incluindo os investimentos em infraestrutura e patrimônio conforme é possível observar no gráfico 5.

Gráfico 5: Universidades Federais – Investimento em infraestrutura e patrimônio. Valores corrigidos para janeiro de 2023



Fonte: SIOP; IPEADATA (2023)

O gráfico 5 mostra, no âmbito das universidades federais, que a partir de 2015 ocorre uma queda sucessiva do investimento. Em 2022, os números se assemelham a valores de 2002.

Esse cenário, restrito ao conjunto das universidades federais, corrobora o gráfico 1 (apresentado na introdução da pesquisa), no âmbito de todo o MEC. Como veremos mais adiante, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o caminho não foi diferente.

2.4. A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: breve panorama histórico de formação dos Institutos Federais (IFs) e, em especial do CEFET/RJ

Até o século XIX, ainda não se fazia presente no Brasil uma estrutura de normas e/ou currículos voltados à educação profissional. Naquela época, predominavam as atividades diretamente ligadas aos processos de trabalho. Uma educação superior era privilégio reservado às elites coloniais, que continuavam seus estudos na Europa.

A educação destinada à população ao longo da história, por muitas décadas foi aquela orientada ao trabalho, enquanto carreiras de alto prestígio e valor eram acessadas somente pelas elites. Xavier (1990) atribuíra essa lógica a um modo de a elite brasileira perpetuar sua dominação de classe.

O processo de industrialização e modernização do país, no século seguinte, trouxe o Estado para dentro da discussão evolutiva da educação. Havia a preocupação e o interesse em formar mão de obra operária, de modo que atendessem às demandas da indústria, em franca expansão, e ao mesmo tempo integrasse esses trabalhadores ao seio social, afastando-os de revoltas que ocorriam na Europa no início do século.

Os primórdios da Rede Federal datam do ano de 1909, quando o Decreto nº 7.566 de 1909 institui as Escolas de Aprendizes e Artífices nas capitais do Brasil.

O objetivo era proporcionar hábitos de “trabalho profícuo” aos desfavorecidos de fortuna, de modo a prover meios de sobrevivência às classes proletárias na luta pela existência, frente às crescentes dificuldades advindas do aumento da população nas cidades.

O CEFET/RJ foi fundado em 1917, ainda sob o nome de Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, que tinha o objetivo de formar professores, mestres e contramestres para os institutos e escolas profissionais do então Distrito Federal e, ainda, professores de trabalhos manuais para as escolas primárias municipais.

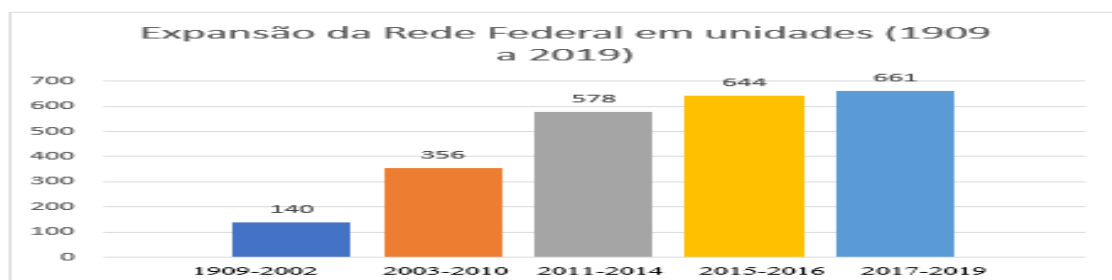
Em 1937, as Escolas de Aprendizes e Artífices tornam-se Liceus Profissionais. Em 1942, por ocasião da Reforma Capanema, os Liceus tornam-se Escolas Industriais e Técnicas. De acordo com Schwartzman *et al.* (2000, p.205), o sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho. Para o Ministro Capanema, a educação deveria estar, antes de tudo, à serviço da nação.

No ano de 1978, foram criados os Centros Federais de Educação Profissional Tecnológica (CEFET's), e em 1994 foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que gradativamente transformou as Escolas Técnicas e Agrícolas Federais em CEFET's.

Com a denominação em 1978, de Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, a instituição passa por mudanças sucessivas e significativas em seu panorama educacional, passando a oferecer cursos de graduação, além dos cursos de nível médio e técnico. (CEFET, 2020, p. 28).

Em 2008, o governo federal sancionou a Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou os Institutos Federais (IF's). A partir de então, houve um significativo crescimento da Rede Federal, conforme podemos observar no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Expansão da Rede Federal em unidades (1909-2019)



Fonte: SETEC/MEC, 2021

O quadro 3 apresenta, de forma sintetizada, as finalidades e os objetivos da RFEPCT, elencados na Lei nº 11.892/2008:

Quadro 3 – Finalidades e objetivos da RFEPCT

Finalidades	Objetivos
I - Ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, [...];	I - Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;	II - Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade [...];
III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;	III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;	IV - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;	V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;	VI - Ministrando em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;	b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;	c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.	d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

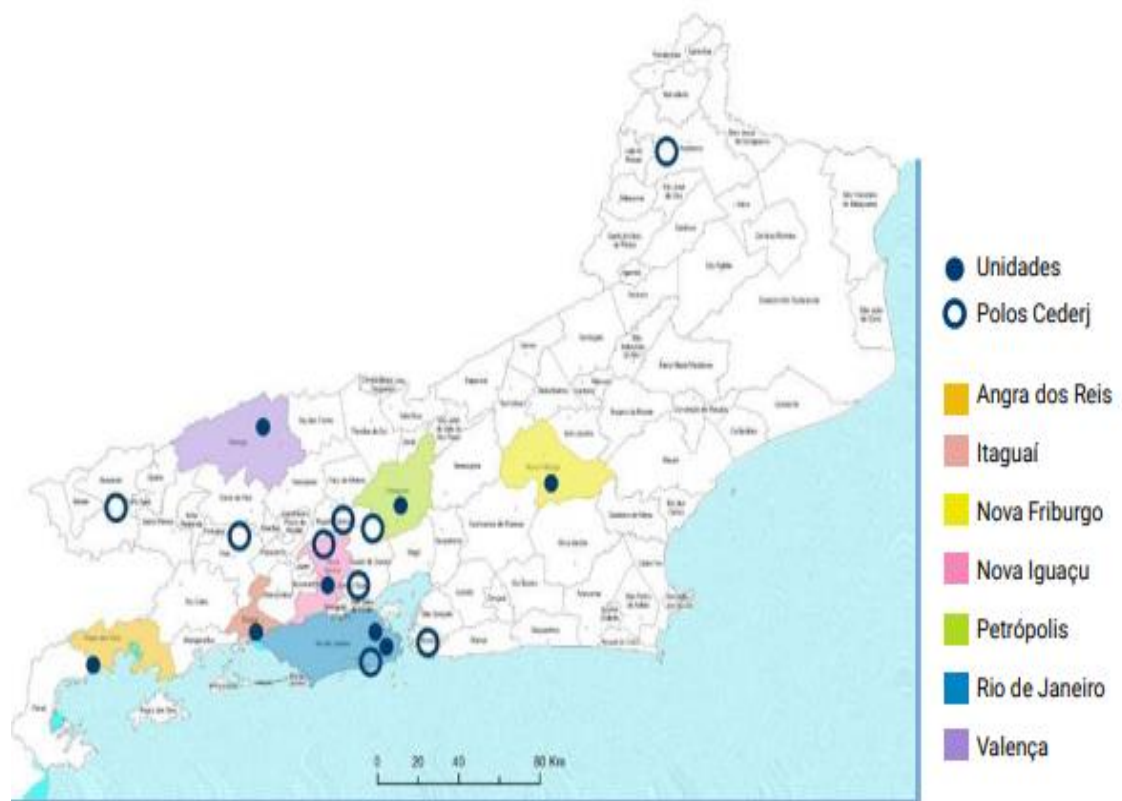
Fonte: Brasil (Lei nº 11.892, 2008)

2. 4. 1. A expansão do CEFET/RJ

Até 2003, o CEFET/RJ era constituído apenas pelo *campus* Maracanã, atual sede da Instituição. Foi a partir de 2005 que se deu início à implementação de um sistema *multicampi*,

dentro da estratégia de expansão induzida pelo governo federal que culminou na consolidação do Sistema CEFET/RJ em 2010, passando então a se constituir de oito *campi*. (CEFET/RJ, 2020, p. 29). Desse modo, além da sede Maracanã, o CEFET/RJ passa a contar com unidades em Angra dos Reis, Itaguaí, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença, atendendo a uma média de 15.000 alunos/ano (CEFET/RJ, 2020, p. 31).

Figura 1 – O CEFET/RJ no estado do Rio de Janeiro



Fonte: Relatório de gestão (CEFET/RJ, 2022, p. 13)

A instituição tem como missão “promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.” (CEFET/RJ, 2020, p. 25).

Dentro do sistema, os *campi* realizam atividades de ensino, pesquisa e extensão nos níveis técnico, de graduação e pós-graduação.

Em 2022, o CEFET/RJ ofereceu 33 cursos em nível de graduação, derivados de 19 habilitações: Administração, Ciência da Computação, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica, Física, Gestão de

Turismo, Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, Matemática, Sistemas de Informação e Turismo. (CEFET/RJ, 2022, p. 56-57).

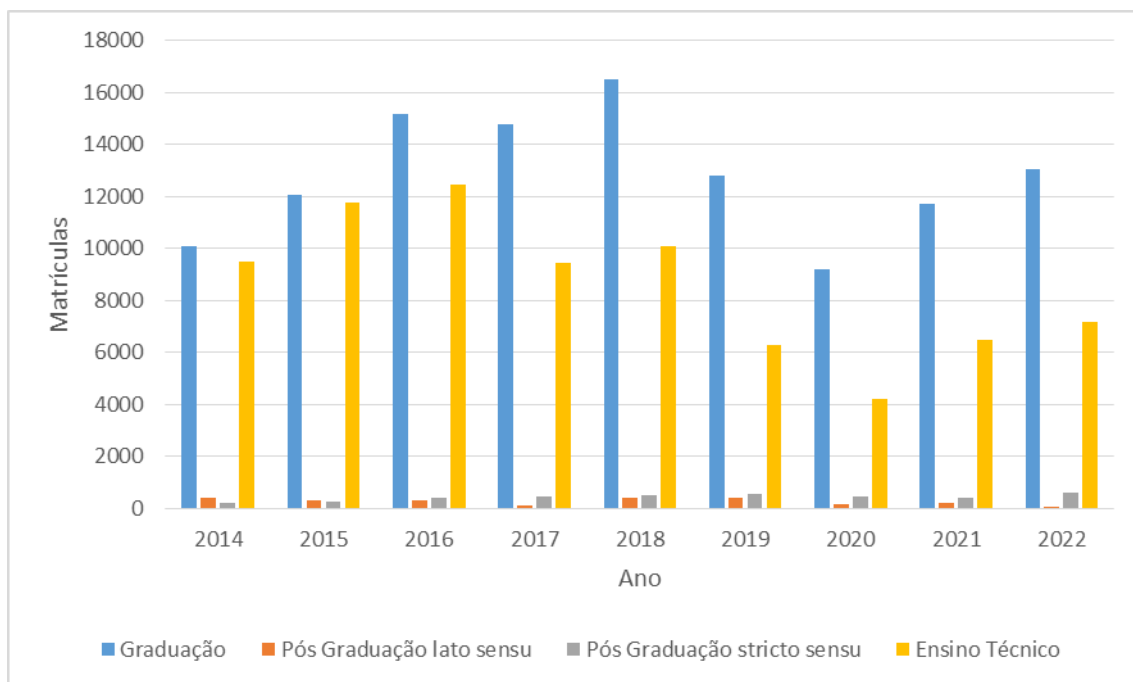
No nível técnico, ofereceu 35 cursos, derivados de 18 habilitações: Administração, Alimentos, Automação Industrial, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Energias Renováveis, Enfermagem, Estradas, Eventos, Informática, Logística, Manutenção Automotiva, Mecânica, Meteorologia, Química, Segurança do Trabalho e Telecomunicações.

Na pós-graduação, o CEFET/RJ ofereceu um total de 15 cursos, derivados de 12 programas; sendo 9 *stricto sensu*: Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica (PPEEL), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PPCIC), Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE), Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais (PPRER), Programa de Pós-Graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO), Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP); e 3 *lato sensu*: Patrimônio Cultural e Temas, Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino e Processos Industriais.

De acordo com o Relatório de Gestão 2022, o CEFET/RJ possui 566 servidores técnico-administrativos e 887 docentes. Conforme o mesmo documento, há na instituição 13.077 matrículas ativas em cursos de Graduação, 7.150 matrículas ativas no Ensino Técnico, 597 em programas de pós-graduação *stricto sensu* e 28 em programas de pós-graduação *lato sensu*.

Estes últimos dados (matrículas) são apresentados no gráfico 7, juntamente com os dados dos anos anteriores, a partir dos Relatórios de Gestão de 2014 a 2022.

Gráfico 7 - Matrículas na Graduação, Pós-Graduação (*lato/stricto sensu*) e no Ensino Técnico do CEFET/RJ (2014 a 2022)



Fonte: elaborado a partir dos Relatórios de Gestão do CEFET/RJ (2014 a 2022)

O gráfico 7 mostra o crescimento das matrículas na pós-graduação stricto sensu no período, partindo de 194 matrículas em 2014, para 597 matrículas em 2022, o que corresponde a um aumento de 207%.

O número de matrículas na graduação também foi representativo, tendo um aumento de 30% em 2022. Em se tratando da pós-graduação *lato sensu*, observa-se que não existe um crescimento contínuo no número de matrículas ativas. Essa variação decorre da própria natureza desses cursos, que ainda não são ofertados regularmente no CEFET/RJ (CEFET/RJ, 2020, p. 63).

No nível técnico, houve pequenas oscilações entre 2014 e 2018. Em 2019, foram registradas 6.284 matrículas ativas, uma queda de 37% em relação ao ano anterior. Em 2020, na pandemia, se registram os números mais baixos: 4.223 matrículas, o que significa uma queda de 55% em relação à 2014. Após a fase aguda da pandemia, as matrículas começam a retomar números crescentes, mas as matrículas do ano de 2022 ainda são 25% menores em relação à 2014.

2. 4. 2. A pandemia de COVID-19 e a reorganização do ensino no CEFET/RJ

É pertinente observar que a EC 95/2016 teve seu início de aplicação em 2018 para a Educação e Saúde (MARIANO, 2019). A aplicação da EC 95/2016 e a crise sanitária provocada pela pandemia podem ter dificultado o acesso e permanência dos alunos nos cursos ofertados pelo CEFET/RJ, uma vez que o período coincide com a redução das matrículas e do orçamento da escola.

Em relação à assistência estudantil, o Relatório de Gestão 2018 aponta que “[...] com o corte adotado pela política de governo houve redução de recursos para este programa em 2018, o que ocasionou comprometimento entre as prioridades e objetivos estratégicos dentre estes, a permanência de alunos em sala de aula, não contribuindo assim para o alcance da missão institucional e as mudanças das políticas externa e interna de apoio a inclusão social, e de apoio ao ensino, pesquisa e extensão” (CEFET/RJ, 2018, p. 89).

No dia 13 de março de 2020, após reunião do Comitê Central de Acompanhamento do Coronavírus (COVID-19), o CEFET/RJ suspendeu as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, a partir da Portaria nº 356 (CEFET/RJ, 2020, p. 36).

Em complemento, a Portaria nº 367, de 18 de março de 2020, da Direção Geral *pro tempore* dispôs sobre as medidas de prevenção ao contágio pelo COVID-19. A partir da portaria complementar, a adequação do funcionamento da escola foi disciplinada por meio das atividades de teletrabalho simplificado, com orientações voltadas ao uso de ferramentas digitais como o *Trello*, *Microsoft OneDrive*, *Microsoft Teams* ou equivalentes.

A situação pandêmica no CEFET/RJ, assim como nas demais IFES do país, afetou a rotina de aulas e os trabalhos docente e administrativo. As instituições de ensino tiveram que adotar o ensino remoto emergencial para dar andamento ao calendário acadêmico. As mudanças na rotina de aulas e possíveis dificuldades como a falta de acesso à internet e estrutura adequada para o acompanhamento das aulas remotas, dentre outros entraves, podem ter contribuído para a diminuição no número de matrículas no ano de 2020. Conforme o Relatório de Gestão desse ano, o índice de evasão foi de 41,13% (CEFET/RJ, 2021, p. 35).

Apesar de flexibilizar o trancamento de matrícula dos alunos e suspender o jubileamento por reprovação ou limite de tempo de conclusão durante esse período de excepcionalidade, o índice de evasão em 2021 teve uma redução discreta, caindo para 37,56% (CEFET/RJ, 2021, p. 35).

As equipes pedagógicas verificaram impactos da pandemia na saúde emocional e psíquica dos alunos, como falta de motivação e dificuldades de concentração. Fatores socioeconômicos, como falta de infraestrutura física e de recursos financeiros para aquisição de equipamentos adequados para o estudo remoto também foram observados. Em que pese o CEFET/RJ ter criado auxílios de inclusão digital, a iniciativa esbarrou em restrições orçamentárias, de modo que não foi possível atender a todos os alunos necessitados (CEFET/RJ, 2021, p. 35).

2. 5. O Plano Nacional de Educação (PNE)

Especificamente no que tange à Educação, um bom termômetro para uma avaliação inicial dos efeitos da EC 95 e da PEC 55, é o Plano Nacional de Educação 2014-2024. Trata-se de um plano com vinte metas estabelecidas pelo governo federal, a serem cumpridas no período de uma década. Nos debruçarmos sobre esse documento se torna oportuno em função da sua aderência temporal ao novo regime fiscal, instituído pela EC 95 e pela PEC 55.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um conjunto de diretrizes e metas estabelecido pelo governo federal para orientar a política educacional do país ao longo de um período de dez anos, conforme a Constituição Federal:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I – Erradicação do analfabetismo;

II – Universalização do atendimento escolar;

III – melhoria da qualidade do ensino;

IV – Formação para o trabalho;

V – Promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI – Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

O PNE é elaborado com o objetivo de promover melhorias em diversos aspectos da educação, desde a educação básica até o ensino superior.

As metas do PNE abrangem uma variedade de áreas, incluindo a expansão do acesso à educação, a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação, a redução das desigualdades educacionais, entre outros aspectos fundamentais para o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro.

O PNE é elaborado em um processo participativo, envolvendo diferentes setores da sociedade civil, acadêmicos, gestores públicos e representantes do poder legislativo, e sua implementação é acompanhada e avaliada ao longo do período estabelecido. Ele tem um papel importante na definição das políticas e na destinação de recursos para a Educação.

O Plano Nacional de Educação vigente é o do decênio 2014-2024. Este plano foi sancionado em 2014 pela Lei nº 13.005/2014, ou seja, já no contexto de uma crise institucional que levaria ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, e estabeleceu metas e estratégias para a educação brasileira ao longo de um período de 10 anos, com o objetivo de promover melhorias em diversos aspectos do sistema educacional, desde a educação básica até o ensino superior. O PNE 2014-2024 contém 20 metas que abordam temas como acesso, qualidade, valorização dos profissionais da educação, financiamento, entre outros. Ele é o

referencial para as políticas educacionais e para a destinação de recursos na área da educação durante o período de sua vigência.

Quadro 4 – Metas Traçadas pelo PNE 2014-2024

Meta 1 – Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.
Meta 2 – Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
Meta 3 – Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.
Meta 4 – Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
Meta 5 – Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.
Meta 6 – Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.
Meta 7 – Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.
Meta 8 – Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Meta 9 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
Meta 10 – Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.
Meta 11 – Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.
Meta 12 – Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.
Meta 13 – Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.
Meta 14 – Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.
Meta 15 – Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
Meta 16 – Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
Meta 17 – Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste PNE.

Meta 18 – Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19 – Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta 20 – Ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Fonte: PNE 2014-2024

Na contramão do pacto social, as medidas de austeridade impactaram frontalmente as políticas públicas voltadas para a Educação, conforme revela o balanço de cumprimento das metas do PNE 2014-2024. No quadro a seguir, apresentamos as metas que estão associadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional do CEFET/RJ:

Quadro 5 – Resumo das Metas PNE 2014-2024 associadas ao CEFET/RJ

META NACIONAL (PNE 2014-2024) MEC	CEFET/RJ
Meta 8 – Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	Sistema de cotas
Meta 11 – Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.	Educação Profissional Técnica na modalidade presencial e à distância
Meta 12 – Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.	Assegurada a qualidade da oferta e expansão de vagas para o ensino superior
Meta 13 – Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.	Aumento do número de mestres e doutores
Meta 14 – Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.	Novos programas stricto sensu, tanto mestrado quanto doutorado
Meta 18 – Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	Plano de carreira a todos os servidores: docentes do Magistério Superior, EBTT, e técnicos administrativos

Fonte: Relatório de Gestão 2017, p.68

As subseções a seguir, apresentam para uma amostra das metas (8, 11, 12, 13, 14 e 18), os balanços de cumprimento dessas metas do PNE 2014-2024 em âmbito nacional (Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, 2023), evidenciando os efeitos da austeridade que também reverberam no CEFET/RJ, dada a associação das metas ao PDI da instituição.

2.5.1. Os efeitos da austeridade na Meta 8

A tabela 2 apresenta o balanço de cumprimento da meta 8 do PNE 2014-2024.

Tabela 2: Balanço de cumprimento da meta 8 do PNE 2014-2022

Escolaridade média, em anos de estudo, das populações de 18 a 29 anos									
População	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Campo	9,0	9,2	9,4	9,6	9,7	9,9	10,2	10,4	10,3
Nordeste	10,0	10,3	10,4	10,5	10,7	10,8	11,1	11,2	11,1
25% mais pobres			9,3	9,6	9,7	9,8			10,3
Escolaridade média, em anos de estudo, da população negra de 18 a 29 anos, como porcentagem da média dos não-negros (%)									
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
87,2	88,1	88,3	89,3	89,7	89,8	90,5	91,2	91,4	
Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche (%)									
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2021		2022	
29,6	30,4	31,8	34,1	35,6	37,0	37,3			
Percentual de crianças de 4 e 5 anos que frequentam a escola/creche (%)									
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2021		2022	
89,1	90,5	91,3	92,8	93,7	94,0	93,0			

Fonte: PNAD Contínua, PNAD Contínua – Educação / IBGE; Censo da Educação Básica / INEP/MEC; Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (2023)

Conforme o balanço, pela primeira vez desde a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), a meta 8 apresenta um retrocesso em seus indicadores. Mesmo o objetivo voltado à elevação da escolaridade na região com os níveis mais baixos foi afetado pelos impactos da crise sanitária global vivida entre 2019 e 2023: no Nordeste, que corresponde a esse indicador, a escolaridade média caiu levemente para 11,1 anos, voltando a patamares próximos aos de 2020. Na zona rural, a média recuou de 10,4 para 10,3 anos, o que é preocupante, dado o distanciamento em relação à meta de atingir 12 anos até 2024.

Entre os 25% mais pobres da população, não se observa queda nos dados disponíveis. No entanto, também não há uma base de comparação consistente com os exemplos anteriores, pois a falta de publicação da PNAD Contínua - Educação, pelo IBGE, para os anos de 2020 e 2021, impediu um monitoramento adequado durante a pandemia. Ainda que alguns indicadores não tenham sofrido a mesma queda, a equiparação do nível educacional entre as populações negra e não-negra segue sendo o objetivo com o avanço mais lento.

Os dados da meta 8 revelam as desigualdades e injustiças que marcam o exercício da cidadania para diferentes grupos sociais no Brasil – desigualdades essas que também se refletem na esfera educacional.

2.5.2. Os efeitos da austeridade na Meta 11

A tabela 3 apresenta o balanço de cumprimento da meta 11 do PNE 2014-2024.

Tabela 3: Balanço de cumprimento da meta 11 do PNE 2014-2022

Expansão nas matrículas em EPTNM em relação a 2013 (%)								
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
20,4	16,8	12,8	14,5	20,7	22,1	23,6	21,3	36,6
Participação da rede pública na expansão das matrículas na EPTNM (%)								
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
10,3	41,7	78,8	83,9	83,1	79,2	94,8	100,1	65,9

Fonte: Censo da Educação Básica / INEP/MEC; Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (2023)

Em comparação com 2013, último ano com dados disponíveis antes da aprovação do PNE e de sua meta 11, a educação profissional técnica de nível médio (EPTNM) registrou crescimento principalmente na rede pública. Em 2022, essa rede alcançou cerca de 350 mil novas matrículas. A rede privada, por sua vez, voltou a expandir durante a vigência do Plano, após ter registrado menos matrículas em 2021 do que em 2013.

No total das redes, o ritmo atual de expansão da EPTNM é de cerca de 60 mil matrículas por ano, um número ainda muito distante das 296 mil anuais necessárias para alcançar a meta estipulada pelo PNE até 2024 (Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, 2023).

2.5.3. Os efeitos da austeridade na Meta 12

A tabela 4 apresenta o balanço de cumprimento da meta 12 do PNE 2014-2024.

Tabela 4: Balanço de cumprimento da meta 12 do PNE 2014-2022

Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos (%)								
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
31,8	33,6	34,6	33,6	36,3	36,2	38,8	37,3	38,4
Percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação (%)								
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
21,4	22,2	23,3	22,7	24,6	25,0	26,9	25,8	25,3
Participação da rede pública na expansão das matrículas no Ensino Superior (%)								
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
8,1	5,5	9,2	11,8	12,7	11,7	3,6	9,3	

Fonte: PNAD Contínua / IBGE; Censo da Educação Básica / MEC; Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (2023)

Para que a meta 12 seja cumprida, é necessário que, em 2024, o número de pessoas de qualquer idade que frequentam ou já concluíram cursos de graduação corresponda a 50% do total de indivíduos entre 18 e 24 anos. No entanto, o ritmo insuficiente de avanço desse indicador pouco mudou ao longo do Plano, e o padrão oscilatório persistente não traz boas perspectivas para 2023, especialmente após a alta observada entre 2021 e 2022. Além das oscilações, a situação é semelhante no que diz respeito ao percentual de pessoas de 18 a 24 anos que estão cursando ou já concluíram a graduação. Segundo o Plano, essa taxa deveria alcançar 33% em 2024, mas apresentou queda por dois anos consecutivos desde a pandemia, passando de 26,9% em 2020 para 25,3% em 2022. Como resultado, a trajetória que inicialmente parecia estar a uma distância razoável do objetivo agora sugere que o valor ao final do Plano pode se aproximar mais do nível atual do que da meta estabelecida.

A expansão das matrículas necessária para alcançar esses objetivos tem se concentrado de maneira excessiva na rede privada, situação que se agravou durante a pandemia. Esse é um aspecto que deve ser corrigido. Até 2021, último ano com dados disponíveis, apenas 9,3% das novas matrículas desde 2013 foram registradas na rede pública, bem abaixo do mínimo estabelecido de 40%.

2.5.4. Os efeitos da austeridade na Meta 13

A tabela 5 apresenta o balanço de cumprimento da meta 13 do PNE 2014-2024.

Tabela 5: Balanço de cumprimento da meta 13 do PNE 2014-2022

Percentual de docentes em exercício no Ensino Superior com mestrado ou doutorado (%)							
Rede	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	73,2	75,3	77,3	79,5	81,2	82,3	83,5
Privada	64,2	66,8	69,3	71,5	73,6	74,6	75,5
Percentual de docentes em exercício no Ensino Superior com doutorado (%)							
Rede	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Total	35,3	37,1	39,6	41,9	43,9	45,7	48,5
Privada	17,9	19,4	21,2	22,8	24,5	25,7	27,0

Fonte: Censo da Educação Superior / INEP/MEC; Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (2023)

O balanço aponta que já em 2014, o dispositivo da meta 13, que se refere ao número de doutores em exercício na docência do sistema de Educação Superior, havia sido superado. Da mesma forma, a proporção de docentes na Educação Superior com mestrado ou doutorado estava tão próxima do nível estabelecido que, em 2015, nove anos antes do prazo, já

ultrapassava essa meta. Essa realidade contradiz a finalidade de um Plano que deveria guiar os avanços educacionais, além de ir contra a diretriz de melhoria da qualidade da educação expressa no artigo 2º da lei que o institui.

Para traçar um caminho, complementa-se o monitoramento da meta 13 com indicadores específicos para a rede privada. Essa separação se justifica, pois o texto da meta desobrigou o setor privado de aprimorar a qualidade que oferece, mesmo sendo responsável pela maior parte das matrículas na Educação Superior.

Com a nova abordagem restrita adotada pelo INEP para a divulgação dos dados do Censo da Educação Superior, não é mais viável atualizar os indicadores utilizando os microdados amplamente disponibilizados, sendo necessário recorrer ao Serviço de Acesso a Dados Protegidos. Assim, o ano mais recente disponível na série é, provisoriamente, 2020, no qual a porcentagem de professores do ensino superior privado com doutorado era de 27%, menos da metade do percentual observado na rede pública. Se a rede privada continuar no ritmo de crescimento registrado até aquele ano, poderá atender à proporção de mestres e doutores entre seu corpo docente até 2024, mas não alcançará a meta para doutores.

2.5.5. Os efeitos da austeridade na Meta 14

A tabela 6 apresenta o balanço de cumprimento da meta 14 do PNE 2014-2024.

Tabela 6: Balanço de cumprimento da meta 14 do PNE 2014-2022

Número de mestres titulados							
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
53.212	56.667	59.614	63.254	66.993	70.071	60.039	59.302
Número de doutores titulados							
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
17.286	18.996	20.603	22.056	23.476	24.432	20.075	20.683

Fonte: CAPES/MEC; Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (2023)

Para 2024, a meta 14 do Plano Nacional de Educação estabelece que o número de novos mestres titulados deve ser igual a 60 mil. Esse patamar foi alcançado em 2017 e mantido até 2021, quando o número ficou ligeiramente abaixo do objetivo para 2024, mas ainda em uma trajetória compatível com o cumprimento, considerando todo o período de vigência do Plano. No entanto, isso depende da reversão da tendência de queda.

Em relação ao cumprimento do dispositivo que trata da formação de doutores, é necessário aumentar gradualmente de 17.286 titulados em 2014 para 25.000 em 2024. Isso implica uma média anual de cerca de 771 doutores a mais do que no ano anterior. Até 2019, o

aumento médio anual era aproximadamente o dobro desse valor, indicando que a meta poderia ser alcançada antes do prazo, com a titulação de 24.432 novos doutores já em 2019.

Entretanto, em 2020, apenas 20 mil novos doutores foram titulados, representando uma queda significativa em relação ao ano anterior, e essa redução não foi compensada no ano seguinte na magnitude necessária para retomar a trajetória de cumprimento da meta.

2.5.6. Os efeitos da austeridade na Meta 18

A tabela 7 apresenta o balanço de cumprimento da meta 18 do PNE 2014-2024.

Tabela 7: Balanço de cumprimento da meta 18 do PNE 2014-2022

Cumprimento de requisitos da Meta 18				
	Unidades Federativas		Municípios	
	2018	2021	2018	2021
Possui plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério	100%	100%	95,7%	96,3%
Possui plano de carreira vigente para os profissionais da educação não docentes	81,5%	81,5%	38,8%	42,1%
Prevê limite máximo de 2/3 da carga horária docente em atividades de interação com os educandos	85,2%	85,2%	74,2%	79,8%
Piso salarial da carreira do magistério público	70,4%	59,3%	74,2%	60,1%
Cumprem todos os requisitos acima	55,6%	48,1%	24,4%	22,5%

Fonte: Munic e Estadac, edições 2018 e 2021 / IBGE; Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (2023)

O balanço indica que a partir das informações fornecidas ao IBGE por unidades federativas (estados e o Distrito Federal) e municípios em 2018 e 2021, observa-se uma enorme dificuldade de progresso em direção a condições minimamente adequadas de trabalho para os profissionais da educação, com avanços muito limitados na proporção de redes que atendem aos requisitos mensurados da meta 18. Embora planos de carreira para o magistério e remuneração estejam garantidos na maioria das redes, garantias básicas e obrigatórias continuam sendo negadas. Destaca-se a deterioração da situação nas unidades federativas, que apresentam uma queda no cumprimento do piso salarial do magistério, acompanhada de estagnação em outros fatores. Por outro lado, os municípios avançam a passos muito insuficientes, mesmo ao final do PNE, quando o atraso totalizará 8 anos. A principal questão permanece sendo a falta de um plano de carreira ativo para os profissionais não docentes da educação.

Ao considerar o cumprimento simultâneo de todos os dispositivos listados, as situações regulares são minoria tanto entre os municípios quanto entre as unidades federativas. Além do atraso no cumprimento dessa meta, é preocupante a ausência de dados adequadamente atualizados que permitam verificar a correção desse cenário. A coleta, pelo menos bianual, das informações necessárias para o monitoramento desta e de todas as metas do Plano é um requisito básico e urgente, podendo ser realizada por meio da reorganização de pesquisas já existentes ou pelo desenvolvimento de novos instrumentos. Em relação à pesquisa municipal, não foi encontrada no site do IBGE uma justificativa formal para a interrupção da coleta, em 2021, sobre a aplicação do Piso do Magistério nas leis municipais, situação que não ocorreu na pesquisa referente aos estados, a Estadiv. Além disso, não foi explicado por que apenas a jornada de 40 horas foi contemplada, o que inviabiliza a análise da aplicação proporcional do piso para jornadas inferiores.

Conforme amplamente detalhado pelo balanço da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (2023), ao longo dos últimos anos o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) tem enfrentado grandes desafios. O cenário atual revela um quadro preocupante de retrocessos, com metas importantes longe de serem atingidas e, em alguns casos, com resultados piores do que os observados no início da vigência do Plano.

O não cumprimento das metas do PNE está diretamente associado às políticas de austeridade fiscal implementadas nos últimos anos. A Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos públicos, foi um dos fatores determinantes para essa estagnação.

2.6. Os desafios no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Nesse contexto, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica também passou a enfrentar maiores desafios. A leitura sistemática dos Relatórios de Gestão do CEFET/RJ, no período entre 2014 e 2022, evidencia como a política de cortes sistemáticos no orçamento avançou não apenas nos investimentos necessários para as atividades finalísticas, como o desenvolvimento de projetos de pesquisa, mas também sobre recursos destinados ao custeio das instituições, como água, luz, limpeza, manutenção predial e vigilância patrimonial. Da leitura desses relatórios, selecionamos algumas passagens que dão consistência a essa informação.

Quadro 6 – Amostra de citações extraídas dos Relatórios de Gestão do CEFET/RJ

Relatório de Gestão	Citação
2016	Durante o exercício de 2016, além a irregularidade da liberação dos créditos orçamentários, houve também dificuldades para recebimento no repasse do MEC ao CEFET/RJ dos repasses financeiros inviabilizando o cumprimento, dentro dos prazos firmados em contratos ou por edital, junto aos Fornecedores. Em razão dos repasses serem insuficiente para liquidação de todas as notas fiscais tal situação provocou grandes transtornos junto a essa Administração, em vista das constantes reclamações (muitas vezes acaloradas), referentes aos atrasos de pagamentos além do pagamento de multas.
2017	A busca de boas práticas de governança e os ajustes de redução de postos, assim como outras medidas de sustentabilidade e racionalização de gastos tem se mostrado relevantes para o desempenho orçamentário do CEFET/RJ.
2017	Cabe ressaltar também que para atender as demandas dos Centros de Custo e por força da Emenda Constitucional nº 95 que veda a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária fez-se obrigatório solicitar o remanejamento de R\$ 1,5 milhões dos recursos de custeio para investimento, sem os quais seria inviável a aquisição de mobiliário e demais equipamentos necessários para atendimento dos projetos institucionais do CEFET/RJ.
2022	Outro ponto que merece destaque é o impacto das restrições orçamentárias e da significativa redução do orçamento do CEFET/RJ no atingimento de metas que envolve não apenas o desenvolvimento da infraestrutura da instituição, mas ampliação da distribuição de auxílios e bolsas aos nossos alunos.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos Relatórios de Gestão do CEFET/RJ

O relatório de gestão 2022 também apresenta uma listagem com os riscos extremos identificados pela instituição. O quadro a seguir destaca os riscos de restrição orçamentária, que foram situados no nível “extremo” após a elaboração da matriz de probabilidade e impacto institucional. Esses riscos estão correlacionados com os respectivos objetivos institucionais e as devidas ações de mitigação:

Quadro 7 – Riscos de restrição orçamentária situados no nível extremo

Risco	Macroprocesso	Objetivos	Nível de Risco	Ação para mitigar o risco
Restrição orçamentária	Ensino	Aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição	Extremo	Buscar novas fontes da rubrica de PNAES
Restrição orçamentária	Ensino	Desenvolver políticas para a melhoria do índice de eficiência acadêmica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição	Extremo	A DIREN realizará reuniões e eventos de boas-vindas aos alunos, como também projetos de monitoria e tutoria
Restrição orçamentária	Ensino	Desenvolver políticas para a melhoria do acesso aos	Extremo	A DIREN realizará editais de transferência interna, externa

		cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição		e de mobilidade acadêmica.
Restrição orçamentária	Infraestrutura: Prefeitura	Elaborar obras para permitir a acessibilidade de pessoas com deficiência em todos os ambientes do CEFET/RJ	Extremo	Buscar realizar reuniões com a DIREG visando definir prioridades orçamentárias e destinação de recursos para a Prefeitura.
Restrição orçamentária	Internacionalização	Ampliar a participação do CEFET/RJ no cenário internacional	Extremo	A ASCRI trabalhará para buscar recursos externos através de projetos junto à FAPERJ, por exemplo.
Restrição orçamentária	Internacionalização	Consolidar uma ambiência acadêmica capaz de promover e sustentar o processo de internacionalização	Extremo	A ASCRI realizará reuniões com a DIREG para sensibilizá-los quanto a necessidade de reservar uma parte do orçamento institucional para as atividades de internacionalização
Restrição orçamentária	Tecnologia da Informação	Expandir a infraestrutura e conectividade de TI	Extremo	O DTINF escreverá termo de referência para a criação de uma ata de cabeamento de rede para ser implementada
Restrição orçamentária	Tecnologia da Informação	Promover o alinhamento das ações da área de TI com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão	Extremo	O DTINF escreverá termo de referência para a criação de uma ata de cabeamento de rede para ser implementada
Restrição orçamentária	Administração e Planejamento	Promover o conceito de sustentabilidade ambiental nos processos de compra	Extremo	A DIRAP realizará busca ativa por recursos via TEDs durante todo o exercício

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado do Relatório de Gestão 2022

O órgão representativo da Rede é o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, integrado pelos reitores dos institutos. No âmbito do governo, a área responsável é a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), vinculada ao MEC.

Todos os anos, o CONIF pleiteia, junto à Setec, o orçamento necessário para custear as atividades dos institutos no exercício seguinte. O montante é calculado com base no orçamento do ano corrente, ajustado pela inflação acumulada no ano e projeções de crescimento.

Em referência ao orçamento de 2017, o CONIF publicou uma nota que já alertava para o risco ao funcionamento da Rede Federal, em caso de prevalência dos números aprovados pelo MEC.

A tabela 8 revela a desidratação dos recursos orçamentários destinados ao custeio da Rede Federal, apesar do crescimento dessas Instituições na oferta de matrículas e número de *campi*.

Tabela 8 – Recursos de custeio RFEPCT de 2012 a 2017 *versus* nº de alunos e *campi*

Período	Nº de <i>campi</i>	Matrículas	Total LOA/ Custeio (R\$)
2012	408	487.930	1.709.997.678,00
2013	415	619.784	1.999.268.784,00
2014	415	673.602	2.363.732.614,00
2015	582	756.101	2.809.060.892,00
2016	564	846.710	2.545.528.760,00
2017	606	878.682	2.188.537.801,00

Fonte: CONIF, 2016.

De acordo com o documento, considerando 2012 como referência, a Rede Federal duplicou a quantidade de alunos e ampliou em um terço o número de *campi* (CONIF, 2016). Os recursos para custeio, porém, ficam inferiores aos valores de 2012 quando corrigidos pelo IPCA (CONIF, 2016).

A tabela 9 e o gráfico 8 apresentam os valores reais, a preços de janeiro/2018, considerando o IPCA como deflator, seguindo a metodologia de cálculo da inflação oficial utilizada pelo IBGE (o valor corrigido é obtido a partir do produto entre o valor inicial e o resultado da divisão do número-índice do mês final pelo número-índice do mês anterior ao mês inicial. O resultado desta divisão é o fator que corresponde à variação acumulada do IPCA no período desejado):

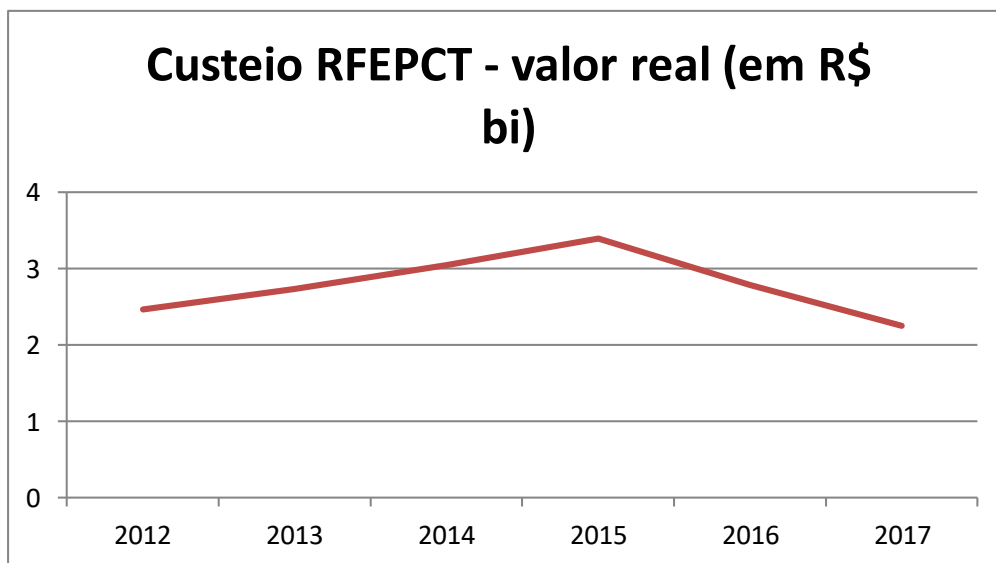
Tabela 9 – Recursos de custeio RFEPCT de 2012 a 2017, em valores reais – jan/2018

Período	Total LOA/ Custeio (R\$)
2012	2.469.977.109,00
2013	2.728.503.580,00
2014	3.045.873.907,00
2015	3.401.751.665,00
2016	2.785.336.483,00
2017	2.253.043.231,00

Fonte: elaborado pelo autor, a partir da tabela de índices do IPCA, disponível no IBGE

O gráfico 8 permite uma melhor visualização da série temporal e evidencia a política de cortes orçamentários imposta pelo governo Temer, a partir da EC 95/2016, uma vez que o decréscimo se inicia no ano de 2016.

Gráfico 8 – Recursos de custeio RFEPCT de 2012 a 2017, em valores reais – jan/2018



Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da tabela 9

A transição para o governo de Jair Bolsonaro, eleito em 2018, manteve a tendência da política de cortes. No âmbito do CEFET/RJ, foi realizado um bloqueio de 39,2% dos recursos de custeio na LOA 2019, apesar do esforço de redução de custos fixos, implantado na instituição desde 2016 (CEFET/RJ, 2019).

Em 2021, o orçamento de assistência estudantil da Rede Federal caiu para R\$ 460 milhões, representando, portanto, menos da metade do R\$ 1 bi concedido em 2014 (ALFANO, 2021). Em 2022, em repúdio aos sistemáticos cortes de verbas, instituições federais de ensino do Rio de Janeiro, emitiram uma nota conjunta denunciando a situação orçamentária. O documento destaca a cronologia e o aprofundamento dos cortes:

(...) na metade do exercício orçamentário 2022, mais um corte no orçamento da educação foi anunciado. O que já estava difícil de gerir se torna praticamente inviável para pagar as contas básicas (de manutenção diária). Mesmo com este cenário de cortes sucessivos dos últimos anos que atingiu seu ápice em 2022, as instituições federais de ensino de todo o país foram mais uma vez surpreendidas com o recente bloqueio de toda a verba, neste mês de dezembro de 2022, que corresponde a mais de R\$ 50 milhões para o caso do Rio de Janeiro. Ou seja, tudo o que tinham de recursos em seu orçamento para empenhar foi bloqueado sem nenhum comunicado prévio. Além disso, nesta última sexta-feira (02/12/2022), o governo avançou também em despesas que já haviam sido empenhadas e liquidadas, deixando as contas de várias dessas unidades de ensino, pesquisa e extensão no negativo. Os recursos orçamentários e financeiros seriam destinados aos pagamentos de todas as formas de auxílio estudantil, empresas de alimentação, limpeza, segurança e transporte, salários de terceirizados e demais despesas básicas de funcionamento, inviabilizando o funcionamento das IFES neste final de ano. (CEFET/RJ, 2022, p. 1)

O cenário atual, portanto, revela um preocupante retrocesso em áreas fundamentais da educação brasileira. A reversão desse quadro passa por uma urgente mobilização de esforços governamentais e sociais para garantir que os direitos educacionais sejam efetivamente assegurados a todas as crianças, jovens e adultos do país.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos selecionados para o desenvolvimento da dissertação. No primeiro tópico é detalhada a natureza da pesquisa, no segundo os instrumentos para coleta das informações e no terceiro tópico é detalhada a técnica utilizada para análise das informações.

3.1. Natureza da pesquisa

A pesquisa se caracteriza como:

1. Quali-quantitativa, quanto à abordagem;
2. Estudo de caso, quanto ao tipo;
3. Exploratória quanto aos objetivos;
4. Bibliográfica e documental, quanto aos procedimentos.

De acordo com Fonseca (2002, p.20), “a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”.

Para a consecução dos objetivos, buscou-se viabilizar, através do estudo de caso, uma análise situacional da organização em pesquisa, de modo que a inter-relação entre fatores macro e microambientes ofereça pistas para responder o problema de pesquisa. Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social” FONSECA (2002, p.33).

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, por buscar maior familiaridade com o problema e permitir a construção de hipóteses (GIL, 2002, p.41).

3.2. Instrumentos de coleta de informações

As técnicas que foram empregadas na pesquisa para coletar as informações foram as pesquisas documental e bibliográfica. De acordo com Gil (2017), a técnica de análise documental possibilita acessar informações históricas ou contemporâneas, contidas em documentos, favorecendo a realização de inferências e a compreensão de contextos sociais.

Devido às diversas informações contidas nos documentos, a técnica exige organização e preparação das fontes (CELLARD, 2008). Para a pesquisa documental, foi feita uma seleção inicial entre documentos institucionais do CEFET/RJ, em busca daqueles que registrassem comunicações e/ou percepções relacionadas ao orçamento, ou de eixos que estejam sob sua influência. Foram selecionados os Relatórios de Gestão que compreendem o período em recorte. Esses documentos foram selecionados devido à sua relevância para a compreensão das dinâmicas orçamentárias e administrativas, além de refletirem os impactos das políticas de

austeridade sobre o funcionamento da instituição. A análise teve como objetivo identificar, na mensagem de diversos atores, padrões, discursos e narrativas que contribuem para a compreensão do problema de pesquisa.

Para capturar as dimensões quantitativas do orçamento no âmbito do CEFET/RJ, foi realizada análise descritiva dos documentos da Lei Orçamentária Anual (LOA), no período de 2014 a 2022.

Além dos instrumentos de coleta de informações, que serão detalhados a seguir, o estudo empregou a pesquisa bibliográfica, por meio da consulta a fontes científicas e normativas, para elaboração do referencial teórico, permitindo compreender quais são as visões acerca do papel do Estado no neoliberalismo, assim como contextualizar as práticas e políticas de austeridade no campo neoliberal e os seus impactos na Educação Profissional Científica e Tecnológica.

3.3. Técnica de análise das informações

O meio utilizado para organização e análise das evidências foi a análise de conteúdo, que permitirá identificar e categorizar temas e padrões presentes nos documentos e dados coletados.

De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo não se constitui em um único instrumento metodológico, mas em um “conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos[...]” (BARDIN, 2016, p.37).

Além da descrição do material, o objetivo da análise de conteúdo é a inferência, uma vez que ela oferece os “conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2016, p. 44). A partir das inferências, obtemos as interpretações. Bardin (2016) elenca três fases para a análise de conteúdo:

I - A pré-análise, que constitui na escolha do *corpus* a ser analisado. Ao definir o *corpus* a ser analisado, define-se os documentos necessários para proceder a análise.

II - A exploração do material: Nesta fase, o material escolhido é analisado profundamente e realiza-se leituras e registros. Nesse momento, pode-se criar tabelas para termos, sistematizando o material que será de fato analisado.

III - O tratamento dos resultados obtidos e interpretação: Consiste na análise propriamente dita do material obtido, dialogando com o referencial escolhido.

Diante da complexidade do tema — os impactos da austeridade em um Centro Federal de Educação Tecnológica — a análise de conteúdo se mostrou uma ferramenta relevante, pois permitiu:

1) categorizar e interpretar informações de forma sistemática, identificando temas recorrentes e padrões discursivos presentes nos relatórios de gestão e documentos institucionais.

2) integrar as análises qualitativa e quantitativa, permitindo compreender, para além dos números, a realidade institucional impactada pelas políticas de austeridade.

A análise de conteúdo possibilitou a identificação de significados implícitos, que foram contextualizados pelo pesquisador, em um quadro para cada índice, conforme detalhado adiante. Tais nuances dificilmente seriam captadas por métodos puramente quantitativos.

A metodologia se mostrou aplicável nos relatórios de gestão institucional, pois permitiu interpretar os textos não apenas como informações técnicas, mas como discursos institucionais que refletiram relações de trabalho, estratégias administrativas e efeitos das políticas de austeridade.

Essa técnica foi fundamental para revelar como se estruturou o estado de crise e racionalização no contexto da austeridade.

Da articulação da análise de conteúdo com o referencial teórico já apresentado na seção anterior, emergiram quatro índices que formalizam o impacto do corte orçamentário sobre a instituição:

Índice 1; Estado Permanente de Crise.

Índice 2. Empresa Como Modelo de Subjetivação.

Índice 3. Precarização do Trabalho.

Índice 4. Agravamento da Crise pela Pandemia.

Essas discussões, apresentadas à frente, subsidiaram a redação do Relatório Técnico e Recomendações - produto desta dissertação.

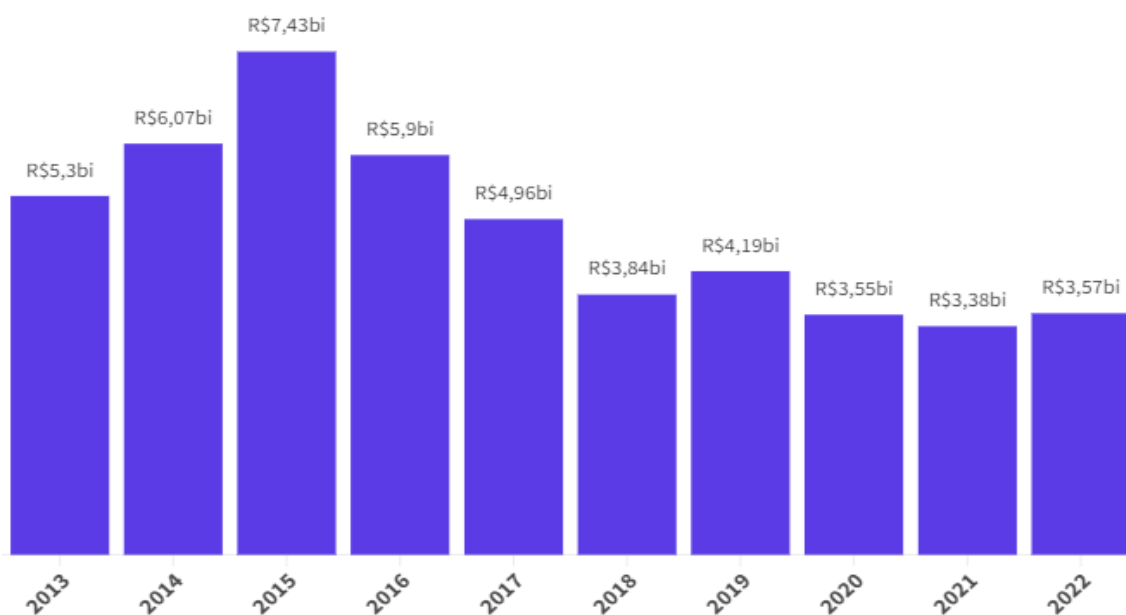
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Aspectos gerais da composição do orçamento do CEFET/RJ

O orçamento do CEFET/RJ baseia-se em uma expectativa de arrecadação de recursos do governo federal. Deste modo, caso a arrecadação venha a ocorrer em patamares inferiores ao previsto, poderá o Governo Federal, a seu critério, bloquear e contingenciar o orçamento, reduzindo a sua liberação e livre execução.

Além dos recursos da fonte do Tesouro, o CEFET/RJ recebe recursos de outros órgãos como Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Capes, CNPq, entre outros, os quais fomentam pesquisas e a pós-graduação na instituição e em diversas outras universidades federais no país. Estes órgãos, conforme se pode verificar nas LOAS do período em recorte, também têm sido alvo de restrições orçamentárias que afetam o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país.

Gráfico 9 - Série histórica de orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)



Fonte: CAPES, LOA, 2022

A série histórica apresentada pelo gráfico 9 corrobora a descontinuidade dos investimentos em Educação, apresentada na introdução da pesquisa, por meio do gráfico 1: os patamares orçamentários de 2022 ficam abaixo do orçamento disponibilizado em 2013. Também são fontes de financiamento do CEFET/RJ as receitas arrecadadas pela própria instituição como, por exemplo, as receitas com aluguéis e arrendamentos, bem como taxas de

inscrição em concursos públicos. Outras fontes de recursos extraorçamentários incluem as Emendas Parlamentares e Termos de Execução Descentralizada.

Em valores correntes, a arrecadação de recursos próprios do CEFET/RJ sofreu um decréscimo de aproximadamente um terço em 2021, se comparado a 2020, e representou apenas 16% do total arrecadado no último ano anterior à pandemia de COVID-19, quando houve arrecadação própria de R\$ 1,7 milhão (CEFET/RJ, 2021, p. 93).

O planejamento e a execução orçamentária do CEFET/RJ constituem atividades-meio que, como suporte às atividades finalísticas (ensino, pesquisa e extensão), buscam o alcance dos objetivos e o cumprimento da missão institucional de “promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade” (CEFET/RJ, 2020, p. 25).

A Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP) é o órgão encarregado de prover e executar as atividades relacionadas com a administração de Gestão de Pessoas e Planejamento e Execução, Financeira e Contábil do orçamento do CEFET/RJ.

Quando ocorre a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), os valores que o MEC distribui às universidades e institutos são liberados e o CEFET/RJ recebe um valor inicial (dotação inicial) que será executado em observância ao decreto de programação orçamentária e financeira emitido pelo Executivo Federal. Posteriormente, o orçamento submetido à Direção Geral e ratificado em seus rateios será descentralizado por Centro de Custos (CC), de acordo os dispositivos legais que regem a matéria, assim como os limites estabelecidos pelos Órgãos Superiores.

A estruturação do plano orçamentário interno é estabelecida pela Direção Geral, em conjunto com as Diretorias Sistêmicas e as UnED's, onde se define a distribuição para aplicação dos créditos orçamentários do exercício vigente, com objetivo de equacionar as despesas. Este planejamento constitui o Plano Operativo Anual (POA).

O orçamento submetido à Direção Geral e ratificado em seus rateios é descentralizado por Centro de Custos (CC), de acordo os dispositivos legais que regem a matéria, assim como os limites estabelecidos pelos Órgãos Superiores. Cada Centro de Custos terá o seu orçamento detalhado por ação orçamentária governamental ou natureza de despesa. Os valores definidos neste documento indicam os tetos orçamentários disponíveis para cada CC. A liberação efetuada pela DIRAP será realizada paulatinamente e de acordo com as programações orçamentárias disponibilizadas pela União, submetendo-se aos limites, contingenciamentos e

cortes efetuados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO).

No decorrer do exercício financeiro, o CEFET/RJ poderá solicitar créditos adicionais e alterações orçamentárias (mudanças nas fontes, GND, codificação etc.) ao órgão setorial (MEC), em consonância com as previsões legais e decretos de programação orçamentária e financeira, nos prazos estabelecidos pela SOF por meio do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (Siop). A execução financeira (empenho, liquidação e pagamento) fica a cargo da Unidade Sede (Maracanã), que executa o próprio orçamento e dos demais CC's. Os centros de custos são identificados no sistema federal SIAFI, conforme relação abaixo:

Tabela 10 – Centros de Custos que compõem o sistema CEFET/RJ

SIGLA		CENTRO DE CUSTO
1	DIREG	Direção Geral
2	DIREN	Diretoria de Ensino
3	DIRAP	Diretoria de Administração e Planejamento
4	DIPPG	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
5	DIGES	Diretoria de Gestão Estratégica
6	DIREX	Diretoria de Extensão
7	DEMET	Departamento de Ensino Médio e Técnico
8	DEPES	Departamento de Ensino Superior
9	MARIA DA GRAÇA	UnED Maria da Graça
10	NOVA IGUAÇU	UnED Nova Iguaçu
11	PETRÓPOLIS	UnED Petrópolis
12	NOVA FRIBURGO	UnED Nova Friburgo
13	ITAGUAÍ	UnED Itaguaí
14	VALENÇA	UnED Valença
15	ANGRA	UnED Angra dos Reis

Fonte: Elaborado pelo autor

Em atendimento à proposta de investigação, pertinente a análise do orçamento do CEFET/RJ, apresentamos os resultados da pesquisa, dividindo-os em duas partes abaixo discriminadas:

- I. Quantitativa: Análise do orçamento do CEFET/RJ.
- II. Qualitativa: Análise de conteúdo

4.2. Orçamento do CEFET/RJ na LOA (2014 a 2022)

A proposta orçamentária do CEFET/RJ, com os valores aprovados (dotação inicial/créditos iniciais) e autorizados (dotação atualizada) na LOA para os exercícios de 2014 a 2022 são apresentados e analisados adiante.

Tabela 11 – Orçamento do CEFET/RJ na LOA (2014 a 2022)

Ano	LOA (dotação inicial)	LOA (dotação atualizada)
2014	261.458.457	297.720.941
2015	305.104.611	337.184.271
2016	321.044.301	374.249.094
2017	372.407.992	408.961.683
2018	389.399.135	417.406.345
2019	424.690.288	452.049.801
2020	372.406.674	442.596.186
2021	241.604.030	439.776.090
2022	445.411.191	445.568.810

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Tesouro Gerencial (2014-2022)

Os recursos previstos para custear as despesas do CEFET/RJ constantes na LOA, no período indicado, cresceram 70,35%, saindo de 261 milhões, em 2014, para 445 milhões, em 2022. Se considerados os créditos adicionais (dotação atualizada), o crescimento entre 2014 e 2022 fica em torno de 49,66%. No entanto, conforme a tabela 12, em termos reais há um encolhimento de 6,70% (de R\$ 505,2 milhões, em 2014, para R\$ 471,3 milhões, em 2022, tomando como base o IPCA a valores de janeiro de 2023).

Tabela 12 – Orçamento do CEFET/RJ na LOA (2014 a 2022), em valores reais – jan 2023

Ano	LOA nominal	LOA real
2014	297.720.941	505.183.524
2015	337.184.271	537.693.742
2016	374.249.094	539.245.637
2017	408.961.683	554.401.395
2018	417.406.345	549.648.781
2019	452.049.801	573.776.685
2020	442.596.186	538.585.131
2021	439.776.090	512.023.002
2022	445.568.810	471.345.380

Fonte: elaborado pelo autor, a partir da tabela de índices do IPCA, disponível no IBGE

Esse encolhimento gera um efeito colateral: a ideia do inchaço da máquina pública, uma vez que, conforme veremos adiante, a maior fatia do orçamento é destinada ao pagamento de pessoal e encargos sociais. Justamente por serem despesas obrigatórias, o contingenciamento não recai sobre elas, cabendo apenas o veto à criação de novas despesas e o discurso de que o Estado é grande demais.

O maior volume de créditos orçamentários autorizados ocorreu no ano de 2019 (R\$ 452 milhões), que representa um crescimento de 8,3% em relação ao ano de 2018. Em termos

reais, o crescimento foi de 4,4%. O Relatório de Gestão 2018 oferece pistas para justificar uma parcela desse aumento: “(...) alguns riscos e fatores influenciaram a instituição a alcançar os seus objetivos, em especial, o contingenciamento orçamentário e a reforma na previdência que levou ao aumento na quantidade de processos de aposentadorias no exercício de 2018” (CEFET/RJ, 2018, p. 34).

A combinação do corte de gastos com a elevação de despesas de pessoal e encargos sociais (pertinentes a um processo de expansão e desenvolvimento institucional), limitou a capacidade de investimentos da instituição.

A maior parte do crescimento orçamentário de 2014 a 2022, portanto, é destinada ao atendimento das despesas obrigatórias, como será melhor detalhado adiante.

Em 2020, a dotação atualizada diminuiu 2,09% em relação a 2019. Destaca-se que parte do orçamento do CEFET/RJ foi condicionado à aprovação do Congresso Nacional em 2020. Isso ocorreu em função da chamada quebra da “regra de ouro” prevista na Constituição Federal, em seu artigo 167, Inciso III, que veda: “(...) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta (...)” (BRASIL, 1988).

Desse modo, os valores na LOA condicionados à aprovação do Congresso Nacional para suplementar as despesas do CEFET/RJ no exercício de 2020 foram de R\$ 46,7 milhões, conforme o quadro 8.

Quadro 8 – Orçamento condicionado à aprovação do Congresso Nacional – CEFET/RJ (2020)

GND	Ação do Governo	Valor
Outras Despesas Correntes (custeio)	Assistência Médica e Odontológica aos servidores	981.115
	Benefícios obrigatórios aos servidores	4.191.647
	Capacitação de servidores	367.068
	Contribuições a organismos internacionais	2.364
	Contribuições a entidades nacionais	41.926
	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	14.330.697
	Assistência aos Estudantes	3.466.468
Pessoal e Encargos Sociais	Aposentadorias e pensões civis da União	23.028.096
	Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	341.072
Valor total condicionado à aprovação legislativa		46.750.453

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Tesouro Gerencial (2020)

A quebra da “regra de ouro” foi uma maneira encontrada pelo governo de contrair dívidas para pagar despesas correntes sem incorrer em crime de responsabilidade fiscal. O Projeto de Lei (PL) n.º 08/2020 enviado ao Congresso Nacional solicitando suplementação às dotações constantes na LOA é aprovado e transformado na Lei n.º 14.008 de 2 de junho de 2020. Assim, diversos órgãos do Poder Executivo reforçaram as suas dotações com recursos oriundos de operações de crédito mediante a emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

A tabela 13 apresenta os valores dos créditos orçamentários por GND, permitindo observar o quanto o executivo federal autorizou na LOA para o CEFET/RJ no que diz respeito às despesas com pessoal e encargos sociais e às despesas de custeio e investimentos.

Tabela 13 – Créditos orçamentários autorizados (dotação atualizada) por GND – CEFET/RJ (2014 a 2022)

Ano	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
2014	211.376.050	51.085.106	35.259.785	297.720.941
2015	262.601.982	54.277.260	20.305.029	337.184.271
2016	306.366.105	55.530.820	12.352.169	374.249.094
2017	340.776.974	52.922.358	15.262.351	408.961.683
2018	354.997.475	54.463.849	7.945.021	417.406.345
2019	380.385.396	64.521.693	7.142.712	452.049.801
2020	377.057.072	62.276.877	3.262.237	442.596.186
2021	385.464.681	50.680.132	3.631.277	439.776.090
2022	387.497.530	52.123.977	5.947.303	445.568.810
2014 – 2022 %	83,32%	2,03%	-83,13%	49,66%

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Tesouro Gerencial (2014 a 2022)

A tabela 14 apresenta a correção dos valores da tabela 13 pelo IPCA, a valores de janeiro de 2023:

Tabela 14 – Créditos orçamentários autorizados (dotação atualizada) por GND, em valores reais – jan 2023

Ano	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
2014	358.670.430	86.683.032	59.830.062	505.183.524
2015	418.760.466	86.553.691	32.379.586	537.693.742
2016	441.434.830	80.012.892	17.797.914	539.245.637
2017	461.968.046	71.743.223	20.690.126	554.401.395
2018	467.467.569	71.719.054	10.462.158	549.648.781
2019	482.814.661	81.895.939	9.066.084	573.776.685
2020	458.832.089	75.783.301	3.969.741	538.585.131
2021	448.789.254	59.005.921	4.227.827	512.023.002
2022	409.914.622	55.139.397	6.291.360	471.345.380
2014 – 2022 %	14,29%	-36,39%	-89,48%	-6,70%

Fonte: elaborado pelo autor, a partir da tabela de índices do IPCA, disponível no IBGE

Observa-se o crescimento nominal do orçamento autorizado para as despesas com pessoal e encargos sociais em 83,32% (de R\$ 211,3 milhões, em 2014, para R\$ 387,4

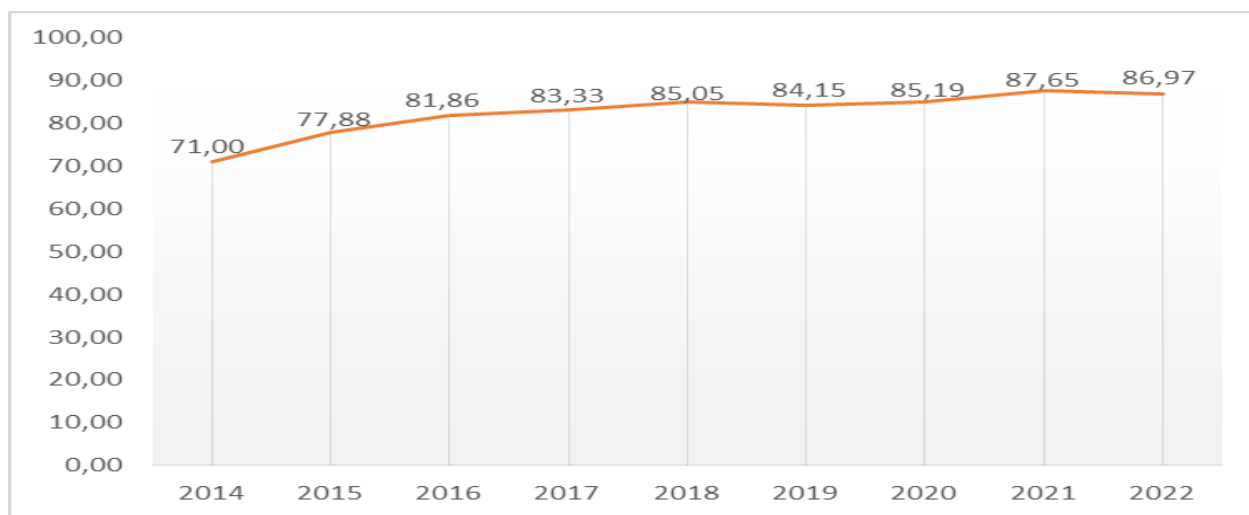
milhões, em 2022). Em termos reais, esse crescimento é de 14,29% (de R\$ 358,7 milhões, em 2014, para R\$ 409,9 milhões, em 2022, tomando como base o IPCA a valores de janeiro de 2023).

As outras despesas correntes (custeio), mesmo nominalmente, tiveram um crescimento modesto no período: 2,03%, saindo de R\$ 51 milhões, em 2014, para R\$ 52,1 milhões, em 2022. No entanto, em termos reais, houve um decréscimo de 36,39%, o que evidencia o corte sistemático dessas despesas em função do “teto de gastos”, limitando a instituição a conviver com os custos fixos mínimos para o funcionamento, conforme já havíamos comentando com relação aos dados das tabelas 8 e 9, no âmbito de toda a Rede Federal.

Os créditos autorizados na LOA para as despesas nominais de investimentos foram reduzidos em 83,13% (de R\$ 35,3 milhões, em 2014, para R\$ 5,9 milhões, em 2022), com acentuadas quedas a partir do ano de 2018. Em termos reais, a redução foi de 89,48%.

O impacto do corte orçamentário é tal que impacta pessoal, custeio e investimento. Os gráficos seguintes (gráfico 10, gráfico 11 e gráfico 12) apresentam, com precisão, os percentuais de participação dos créditos autorizados na LOA para o CEFET/RJ por Grupo de Natureza da Despesa (GND) nos anos de 2014 a 2022.

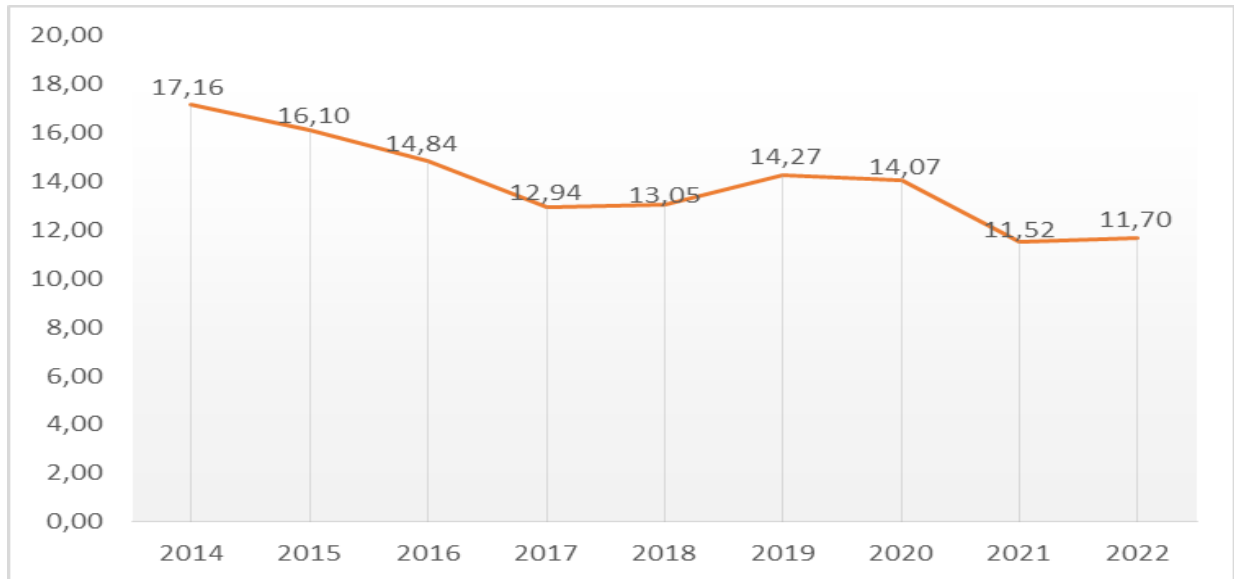
Gráfico 10 – Percentuais de participação dos créditos destinados às despesas de pessoal e encargos sociais no total autorizado na LOA – CEFET/RJ (2014 a 2022)



Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados da tabela 13.

O gráfico 10 mostra que a participação dos créditos destinados às despesas de pessoal e encargos sociais no total autorizado na LOA apresentou percentuais elevados, com o mínimo de 71%, em 2014, e o máximo de 87,65%, em 2021. No ano de 2022, o percentual de participação destes créditos chegou a 86,97%.

Gráfico 11 – Percentuais de participação dos créditos destinados às outras despesas correntes (custeio) no total autorizado na LOA – CEFET/RJ (2014 a 2022)

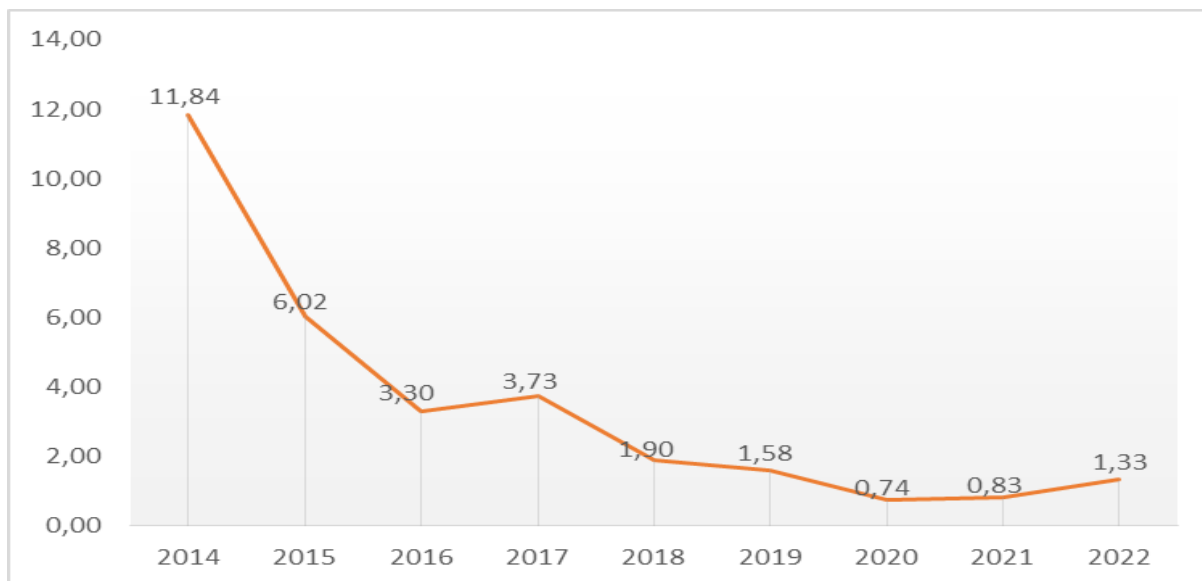


Fonte: elaborado pelo autor, a partir da tabela 13.

A participação dos créditos para atender as outras despesas correntes no total autorizado na LOA foi diminuindo em relação ao total de créditos orçamentários no período indicado. Em 2014, o percentual era 17,16% do orçamento autorizado na LOA, passando para 11,70% em 2022. Em 2021, a participação dos créditos de ODC chegou a 11,52%.

Com base nos dados observados, quanto maior o montante de recursos destinados às despesas com pessoal e encargos sociais, menor a participação dos recursos de custeio, do mesmo modo ocorre com os investimentos, conforme o gráfico 12, a seguir.

Gráfico 12 – Percentuais de participação dos créditos destinados às despesas de investimentos no total aprovado na LOA – CEFET/RJ (2014 a 2022)



Fonte: elaborado pelo autor, a partir da tabela 13.

Os créditos relativos às despesas de investimentos, que já possuíam uma participação muito discreta no total do orçamento autorizado, sofreram uma queda significativa no período em recorte. Os baixos percentuais destes recursos em relação aos outros grupos de despesas analisados refletem a reduzida capacidade que a instituição possui em adquirir equipamentos e materiais a serem utilizados em salas de aula, laboratórios, bibliotecas e demais setores da instituição. O percentual de participação das despesas de investimento no total aprovado na LOA saiu de 11,84%, em 2014, para 1,33% em 2022. Os anos de 2020 e 2021 tiveram percentuais ainda menores, 0,74% e 0,83%, respectivamente.

Quando se analisa a execução desses recursos, o percentual de redução é ainda maior, conforme a análise que será apresentada mais adiante.

Além da redução do montante autorizado para as despesas discricionárias de custeio e capital do CEFET/RJ, conforme as análises aos dados orçamentários, de 2014 a 2022, também ocorreram bloqueios e contingenciamentos aos créditos aprovados na LOA, no decorrer do período em análise. As restrições orçamentárias são produto de políticas econômicas de austeridade, intensificadas após a crise de 2015, que culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. A situação deficitária das contas públicas é o argumento utilizado pelo governo para a realização destas medidas.

4.3. Análise da execução dos recursos orçamentários do CEFET/RJ

Esta seção analisa a execução orçamentária do CEFET/RJ, no período de 2014 a 2022, considerando a relação entre os valores autorizados na LOA (dotação atualizada) e as

despesas executadas (liquidadas) por Grupo de Natureza da Despesa (GND) e por categoria econômica de custeio e capital (no caso do orçamento discricionário).

A tabela 15 apresenta os valores das dotações e das despesas executadas com pessoal e encargos sociais no período indicado, bem como os percentuais de execução. Por serem despesas obrigatórias, não passíveis de contingenciamentos, as despesas de pessoal e encargos sociais possuem percentuais de execução próximos a 100% em relação ao total autorizado na LOA. A Emenda Constitucional nº 95/2016 fixou limites às despesas primárias (obrigatórias e discricionárias) pelo prazo de vinte anos. Mesmo não estando sujeitas a contingenciamentos, a EC/95 veda a criação de despesas obrigatórias e medidas que impliquem em reajustes destas despesas acima da inflação (BRASIL, 2016).

Tabela 15 – Execução das despesas de pessoal e encargos sociais – CEFET/RJ (2014 a 2022)

Ano	Dotação atualizada	Despesa executada	%
2014	211.376.050	210.385.267	99,53%
2015	262.601.982	261.443.548	99,56%
2016	306.366.105	302.760.101	98,82%
2017	340.776.974	339.617.846	99,66%
2018	354.997.475	350.256.107	98,66%
2019	380.385.396	372.334.522	97,88%
2020	377.057.072	372.516.291	98,80%
2021	385.464.681	381.134.207	98,88%
2022	387.497.530	383.251.698	98,90%
2014-2022 %	83,32%	82,17%	-

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Tesouro Gerencial (2014-2022)

Conforme a tabela 15, as dotações e as despesas executadas com pessoal e encargos sociais apresentaram crescimento contínuo até 2022. A despesa executada saiu de R\$ 210 milhões, em 2014, para R\$ 383 milhões, em 2022, configurando um crescimento de 82,17% no período indicado. O crescimento dos recursos destinados às despesas de pessoal e encargos sociais, sem o devido acompanhamento das rubricas de custeio e investimento, deixa a cargo das instituições o desafio de reduzir o montante destinado às despesas discricionárias, cabendo analisar os impactos de cada ação e avaliar onde alocar os recursos.

A tabela 16 apresenta os valores das dotações e da execução das despesas de custeio (outras despesas correntes) no período de 2014 a 2022.

Tabela 16 – Execução das Outras Despesas Correntes – CEFET/RJ (2014 a 2022)

Ano	Dotação atualizada	Despesa executada	%
2014	51.085.106	32.777.816	64,16%
2015	54.277.260	38.987.931	71,83%
2016	55.530.820	42.948.672	77,34%
2017	52.922.358	45.460.183	85,90%
2018	54.463.849	47.722.645	87,62%
2019	64.521.693	48.220.101	74,73%
2020	62.276.877	42.409.593	68,10%

2021	50.680.132	36.242.532	71,51%
2022	52.123.977	41.206.510	79,05%
2014-2022 %	2,03%	25,71%	-

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Tesouro Gerencial (2014 a 2022)

No que se refere à execução das despesas classificadas como outras despesas correntes (custeio), cabe destacar que estão incluídos os recursos de execução obrigatória por determinação de lei e previsão constitucional, como é o caso dos benefícios aos servidores e aos seus dependentes (auxílio funeral e natalidade, assistência médica e odontológica, auxílio creche e auxílio transporte).

Conforme a tabela 16, observa-se que os valores executados passaram de R\$ 32,7 milhões, em 2014, para R\$ 41,2 milhões, em 2022, que representa um aumento de 25,71% no período indicado. O percentual de execução em relação ao que foi autorizado na LOA (dotação atualizada) se mantém num patamar abaixo de 80% do orçamento, com exceção dos anos de 2017 e 2018, quando se atingiram as marcas de 85,90% e 87,62%, respectivamente. A oscilação desses percentuais de execução pode ser explicada pela liberação de limites de empenho de custeio próximos ao final do exercício, atraso no repasse dos limites financeiros ou mesmo o repasse desses limites em percentuais inferiores, conforme apontado nos Relatórios de Gestão de 2016 e 2017. O Relatório de Gestão de 2017 ressalta, ainda, que:

(...) para atender as demandas dos Centros de Custo e por força da Emenda Constitucional nº 95 que veda a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária fez-se obrigatório solicitar o remanejamento de R\$ 1,5 milhões dos recursos de custeio para investimento, sem os quais seria inviável a aquisição de mobiliário e demais equipamentos necessários para atendimento dos projetos institucionais do CEFET/RJ. (CEFET/RJ, 2017, p. 44)

A tabela 17 apresenta os valores das dotações e despesas executadas de investimentos, bem como os percentuais de execução no período de 2014 a 2022.

Tabela 17 – Execução das despesas de investimentos – CEFET/RJ (2014 a 2022)

Ano	Dotação atualizada	Despesa executada	%
2014	35.259.785	2.661.583	7,55%
2015	20.305.029	2.339.487	11,52%
2016	12.352.169	393.096	3,18%
2017	15.262.351	778.834	5,10%
2018	7.945.021	443.689	5,58%
2019	7.142.712	320.147	4,48%
2020	3.262.237	136.054	4,17%
2021	3.631.277	59.401	1,64%
2022	5.947.303	360.083	6,05%
2014-2022 %	-83,13%	-86,47%	-

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Tesouro Gerencial (2014 a 2022)

Conforme a tabela 17, verifica-se uma grande diferença entre a dotação atualizada e a despesa executada (liquidada) de investimentos. Apesar do valor de R\$ 35,259 milhões

autorizados na LOA em 2014, apenas R\$ 2,661 milhões foram executados (liquidados), o que corresponde a um percentual de 7,55% de execução.

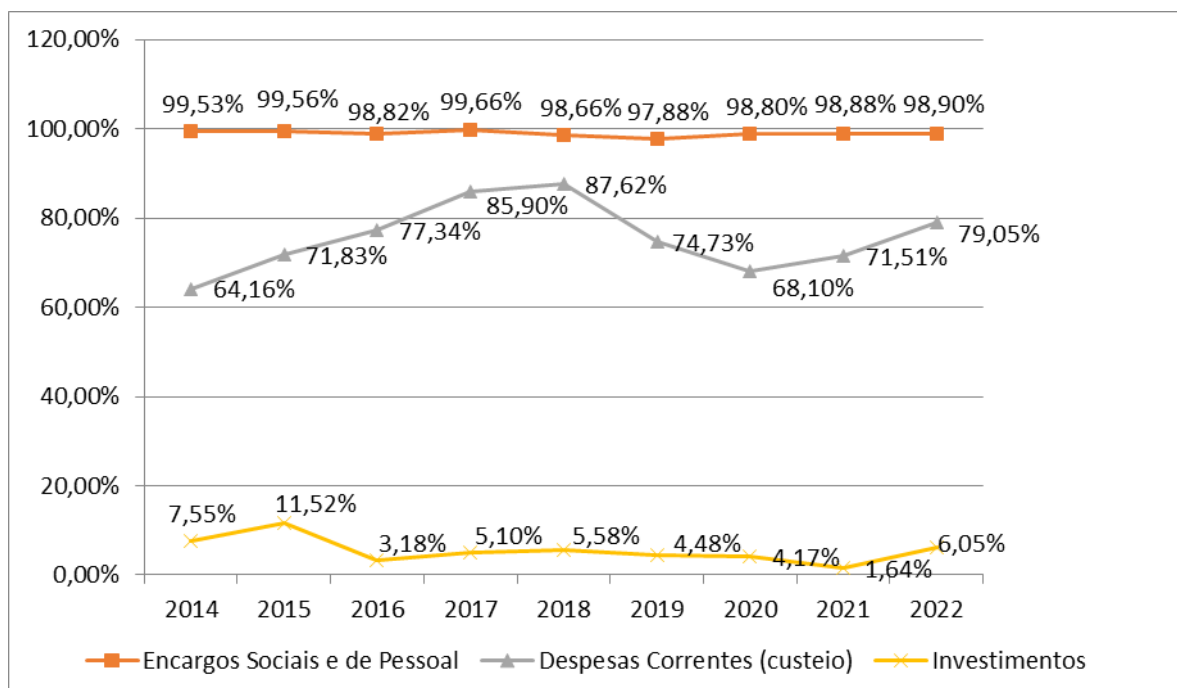
A partir de 2018, os valores autorizados caíram para menos de R\$ 10 milhões, e seguem nesse patamar até 2022, com um percentual de execução girando em torno de 5%, com exceção de 2021, onde apenas 1,64% das despesas autorizadas foram executadas. No período indicado, as despesas de investimentos executadas reduziram 86,47% (de R\$ 2,661 milhões, em 2014, para 360 mil, em 2022).

Conforme já mencionado anteriormente, o aumento das despesas de pessoal e encargos sociais e de custeio (outras despesas correntes), contribuiu para a redução dos valores destinados aos investimentos no recorte temporal. Além disso, a liberação de créditos discricionários próxima ao final do exercício financeiro, dificultou a execução destes recursos, conforme apontam os relatórios de gestão do período. Os Relatórios de Gestão dos anos de 2016 e 2017 destacaram o impacto negativo do atraso na liberação dos limites para empenho, que se concentraram no quarto trimestre dos respectivos exercícios financeiros, com repasses financeiros menores do que as liquidações.

Outro problema enfrentado no exercício 2017 foi a inconstância no pagamento de fornecedores e a necessidade de priorização dos contratos continuados e de concessionárias, que constituem infraestrutura mínima de funcionamento; bolsas discentes, principal método de estímulo à permanência de alunos de baixa renda; e, obras, visando evitar paralisações e aumento de gastos com desmobilização e remobilização de canteiros. O principal motivo desta inconstância foram os atrasos e os repasses parciais em percentual das despesas liquidadas. Os repasses de financeiro não possuíam data de corte definida e por diversas vezes corresponderam a aproximadamente 50% das despesas liquidadas no período. Ao final do exercício, o aumento do número de repasses integrais permitiu a redução do passivo a ser inscrito em restos a pagar (CEFET/RJ, 2017, p. 79).

O gráfico 13 apresenta os percentuais executados em relação a dotação atualizada das despesas que foram analisadas anteriormente para fins de comparação entre os três grupos de despesas (pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos).

Gráfico 13 – Percentual executado por GND em relação à dotação atualizada – CEFET/RJ (2014 a 2022)



Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados contidos nas tabelas 15, 16 e 17

As despesas com pessoal e encargos sociais executaram quase 100% da dotação atualizada (gráfico 13). Sobre tais despesas não podem ser aplicadas o contingenciamento de recursos, conforme o § 2º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): “Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias” (BRASIL, 2000).

As outras despesas correntes executaram, em média, 75,58% do que foi autorizado na LOA nos anos de 2014 a 2022. Os Relatórios de Gestão do CEFET/RJ dos anos de 2016, 2017 e 2018 apontaram que, apesar da liberação total dos limites de empenho para custeio, estes só foram liberados na sua totalidade em data próxima ao final do exercício financeiro, afetando o desempenho da execução destas despesas.

As despesas de investimentos são as que tiveram menor percentual de execução em seus respectivos exercícios financeiros, com uma média de execução de 5,47% no período analisado.

O Relatório de Gestão de 2016 do CEFET/RJ informou que a liberação dos limites de empenho de investimentos foi inferior ao que estava autorizado na LOA, afetando o desempenho da execução orçamentária:

Até agosto de 2016 haviam sido liberados somente 80% dos recursos para despesas de custeio e 40% dos recursos previstos para investimento. Mas somente em outubro de 2016 houve a confirmação do repasse de 100% dos repasses dos recursos de custeio, no entanto os recursos para investimento foram limitados a 50% do montante previsto na LOA 2016. Em razão disso, as licitações para aquisição de

bens e serviços ficaram em sua grande maioria concentradas no segundo semestre de 2016 havendo considerável aumento em restos a pagar não processados para equipamentos e material permanente em relação ao exercício de 2015. (CEFET/RJ, 2016, p. 39).

Dentre os fatores intervenientes no resultado do desempenho orçamentário, apontados pelos Relatórios de Gestão de 2016 e 2017 do CEFET/RJ, a liberação tardia do total do limite de empenho de custeio, próximo ao final do exercício financeiro, acarreta sobrecarga de trabalho nos últimos dias úteis do ano, dificulta a execução das despesas e inviabiliza o planejamento institucional de maneira sistemática.

A liberação tardia de recursos no final do exercício financeiro acarreta elevado número de empenhos realizados nos últimos dias do ano, que não podem ser executados (liquidados e pagos) devido ao curto prazo. Isso ocasiona a inscrição de um grande volume de recursos inscritos em restos a pagar, comprometendo os recursos do ano seguinte, caso a despesa inscrita seja paga. De acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Art. 36, os Restos a Pagar são “[...] as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas” (BRASIL, 1964).

Estas despesas pressionam a execução do orçamento do ano seguinte, pois, havendo pagamento, o exercício a ser considerado não será o do ano em que foi inscrito, e sim o do ano em que foi pago.

Nos anos de 2020 e 2021, a redução da dotação atualizada e o baixo percentual executado pode ser explicado, em parte, pela crise sanitária ocasionada pela pandemia de COVID-19, quando a instituição adotou o trabalho e o ensino remoto emergencial, reduzindo alguns gastos que demandavam atividades presenciais. O consumo de energia elétrica entre os campi do CEFET/RJ, por exemplo, reduziu 66% em relação ao consumo médio registrado nos anos de 2018 e 2019 (CEFET/RJ, 2021, p. 82).

Em 2020, a diminuição dos gastos em alguns elementos de despesas de custeio foi algo que ocorreu nos diversos órgãos vinculados ao Governo. Em 25 de setembro de 2020, o Ministério da Economia publicou, em seu site, a informação de que o Governo Federal havia conseguido economizar, nos meses de abril e agosto de 2020, cerca de R\$ 1 bilhão em despesas de custeio, em comparação com o mesmo período do ano anterior. De acordo com a publicação, o trabalho remoto de servidores teria contribuído para a diminuição dos gastos mensais em itens como diárias, passagens e locomoção, energia elétrica, água e esgoto, serviços de cópias, reproduções de documentos, comunicação em geral e pagamento de auxílios a servidores (BRASIL, 2020).

O aprofundamento da política neoliberal de austeridade, verificada nos últimos anos, principalmente com a aprovação da EC 95/2016, tem como efeito colateral a redução dos recursos das políticas sociais, e dentre elas, dos recursos destinados ao financiamento das universidades e institutos federais. Para lidar com os cortes, os gestores são chamados a “otimizar” o uso desses recursos. O Relatório de Gestão de 2018 retrata bem essa situação:

A restrição orçamentária e a gestão do orçamento, diante da incerteza de liberação de limites orçamentários, é um grande desafio da gestão administrativa do CEFET/RJ desde a Emenda Constitucional nº 95/2016, como também, devido às políticas de distribuição de limites de investimento através de descentralizações orçamentárias do Ministério da Educação. As condições mencionadas exigiram readequações das programações, aprimoramentos nas formas de contratação, notadamente a ampliação da adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) e envolvimento maior dos requisitantes de compras. Contribuem, também para este desafio, as incertezas no que tange à periodicidade da liberação de recursos financeiros para atendimento dos compromissos com fornecedores, que exige constantes ajustes, negociações e priorizações no que tange à gestão financeira, visando a efetividade e qualidade na tomada de decisão pautada pelo compromisso com a consecução da missão do CEFET/RJ junto à sociedade e à nossa comunidade interna (CEFET/RJ, 2018, p. 67).

4. 4. Análise de conteúdo das áreas estratégicas do CEFET/RJ

Na seção de metodologia ressaltamos que, da articulação da análise de conteúdo com o referencial teórico, emergiram quatro índices que formalizam o impacto do corte orçamentário sobre a instituição:

Índice 1; Estado Permanente de Crise.

Índice 2. Empresa Como Modelo de Subjetivação.

Índice 3. Precarização do Trabalho.

Índice 4. Agravamento da Crise pela Pandemia.

A seguir, será apresentada a análise desses índices, que emergiram dos registros coletados, e que dialogam com o referencial teórico utilizado na pesquisa.

Os registros partem de diferentes atores, o que permite verificar que os impactos trazidos pelas políticas de austeridade são amplos e irrestritos. Esses dados corroboram os números apresentados na análise descritiva das peças orçamentárias, que para a presente pesquisa foi realizada em âmbito institucional. Durante a análise, observamos um contexto de preocupações e incertezas sobre o orçamento, sendo este o elemento mais presente nos relatos institucionais.

Conforme foi apresentado na seção de metodologia, as tabelas e índices a seguir são produto da análise de conteúdo dos relatórios de gestão institucional, produzidos e publicados no período entre 2014 e 2022 – compreendendo, portanto, o momento selecionado para o presente estudo.

A elaboração se deu a partir da sistematização de falas das áreas estratégicas da instituição: Diretorias Sistêmicas, Departamento de Gestão de Pessoas e Departamento de Tecnologia da Informação. Os relatos foram agrupados em quatro índices, que apresentam os desdobramentos mais presentes dos cortes orçamentários no CEFET/RJ.

Como se pode observar na figura abaixo, a palavra “orçamento” foi a mais mencionada no mapeamento de ameaças da análise SWOT realizada pela instituição.

Figura 2 – Nuvem de Palavras - Mapeamento das Ameaças da Análise SWOT realizada pelo CEFET/RJ



Fonte: Relatório de Gestão 2018

4.4.1. Índice 1. Estado Permanente de Crise (EPC)

Um dos índices que emergem da análise realizada, é o estado permanente de crise produzido pelo neoliberalismo de austeridade, refletindo um cenário sistemático e contínuo de restrições e cortes orçamentários, em diversos segmentos do CEFET/RJ. Os relatos evidenciam um contínuo de restrições financeiras que não apenas afeta a capacidade operacional da instituição, como também a sua estratégia de desenvolvimento. O quadro 9 apresenta, ao longo dos anos, falas recorrentes que fazem referência aos cortes orçamentários e ao novo regime fiscal, oriundo da EC 95/2016, que foram contextualizadas para melhor compreensão do leitor.

Quadro 9 – Análise de conteúdo: Índice 1 - Estado Permanente de Crise

Unidade de Registro	Ator	Unidade de Contexto	Tema	Ano
(...) Esforços empreendidos para que as economias de recursos advindas do controle de gastos de custeio se revertessem na aquisição de equipamentos, mobiliário e materiais bibliográficos (...)	DIRAP	Racionalização de recursos de custeio para viabilizar infraestrutura necessária para a consolidação dos cursos criados, bem como a adequação aos níveis de qualidade exigidos pelo Catálogo Nacional de Cursos do MEC, avaliações INEP e CAPES.	EPC	2017
Os repasses de recursos financeiros durante o exercício de 2017 ocorreram de forma inconstante, principalmente de forma parcial em percentual das despesas liquidadas, dificultando a gestão de pagamentos de fornecedores e a continuidade de obras em andamento.	DIRAP	Problemas com repasse de recursos, que acarretaram impactos na execução orçamentária.	EPC	2017
ressalta-se que, de forma geral, considerando as restrições orçamentárias associadas ao momento que o país atravessa, acabaram afetando o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, causando limitações na modernização e ampliação das instalações acadêmicas, no desenvolvimento de pesquisa e também nas ações de apoio como auxílios permanências e todos os tipos de bolsas fornecidos pela Instituição.	DIGES	Impacto das restrições orçamentárias no cumprimento da Missão institucional.	EPC	2017
O número de bolsas de monitoria que não acompanhou o aumento do número de cursos criados e consequentemente o aumento do número de alunos da instituição;	DIREN	Descompasso entre o desenvolvimento institucional e o seu respectivo orçamento, pela perspectiva das bolsas de monitoria.	EPC	2017
O orçamento discricionário de recursos de investimento consignados na LOA na ação 20RG, em atendimento ao definido no Novo Regime Fiscal, instituído pela EC95, foram inferiores aos determinados para exercícios anteriores.	DIRAP	A redução do orçamento foi decorrente, também, de determinação da SETEC/MEC em manter sob o orçamento daquela Secretaria recursos de investimento da Ação 20RG que posteriormente foram disponibilizados através de TED.	EPC	2017
os órgãos superiores sinalizaram que em 2018 haverá redução dos recursos para atendimento das bolsas estudantis, sendo tal cenário preocupante para manutenção dos quantitativos de	DIREX	Perspectiva de redução de verbas no exercício seguinte e preocupações com o custeio de bolsas estudantis.	EPC	2017

bolsas oferecidas pelo CEFET/RJ para os próximos exercícios.				
Em 2017 também devido ao contingenciamento dos recursos de capital foi necessário proceder aos remanejamentos de recursos de custeio para atender as demandas de investimentos.	DIRAP	Remanejamento orçamentário, por ocasião da escassez de recursos, que abre concorrência entre custeio e investimento no planejamento institucional.	EPC	2017
Os repasses de financeiro não possuíam data de corte definida e por diversas vezes corresponderam a aproximadamente 50% das despesas liquidadas no período.	DIRAP	Problemas com repasse de recursos, que acarretaram impactos na execução orçamentária.	EPC	2017
as restrições orçamentárias associadas ao momento que o país atravessa, que acabaram afetando negativamente no desenvolvimento das atividades de pesquisa dos Grupos de Pesquisa do CEFET/RJ.	DIPPG	Impactos das restrições orçamentárias no desenvolvimento de pesquisa.	EPC	2017
Devido ao contingenciamento dos recursos financeiros destinados ao centro de custos da DIREX, tivemos limitações nas ações de apoio tanto nos auxílios permanência, quanto nos projetos de extensão (bolsas).	DIREX	Impactos das restrições orçamentárias nas ações de Extensão e em planos de permanência e êxito dos estudantes.	EPC	2017
(...) cortes orçamentários por parte dos órgãos de fomento com interrupção de programas específicos para essa finalidade.	DIPPG	Cortes orçamentários nos órgãos de fomento, que afetam a internacionalização das atividades de pesquisa.	EPC	2018
houve uma drástica redução nos recursos para investimento no exercício de 2018 em relação a 2017, sendo a maior parte das despesas pagas concentradas na execução de obras e compras de equipamentos.	DIRAP	Queda superior a 50% na dotação orçamentária de investimentos, levando a um cenário de demandas reprimidas.	EPC	2018
dependência de ações externas à instituição para a liberação de recursos previstos na LOA	DTINF	Fraquezas e riscos detectados na gestão das contratações e gestão de recursos de TIC, decorrentes do orçamento deficitário.	EPC	2018
Quanto à Ação 2994 - Assistência aos Estudantes das IFES- a estimativa de custos em meados de 2017, foi projetada em função de exercícios anteriores e nos Editais de Bolsas, entretanto, com o corte adotado pela política de governo houve redução de recursos para este programa em 2018, o que ocasionou	DIREX	Enfraquecimento da democracia, resultante das políticas de austeridade.	EPC	2018

comprometimento entre as prioridades e objetivos estratégicos dentre estes, a permanência de alunos em sala de aula, não contribuindo assim para o alcance da missão institucional e as mudanças das políticas externa e interna de apoio a inclusão social, e de apoio ao ensino, pesquisa e extensão.				
Como impacto do ambiente externo, destacamos a redução nos recursos destinados a Instituição em 2019,	DIREG	Apontamentos sobre o ambiente externo, num contexto da visão geral organizacional.	EPC	2019
Oito programas de pós-graduação do CEFET/RJ foram contemplados e a instituição é citada pela FAPERJ entre as que tiveram maior número de projetos aprovados (...). Os recursos visam minimizar os efeitos do atual momento econômico e manter o funcionamento dos programas de pós-graduação, os quais tiveram importante crescimento nos últimos anos, garantindo, assim, a continuidade da progressão qualitativa e quantitativa da produção acadêmica no estado do Rio de Janeiro.	DIPPG	A constante dependência de recursos de órgãos de fomento para atenuar a crise, como sintoma do financiamento inadequado.	EPC	2020
Assim como as demais Instituições de Ensino Federal do país, o CEFET/RJ vem sofrendo com as dificuldades decorrentes das restrições orçamentárias dos últimos anos, principalmente nos investimentos.	DIREG	Apontamentos sobre o ambiente externo, num contexto da visão geral organizacional.	EPC	2021
Os alunos em vulnerabilidade socioeconômica foram beneficiados com o auxílio apenas com 05 parcelas (fevereiro a junho/2021), em função do corte de orçamento do governo.	DIREX	Impactos no atendimento aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica contemplados pelas bolsas ou auxílios.	EPC	2021
Já com relação à Assistência Estudantil, foram ofertados 1970 auxílios nos três Programas de Assistência Estudantil, sendo que parte da verba para custeio dessas ações foi proveniente de uma emenda parlamentar.	DIREX	Uso de recursos de Emenda Parlamentar para custear ações de Assistência Estudantil, como um reflexo da profundidade dos cortes.	EPC	2022
Em maio de 2022, foi anunciado pelo governo federal um corte no orçamento das instituições federais de educação sobre os recursos destinados ao funcionamento das instituições. O	DIREX	Apontamentos sobre o ambiente externo, num contexto da visão geral organizacional.	EPC	2022

corte afetou as ações de custeio do funcionamento da instituição diárias e passagens, inscrições em cursos e eventos, visitas técnicas, bolsas de estágio remunerados entre outros.				
No ano de 2022, dentre os riscos que mais se repetem estão, em ordem decrescente: restrição orçamentária (25 vezes), falta de recursos humanos (17 vezes), falta de engajamento da equipe (10 vezes), mudanças nas políticas internas e/ou externas (8 vezes), sobrecarga de trabalho (7 vezes) e infraestrutura limitada e/ou ineficiente (6 vezes).	DIGES	A identificação da restrição orçamentária como o risco que mais se repetiu no mapeamento de riscos elaborado pela Diretoria de Gestão Estratégica.	EPC	2022

Fonte: elaborado pelo autor

Conforme é possível depreender do quadro 8, as falas de diversos atores destacam um padrão recorrente de cortes orçamentários como resposta externa às crises fiscais. Essa abordagem tem levado à necessidade de racionalização severa dos recursos de custeio, além de investimentos fundamentais em infraestrutura e pesquisa. A constante pressão para adequar-se a um orçamento reduzido força a instituição a um papel secundário, de priorização de gastos essenciais, em detrimento de sua vocação de fomentar o crescimento econômico e a inovação. A racionalização, nesse contexto, não se traduz apenas em uma otimização dos recursos, mas em uma adaptação forçada a um cenário de escassez que perpetua o estado de crise.

Outro aspecto crítico observado é a crescente dependência de recursos provenientes de órgãos de fomento e emendas parlamentares. Essa dependência não só intensifica o efeito das restrições orçamentárias, mas também expõe a vulnerabilidade institucional a flutuações nas políticas de financiamento externo. A necessidade de atender aos critérios e exigências externas pode levar a uma priorização de projetos que se alinhem com essas expectativas, ao invés de iniciativas baseadas em prioridades e necessidades acadêmicas próprias. Além disso, essa dependência pode acirrar a competição entre as instituições por recursos limitados, exacerbando as desigualdades e as disparidades no financiamento. O fato de que muitos objetivos e metas perpassam à necessidade de recursos extraorçamentários reforça a ideia de uma crise sistêmica e prolongada.

A combinação de cortes orçamentários com a dependência de financiamento externo tem implicações significativas para o planejamento e a gestão institucional. A ausência de previsibilidade financeira dificulta a realização de estratégias de longo prazo e a implementação de projetos. A instituição se vê constantemente reagindo às crises imediatas,

em vez de proativamente moldar o seu futuro. Este cenário é evidenciado pelas falas que mencionam a dificuldade em manter projetos de pesquisa e infraestrutura devido às limitações orçamentárias e à instabilidade financeira.

O estado permanente de crise, identificado nos diversos relatos, não é um fenômeno isolado, mas sim uma consequência de políticas austeras que impactam profundamente a estrutura financeira das instituições. Essa realidade cria um ambiente onde a gestão é constantemente marcada por adaptações e ajustes forçados, limitando a capacidade de desenvolvimento.

É crucial reconhecer que esse estado permanente de crise não só afeta o funcionamento diário da instituição, mas também compromete sua capacidade de contribuir para o avanço do conhecimento e para o desenvolvimento regional e nacional. A análise dos relatos e das evidências coletadas sublinha a necessidade de repensar as políticas orçamentárias e considerar alternativas que possam promover uma estabilidade financeira mais sustentável para a instituição.

4.4.2. Índice 2. Empresa Como Modelo de Subjetivação (ECMS)

O segundo índice que emerge dos relatos é a da Empresa Como Modelo de Subjetivação. O quadro 10 apresenta, ao longo dos anos, falas recorrentes que fazem referência a ferramentas e técnicas de gestão empresarial implementadas na organização, adaptando a instituição a uma visão de negócios. Os relatos foram contextualizados, para melhor compreensão do leitor.

Quadro 10 – Análise de conteúdo: Índice 2 - Empresa Como Modelo de Subjetivação

Unidade de Registro	Ator	Unidade de Contexto	Tema	Ano
O CEFET/RJ vem ao longo dos anos buscando garantir equilíbrio entre as receitas recebidas e os dispêndios dos exercícios, mantendo atenção e disciplina no que tange aos contratos com locação de mão-de-obra, outros serviços de pessoa jurídica, passagens e diárias, além de evitar novos gastos vetados pela Portaria MPDG 28/2017.	DIRAP	O elemento moral da “disciplina” como alternativa para a gestão de recursos deficitários.	ECMS	2017
No entanto, as diversas exigências advindas das novas normativas que solicitam aquisições de software e hardware, além de treinamento/capacitação de servidores, em busca de eficiência e controle, têm se	DIRAP	Eficiência e controle como focos prioritários em ações de capacitação e treinamento; efeito colateral da escassez de recursos.	ECMS	2017

mostrado um desafio a ser equacionado.				
Ainda assim houve um aumento na celebração de convênios entre o CEFET/RJ e empresas públicas ou privadas, provavelmente, pelo fato de que algumas atividades realizadas pelos estagiários tem um custo menor para a empresa.	DIREX	Visão do programa de estágio pela perspectiva do custo.	ECMS	2017
Gestão de riscos relacionados ao pessoal Os riscos identificados na gestão de pessoas, no âmbito do CEFET/RJ podem ser notados na quantidade de servidores de carreira egressos da instituição no período, foram 66, sendo estes em sua grande maioria egressos por motivo de aprovação em novo concurso público. Este número de desligamentos por motivo de vacância (geralmente aprovação em outros concursos) afeta de forma extremamente negativa a força de trabalho da instituição, tendo em vista que estes servidores egressos, normalmente, contam experiência no CEFET/RJ e ainda, parte deles, contam com cursos de aperfeiçoamento realizados à custa da instituição.	DGP	Análise do <i>turnover</i> para subsidiar a gestão de riscos de pessoal. Visão da força de trabalho como um custo financeiro.	ECMS	2017
Neste sentido, a instituição vem buscando parcerias públicas e privadas para ampliar os espaços de oferta.	DIREX	Prospecção de espaço físico de terceiros para ampliar atividades de Extensão	ECMS	2018
(...) iniciativas voltadas para redução do custo fixo da instituição, a ampliação da utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), visando a racionalização dos estoques de material; a redução de custos com processos licitatórios através da realização de juntas de processos;	DIRAP	Limitações do planejamento de compras e contratações ao fator custo. Ampliação do SRP, funcionando como mediador da indisponibilidade orçamentária e a necessidade legítima da contratação.	ECMS	2018
consolidação dos pedidos para a aquisição dos itens bibliográficos através de atas de registro de preços (ARP), viabilizando o planejamento de longo prazo do Sistema de Bibliotecas CEFET/RJ e a eficácia da gestão das contratações neste âmbito.	DIRAP	Ampliação do SRP, funcionando como mediador da indisponibilidade orçamentária e a necessidade legítima da contratação.	ECMS	2018
(...) as incertezas no que tange à periodicidade da liberação de	DIRAP	A habilidade de negociar para mitigar o	ECMS	2018

recursos financeiros para atendimento dos compromissos com fornecedores, que exigem constantes ajustes, negociações e prioridades no que tange à gestão financeira, visando a efetividade e qualidade na tomada de decisão pautada pelo compromisso com a consecução da missão do CEFET/RJ junto à sociedade e à nossa comunidade interna.		desequilíbrio no fluxo financeiro entre o repasse de recursos e o montante necessário para o cumprimento de obrigações já assumidas.		
Ressaltamos que mesmo com o remanejamento supracitado, o atendimento as demandas de investimentos ficou aquém das necessidades do CEFET/RJ, razão pela qual este Centro negociou junto ao MEC o recebimento de recursos por meio de TEDs, permitindo o empenho de cerca de R\$ 3,09 milhões acima da dotação inicialmente prevista na LOA para reestrutura e modernização do CEFET/RJ.	DIRAP	Captação de recursos extraorçamentários para viabilizar projetos próprios.	ECMS	2018
(...) e que, conseqüentemente, resultam em prejuízos para os ciclos PDCA (Planejar, Executar, Verificar e Ajustar)	DTINF	Uso da ferramenta de gestão da qualidade PDCA (Ciclo de Deming), para melhoria contínua de processos	ECMS	2018
Promover a gestão do conhecimento e sua respectiva documentação de modo a reduzir o impacto causado pela alta rotatividade de pessoal.	DTINF	Uso da ferramenta Gestão do Conhecimento para difusão de conhecimentos e descentralização de processos, como mitigação dos impactos da alta rotatividade (<i>turnover</i>).	ECMS	2018
dependência de ações externas à instituição para a liberação de recursos previstos na LOA e que, conseqüentemente, resultam em prejuízos para os ciclos PDCA (Planejar, Executar, Verificar e Ajustar)	DTINF	Uso da ferramenta de gestão da qualidade PDCA (Ciclo de Deming), para melhoria contínua de processos	ECMS	2019
Em razão disso, o CEFET/RJ dará continuidade às atividades para promover capacitação dos servidores para a melhoria nas contratações de bens e serviços que contribuam para a melhor utilização dos recursos disponíveis e implementar processo eletrônico para que haja uma maior efetividade na utilização do orçamento e diminuir o tempo de aquisição	DIRAP	Planejamento de contratações focado na eficiência, em função da escassez de recursos orçamentários.	ECMS	2020

de insumos necessários para o melhor aproveitamento do orçamento.				
Para atenuar esse cenário, o CEFET/RJ buscou aumentar o diálogo com o Ministério da Educação e com o Congresso Nacional visando a complementação de seu orçamento por meio de termos de execução descentralizadas e de emendas parlamentares, entre outros que permitiram o investimento em pesquisa, na aquisição de equipamentos e em obras de infraestrutura.	DIREG	Captação de recursos extraorçamentários para viabilizar projetos próprios.	ECMS	2021
No ano de 2021, também foi realizada elaboração conjunta com o Depes do projeto de criação de Espaço Maker para unidade Maracanã, com recurso de emenda parlamentar.	DIREN	Captação de recursos extraorçamentários para viabilizar projetos próprios.	ECMS	2021
Além da concessão de bolsas, cabe destacar os esforços institucionais para aumentar os recursos oriundos de agências de fomento e a parceria com outros entes públicos e privados.		Captação de recursos extraorçamentários para viabilizar projetos próprios.	ECMS	2021
Dentre as parcerias com outros entes governamentais, a continuidade dos convênios entre o CEFET/RJ e a Eletrobrás Nuclear S.A nas previsões orçamentárias do repasse de recursos para campus Angra dos Reis, do acordo de cooperação técnica entre o CEFET/RJ e a Ternium Brasil, que prevê investimentos da empresa no campus Itaguaí, o acordo de cooperação técnica entre o CEFET/RJ, a UERJ e o Instituto Eldorado para oferta do projeto Hackatruck MakerSpace patrocinado pela IBM Brasil e Flex	DIREG	Participação do investimento privado por meio de convênios, patrocínios e outros formatos de parcerias.	ECMS	2022

Fonte: elaborado pelo autor

Como um efeito colateral da escassez de recursos, a imagem da empresa surge como um modelo a ser seguido. Para remediar o financiamento inadequado, os ideais de eficiência e eficácia na gestão orçamentária deixam de ser um meio de alcance de objetivos estratégicos para se tornar um fim em si mesma.

No contexto dos institutos e universidades públicas brasileiras, especialmente em tempos de austeridade, a lógica empresarial tem se infiltrado cada vez mais nas práticas e na

subjetividade dos atores institucionais. Esse fenômeno está profundamente enraizado no contexto neoliberal, onde a racionalidade econômica se expande para todas as esferas da vida social, transformando instituições e sujeitos.

A abordagem de Dardot e Laval no livro *A Nova Razão do Mundo* é essencial para entender como os institutos e universidades têm sido moldados pela lógica neoliberal, em que a eficiência, a produtividade e a otimização de recursos se tornaram os parâmetros centrais.

Nesse sentido, a organização é progressivamente vista e gerida como uma empresa, onde as práticas de gestão empresarial, antes restritas ao setor privado, são aplicadas à gestão pública e educacional.

A partir dessa perspectiva, a "empresa como modelo de subjetivação" se refere ao processo pelo qual indivíduos e coletivos começam a pensar, agir e se comportar como empreendedores de si mesmos, internalizando a lógica de mercado. Essa subjetivação implica em um reordenamento das prioridades, onde a maximização de resultados, a competitividade e a busca incessante por eficiência se tornam objetivos centrais, muitas vezes em detrimento de valores tradicionais da academia, como a produção crítica de conhecimento e a autonomia institucional.

No quadro de análise, os relatos destacam esforços de otimização e economia de verbas, como a racionalização de contratações. São exemplos claros desse processo de subjetivação. Tais esforços refletem uma adesão à lógica empresarial, onde a busca por eficiência econômica se sobrepõe às necessidades pedagógicas e científicas. A insistência em reduzir custos e maximizar resultados pode ser vista como uma consequência direta da pressão exercida por políticas de austeridade, que empurram os institutos e universidades para uma gestão orientada pelo mercado.

Esse modelo de subjetivação tem implicações profundas, não apenas na administração, mas também na formação subjetiva de estudantes, professores e gestores. Ao adotar práticas de gestão empresarial, as instituições não só reproduzem a lógica neoliberal, mas também a perpetuam, formando indivíduos que internalizam esses valores como naturais e desejáveis.

Esse processo de subjetivação é uma manifestação do avanço da racionalidade neoliberal no campo educacional. A lógica de mercado, introduzida e naturalizada através das políticas de austeridade, redefinem os valores institucionais, transformando a organização em um modelo de negócio voltado para a eficiência e competitividade, em detrimento de seu papel histórico como espaço de reflexão crítica e formação humanística.

4.4.3. Índice 3. Precarização do Trabalho

O terceiro índice que emerge dos relatos é a Precarização do Trabalho. O quadro 11 apresenta, ao longo dos anos, falas recorrentes que evidenciam situações de precarização do trabalho, em um ambiente de austeridade permanente. As falas foram contextualizadas, para melhor compreensão do leitor.

Quadro 11 – Análise de conteúdo: Índice 3 - Precarização do Trabalho

Unidade de Registro	Ator	Unidade de Contexto	Tema	Ano
O número insuficiente de servidores na área de Tecnologia da Informação expõe o CEFET/RJ a uma série de riscos, tais como: Alongamento do prazo na execução de projetos; Limitação na possibilidade de automatização de processos internos; Perda do conhecimento técnico sobre sistemas existentes por alta rotatividade de pessoal, entre outros.	DTINF	Insuficiência de servidores na área de TI da instituição, acarretando impactos no desempenho das atividades.	Precarização	2018
Dentre os obstáculos à atuação do Departamento de Recursos Humanos (DRH) nessas temáticas pode-se citar a insuficiência de pessoal e as restrições orçamentárias existentes.	DGP	Insuficiência de servidores na área de Gestão de Pessoas da instituição, acarretando impactos no desempenho das atividades.	Precarização	2018
Cabe destacar que alguns riscos e fatores influenciaram a instituição a alcançar os seus objetivos, em especial, o contingenciamento orçamentário e a reforma na previdência que levou ao aumento na quantidade de processos de aposentadorias no exercício de 2018.		Aumento de aposentadorias como resposta à iminente perda de direitos promovida pela contrarreforma da Previdência.	Precarização	2018
Observa-se uma alta rotatividade nas funções gratificadas em virtude da falta de interesse por parte dos servidores em ocupar determinados cargos, aliados a uma baixa compensação pecuniária e um alto grau de responsabilidade de suas atribuições.	DGP	Esvaziamento de posições estratégicas de trabalho, pelo desequilíbrio entre a complexidade das atribuições e os proventos recebidos para o desempenho das funções gratificadas e cargos de direção.	Precarização	2017
Considerando também o atual contexto econômico, a DIEMP sofreu reduções na oferta de emprego e estágios (...)	DIREX	Desaceleração na oferta de trabalho como reflexo da política econômica em vigor.	Precarização	2017
um aumento da burocratização	DIPPG	Docentes realizando	Precarização	2017

imposta pelo governo federal em relação aos processos de compras para a aquisição de materiais, serviços e equipamentos necessários para dar suporte às atividades de pesquisa e pós-graduação no CEFET/RJ. Apesar do esforço institucional no sentido de simplificar os procedimentos, o arcabouço imposto pelo governo federal acabou por impor aos pesquisadores e docentes maiores encargos de dedicação às atividades burocráticas, reduzindo o seu tempo disponível para executarem as suas atividades-fim. Este contexto representa uma ameaça à manutenção e ampliação das atividades de pesquisa e pós-graduação na Instituição.		atividades de suporte, sintoma do déficit generalizado de pessoal.		
A busca de boas práticas de governança e os ajustes de redução de postos, assim como outras medidas de sustentabilidade e racionalização de gastos tem se mostrado relevantes para o desempenho orçamentário do CEFET/RJ.	DIRAP	O desempenho orçamentário condicionado à redução de postos de trabalho de colaboradores terceirizados, público em constante estado de vulnerabilidade social.	Precarização	2017
Durante o exercício de 2017 a irregularidade dos repasses financeiros inviabilizou o cumprimento na totalidade das obrigações assumidas com os Fornecedores dentro do próprio exercício.	DIRAP	Atraso no cumprimento de obrigações assumidas com fornecedores, que gera prejuízos para ambas as partes.	Precarização	2017
Considerando o atraso nos recursos para investimentos no que se refere à aquisição de material permanente como: mobiliários, livros e de informática- que só foram executados no meado do segundo semestre, desta forma, os processos foram refeitos em função de prazos expirados pela cotação de preços, etc.	DIRAP	Retrabalho na instrução processual, que gera atrasos na tramitação e eleva os riscos de insucesso nas licitações.	Precarização	2017
muitos processos para uso dos recursos destinados nesta ação não puderam dar prosseguimento antes do quarto trimestre do exercício de 2017, quando no final do mês de novembro/2017 houve a liberação de 100% do limite orçamentário para execução das despesas de custeio do	DIRAP	Liberação tardia de recursos orçamentários, que cria gargalos na tramitação de processos, sobrecarga de trabalho e cancelamentos de empenho.	Precarização	2017

CEFET/RJ.				
Em maio de 2017, o CEFET/RJ sofreu o bloqueio de R\$ 5.833.221, sendo que tais recursos somente foram liberados a partir do mês de novembro de 2017, tal ação provocou atrasos na execução orçamentaria, resultando que as licitações para aquisição de bens e serviços ficaram em sua grande maioria concentradas no último trimestre do exercício concentrando novamente os registros de consideráveis valores em restos a pagar não processados.	DIRAP	O registro de valores de grande monta em Restos a Pagar Não Processados, que comprometem o orçamento do exercício seguinte.	Precarização	2017
Com relação à oferta de cursos de Extensão, a maior dificuldade encontrada está relacionada com a disponibilidade de salas de aula para sua concretização, considerando a alta oferta de cursos regulares de ensino, assim como os de pós-graduação em todos os campi do CEFET/RJ.	DIREX	Instalações aquém das necessidades da Diretoria de Extensão	Precarização	2018
é possível perceber que o indicador “relação de alunos/docente em tempo integral” no CEFET/RJ encontra-se acima dos valores acordados entre o MEC e os Institutos: 20 alunos por professor e também acima da média nacional do ano de 2018 (23,70) (MEC, 2019). É conhecimento que o número de professores não é apenas um dos fatores responsáveis pela boa formação do aluno, mas também para a melhoria da qualificação do curso e uma estrutura administrativa adequada para prestação de um serviço de qualidade.	DIREN	Relação alunos/professor acima do ideal, o que afeta a qualidade do ensino e a qualificação dos cursos.	Precarização	2018
As condições mencionadas exigiram readequações das programações, aprimoramentos nas formas de contratação, notadamente a ampliação da adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) e envolvimento maior dos requisitantes de compras.	DIRAP	Necessidade de buscar maior engajamento dos solicitantes de compras nos trâmites administrativos, como evidência da escassez de pessoal para lidar com situações que demandam pronta resposta, como o caso da liberação tardia de recursos.	Precarização	2018
No que concerne aos problemas estruturantes, evidencia-se,	DIRAP	Necessidade de recomposição do	Precarização	2018

também, a necessidade de que o CEFET/RJ tenha recomposta sua força de trabalho com a realização de novos concursos e contratações, ampliação do quantitativo de funções gratificadas, para reposição de aposentadorias e exonerações, bem como da criação de setores administrativos visando atender às atividades de apoio à gestão administrativa, segregação de funções, e os novos processos de trabalho que vem sendo exigidos pela evolução da governança da Administração Pública.		quadro de pessoal.		
muitos desses servidores em atividade preenchem requisitos para aposentadoria. Face a esta crescente demanda o Departamento de Recursos Humanos criou em 2014 um setor voltado para as especificidades e complexidades do tema.	DGP	Alto número de servidores elegíveis à aposentadoria, que expõe a necessidade de renovação de quadro.	Precarização	2018
Dentre os obstáculos à atuação do Departamento de Recursos Humanos (DRH) nessas temáticas pode-se citar a insuficiência de pessoal e as restrições orçamentárias existentes.	DGP	Escassez de pessoal	Precarização	2018
Falta de pessoal qualificado para atuar na área	DIRAP	Necessidade de capacitação profissional frente à carência de servidores.	Precarização	2018
Quanto às ações de desenvolvimento custeadas ou ofertadas pela instituição, as restrições orçamentárias ocorridas em 2019 afetaram a distribuição dos recursos ao longo do ano, de forma que não houve oferta de cursos de capacitação institucionais.	DGP	Demanda reprimida de capacitação profissional.	Precarização	2019
(...) pois os solicitantes responsáveis pelos recursos via Emenda Parlamentar tiveram dificuldades para apresentar os documentos necessários para a abertura de certame licitatório.	DIRAP	Impossibilidade de suporte adequado ao solicitante de compras, em função da insuficiência de pessoal.	Precarização	2020
(...) Ampliar o quantitativo de servidores administrativos para atender as demandas dos diversos setores ligados à diretoria, assim como sua qualificação e capacitação, sobretudo para atendimento às demandas pedagógicas;	DIREN	Quantidade inadequada de servidores na Diretoria de Ensino	Precarização	2021

No ano de 2021, não foram realizados concursos públicos para provimentos de cargos técnico-administrativos ou docente no âmbito do CEFET/RJ.	DGP	Estagnação na realização de concursos, que contribui com o déficit generalizado de pessoal.	Precarização	2021
(...) Diante desse cenário, foi necessária, dentre outras ações, a readequação de contratos de serviços terceirizados e a suspensão de bolsas destinadas à contratação de estagiários.	DIREG	Impacto dos cortes orçamentários no direito universal ao trabalho.	Precarização	2022
(...) a falta de recursos humanos gera uma sobrecarga de trabalho tanto em docentes quanto em técnicos administrativos,	DIGES	Deterioração das condições de trabalho, advinda do déficit de pessoal, provocado por políticas permanentes de austeridade.	Precarização	2022

Fonte: elaborado pelo autor

No contexto de austeridade enfrentado por toda a Rede Federal, a precarização do trabalho emerge como um dos impactos visíveis e preocupantes. No âmbito institucional, esse fenômeno é percebido pela deterioração das condições laborais, incluindo o esvaziamento do quadro de pessoal, com diversos setores relatando insuficiência em suas equipes. Como consequência, o aumento da carga de trabalho, aprofundando o estado de precarização. Esse fenômeno reflete a adoção de uma lógica neoliberal, onde a flexibilização e a redução de custos são priorizadas em detrimento da valorização do trabalhador e da educação.

Os relatos dos atores destacam a sobrecarga de trabalho, a contratação de temporários em detrimento de concursados, e a terceirização de serviços, são exemplos claros dessa precarização. Esses elementos indicam uma tendência crescente de desvalorização do trabalho docente e técnico-administrativo, transformando os trabalhadores da educação em meros recursos a serem geridos de acordo com os interesses financeiros e operacionais.

A precarização do trabalho, impulsionada pela lógica da austeridade, não se limita apenas à deterioração das condições materiais dos trabalhadores, mas também afeta profundamente a qualidade do ensino e da pesquisa. A sobrecarga de trabalho, muitas vezes resultante da redução de equipes e da racionalização de recursos, compromete a capacidade dos docentes de se dedicarem integralmente às atividades acadêmicas, impactando negativamente a produção científica e a formação dos estudantes.

Além disso, a falta de perspectivas de estabilidade e a constante ameaça de cortes orçamentários criam um clima de vulnerabilidade que afeta a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores.

A precarização é uma ferramenta estratégica para flexibilizar o mercado de trabalho e aumentar a competitividade. No entanto, quando aplicada ao setor educacional, essa lógica resulta em uma degradação da qualidade do ensino e da pesquisa, uma vez que os trabalhadores são vistos como custos a serem minimizados, e não como agentes essenciais para a missão educacional e científica da instituição.

A precarização do trabalho, intensificada pelas políticas de austeridade, representa uma ameaça tanto para os trabalhadores quanto para a qualidade das atividades acadêmicas. Dessa forma, a lógica neoliberal de priorização irrestrita da eficiência econômica, sacrifica o bem-estar dos trabalhadores e a excelência acadêmica, comprometendo o papel transformador que a instituição deve desempenhar na sociedade.

4.4.4. Índice 4. O Agravamento da Crise pela Pandemia de COVID-19

O quarto índice que emerge dos relatos é O Agravamento da Crise pela Pandemia de COVID-19. O quadro 12 apresenta, ao longo dos anos, falas recorrentes que evidenciam os impactos sociais e econômicos causados pelo isolamento social. Questões como saúde mental, esforços para conter a evasão escolar, a dificuldade de adaptação tecnológica para aulas e trabalho remotos e a falsa ideia de uma economia de recursos, baseada na inatividade de muitos departamentos e setores institucionais, ficam evidenciadas.

Quadro 12 – Análise de conteúdo: Índice 4 - Agravamento da Crise pela Pandemia de COVID-19

Unidade de Registro	Ator	Unidade de Contexto	Tema	Ano
o ano de 2020 um exercício realizado em plena Pandemia Mundial, reforçado por uma Gestão provisória (Pro Tempore), que passou por diversos Diretores-Gerais em pouco mais de um ano	DIREG	Enfraquecimento da democracia	Pandemia	2020
quando o ano de 2020 foi marcado excepcionalmente pela declaração da OMS do novo coronavírus, afetando a forma de gestão, com o advento de todos os servidores e alunos serem recolhidos para suas residências, caracterizando a necessidade da velocidade de utilização dos avanços tecnológicos, com novos paradigmas de comunicação, fluxo social e conectividade.	DIREG	Mudanças radicais no ambiente organizacional, com mobilização de recursos financeiros e tecnológicos para viabilizar as aulas e o trabalho remotos.	Pandemia	2020
Ainda foram investidos mais de 10 milhões em bolsas e auxílio para os alunos, fundamentalmente na busca de	DIREG	Investimento emergencial, para mitigar a evasão dos alunos no	Pandemia	2020

proporcionar a todo aluno acesso a equipamento e internet para acompanhamento pleno do ensino remoto, necessidades impostas pela pandemia do novo coronavírus.		contexto da pandemia.		
destaca-se o projeto/programa Funcionamento Institucional, onde a meta foi atingida com uma variação de apenas 0,5%, realizando a manutenção de sua infraestrutura com recursos 30% menor que o disponibilizado, motivado pelo fechamento dos campus, por conta da pandemia, que implicou no baixo consumo de despesas fixas (como luz)	DIREG	Redução dos custos fixos a níveis relevantes, uma possibilidade que se deu apenas em um contexto extremo, como o fechamento dos <i>campi</i> por ocasião da pandemia.	Pandemia	2020
a gestão atuou estrategicamente, aproveitando a economia efetivada, para criar a possibilidade de maior financiamento para bolsas e auxílio destinadas à estudantes que enfrentaram dificuldades financeiras, e não tinham condições de adquirir equipamentos e internet para aula remota.	DIREG	Ampliação de bolsas e auxílios estudantis como uma possibilidade mediante a não realização de despesas em outras áreas de custeio; cenário de excepcionalidade provocado pela pandemia.	Pandemia	2020
Outro destaque vai para o programa de capacitação, onde, com uma estratégia de aproveitamento da situação provocada pela pandemia, aumentou-se a capacitação de 250 servidores para 637 servidores, elevando significativamente a qualificação do nosso capital humano.	DIREG	Aumento relevante das ações de capacitação, condicionado pela não realização de despesas em outras áreas de custeio; cenário de excepcionalidade provocado pela pandemia.	Pandemia	2020
Lembramos que a suspensão das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão entre os meses de março a outubro dificultaram a proposição das atividades de extensão.	DIREX	A suspensão generalizada das atividades, como o caso da Extensão, que produzem a “economia de recursos” como efeito colateral.	Pandemia	2020
Devido à pandemia, a redução significativa de ofertas de empregos e estágios e a suspensão das atividades presenciais não foi possível a organização e realização de palestras e demais eventos voltados para o estudante ingressar no mercado de trabalho.	DIREX	Impactos socioeconômicos da pandemia, que trouxeram prejuízos financeiros e de saúde mental à comunidade.	Pandemia	2020

Foi possível observar que os dados de evasão revelam que 21 (vinte e um) alunos beneficiados pelos programas de assistência estudantil evadiram-se, totalizando 1,06% das bolsas previstas. Num ano atípico, mediante a pandemia, serão necessários novos estudos para investigar os reais motivos que levaram alunos beneficiados a descontinuarem sua formação.	DIREX	Possíveis impactos da pandemia na evasão escolar, apesar dos esforços dos programas de assistência estudantil.	Pandemia	2020
Diante da pandemia de COVID-19, a internacionalização foi uma das áreas de atuação mais afetadas nas instituições de ensino, repercutindo na expansão de convênios e parcerias e na mobilidade de estudantes. Não foi possível estabelecer novos convênios, sendo mantidos os existentes até então.	DIPPG	Impossibilidade de celebrar novos convênios, dada a necessidade de distanciamento social.	Pandemia	2020
Em 2020, mesmo com a pandemia e a mudança na divisão dos recursos promovida pela atual gestão, conseguiu-se aumentar o número de grupos de pesquisa de 45 (quarenta e cinco) para 56 (cinquenta e seis).	DIPPG	Ampliação dos grupos de pesquisa condicionada ao remanejamento de recursos de outras áreas.	Pandemia	2020
O total de despesas empenhadas pelo Departamento de TI apresentou uma redução da ordem de 59% em face a Pandemia do Corona Vírus em 2020.	DTINF	Demanda reprimida da área de TI, em função da pandemia, que produz a “economia de recursos” como efeito colateral.	Pandemia	2020
Observa-se uma diminuição significativa da folha de pagamento anual de 2019 para 2020. Tal diminuição pode ser relacionada à pandemia do COVID 19, na qual os servidores foram colocados em trabalho remoto e deixaram de receber benefícios como auxílio transporte e adicionais ocupacionais.	DGP	A redução do custo de pessoal como fiadora do trabalho remoto.	Pandemia	2020
O ano de 2020 foi atípico para todos em razão da pandemia. Na área de Gestão de Pessoas, os impactos foram imensos. Todos os servidores tiveram que se adaptar a uma nova modalidade de trabalho, de forma remota, de maneira repentina, que teve que ser orientada e conduzida pelo DGP. Novas regulamentações	DGP	Agravamento de quadros de saúde mental no âmbito de Gestão de Pessoas, segmento mais impactado pela pandemia, dada a necessidade de liderar a reorganização da	Pandemia	2020

surgindo ao longo dos dias, servidores sofrendo diferentes problemas de saúde em razão da pandemia e da nova realidade, como estresse, ansiedade, depressão, etc.		vida institucional.		
Com advento do COVID-19, o trabalho remoto mostrou-se prejudicado devido à ausência de processos eletrônicos na UG.	DIRAP	A capacidade de adaptação rápida em um momento de crise se mostrou prejudicada, pela falta de investimentos (até então) em um sistema eletrônico de tramitação de processos.	Pandemia	2020
O CEFET/RJ teve em 2020 cerca de 78% do investimento pago para aquisição de equipamentos e material permanente. Esse gasto foi feito para que os servidores pudessem estar mais preparados para este novo cenário de teletrabalho e com recursos compatíveis para o melhor andamento da instituição. Por outro lado, as obras foram paralisadas até que houvesse uma segurança maior por conta da transmissão do vírus, com isso nem todas as obras foram finalizadas durante o ano.	DIRAP	O contraste entre a ampliação e o constrangimento de recursos na execução orçamentária, com áreas sendo impactadas de maneiras distintas, positiva e negativamente.	Pandemia	2020
2020 foi considerado um ano atípico devido à pandemia e como a mesma permanece fechada, a Instituição resolveu reduzir o valor de alguns contratos de arrendamento para que não houvesse prejuízo para os arrendatários, pois estes auferem receitas através principalmente através do fluxo de pessoas. Assim, comparado com o ano de 2019 a arrecadação de receitas próprias teve uma redução em torno de 70%,	DIRAP	Impactos socioeconômicos na arrecadação de receitas próprias, tanto para a instituição quanto para os arrendatários.	Pandemia	2020
Destaca-se também no ano de 2020 a contratação de empresa para fornecimento de Kits de Gêneros Alimentícios para os alunos do CEFET/RJ em situação de vulnerabilidade, diante da crise econômica gerada pela pandemia do novo Corona vírus.	DIRAP	Esforços para a manutenção do atendimento aos alunos em situação de vulnerabilidade.	Pandemia	2020
destacam-se ainda a aquisição de softwares educacionais que visam	DIREG	A adequação ao ambiente	Pandemia	2021

garantir a qualidade das atividades de Ensino e Pesquisa, essenciais para o período de ensino remoto e que continuarão a garantir a qualidade das atividades no retorno presencial, bem como a aquisição de materiais de proteção e combate à COVID-19, essenciais para o retorno seguro das atividades presenciais.		pandêmico por ocasião do retorno gradual às atividades presenciais exigiu a realização de despesas com a compra de materiais de proteção contra a COVID-19.		
É possível observar uma diminuição no indicador quando comparado ao ano anterior, mas similar aos dos anos de 2019 e 2018. Uma possível causa para isso pode estar relacionada ao contexto instaurado pelo agravamento da pandemia da COVID-19 que desestabilizou economicamente, psicologicamente e socialmente a população brasileira e, consequentemente, a quantidade de candidatos interessados nas vagas.	DIREN	Impactos da pandemia no acesso ao ensino público.	Pandemia	2021
Observa-se uma diminuição entre o período de 2020 e 2021. Entre os motivos que pode ter contribuído e que devem ser averiguados está as dificuldades econômicas e financeiras enfrentadas pelas famílias brasileiras e agravadas pela COVID-19 levando, por exemplo, ao trancamento de matrícula por parte dos discentes.	DIREN	Impactos da pandemia na permanência e êxito dos alunos.	Pandemia	2021
Ainda com respeito à ação 20RL – Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, diante do cenário de trabalho e aulas remotas em virtude da pandemia de COVID-19 durante todo o ano, verificou-se uma redução nas despesas associadas a esta ação, se comparadas a 2019 e 2020. Isto possibilitou que a instituição solicitasse remanejamento de recursos originalmente de custeio para o GND de investimento, cuja dotação inicial na LOA era de apenas R\$ 0,5 milhão. Desta forma, quando comparado ao ano anterior, em 2021 houve acréscimo nos gastos com investimentos usando recursos orçamentários consignados no	DIRAP	Remanejamento dos recursos de custeio frustrados pela pandemia, para a rubrica de investimento.	Pandemia	2021

orçamento.				
------------	--	--	--	--

Fonte: elaborado pelo autor

A pandemia da COVID-19 teve um efeito devastador em diversas esferas da sociedade, e a Rede Federal não foi exceção. Já fragilizadas por anos de austeridade e pela adoção de uma lógica neoliberal, essas instituições enfrentaram desafios sem precedentes, que agravaram ainda mais as desigualdades e a precarização do ensino, pesquisa e extensão.

Um dos impactos mais relevantes foi o aumento da desigualdade no acesso à educação. A transição abrupta para o ensino remoto expôs e ampliou as lacunas tecnológicas e socioeconômicas entre os estudantes. Aqueles que já enfrentavam dificuldades financeiras, e que dependiam de bolsas de estudo para permanecerem na escola, encontraram-se em uma posição ainda mais vulnerável. A falta de acesso a dispositivos adequados e a uma internet estável tornou-se um obstáculo para muitos, resultando em um aumento significativo da evasão escolar e na exclusão de um grande número de estudantes do processo educacional. Além disso, a pandemia interrompeu ou dificultou a continuidade de projetos de pesquisa e extensão, muitos dos quais já estavam comprometidos pela falta de recursos decorrente da austeridade. A paralisação de atividades presenciais, aliada à incerteza econômica, levou à suspensão de financiamentos e à redução de oportunidades de pesquisa. Como resultado, a capacidade produtiva de conhecimento na sociedade foi reduzida.

Durante a pandemia, muitos docentes e técnicos administrativos tiveram que se adaptar rapidamente às novas demandas do ensino remoto, muitas vezes sem o suporte ou os recursos necessários. Essa situação, sem paralelo na história recente, provocou elevado impacto na saúde mental de alunos e servidores, levando a quadros de estresse e esgotamento profissional. Ao mesmo tempo, expôs a fragilidade laboral dos colaboradores vinculados por contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, que tiveram seus postos de trabalho reduzidos ou extintos, exacerbando a crise.

A lógica neoliberal, que promove a eficiência econômica em detrimento do bem-estar coletivo, mostrou-se inadequada para lidar com o momento pandêmico, expondo suas limitações e aprofundando as desigualdades estruturais dentro das instituições de ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação abordou os impactos da austeridade neoliberal na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), com foco no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Neste sentido ela se articula à seguinte situação-problema: a partir da investigação dos impactos da austeridade na instituição, o estudo revelou fatos e dados que remetem à deterioração de suas condições orçamentárias.

A análise crítica da política neoliberal de cortes de gastos sociais e racionalização de recursos, no bojo da Emenda Constitucional nº 95/2016, revelou um aprofundamento da crise que se instaurou no Brasil, destacando como as políticas de austeridade não apenas comprometeram o orçamento institucional, mas também criaram um processo de subjetivação da racionalidade neoliberal, que expandiu a razão econômica para todas as áreas da organização.

A metodologia utilizada na pesquisa permitiu articular diferentes abordagens e instrumentos de forma complementar, possibilitando uma análise aprofundada dos impactos da austeridade sobre o orçamento do CEFET/RJ. A escolha por uma pesquisa quali-quantitativa foi essencial para integrar a análise descritiva de dados orçamentários e a interpretação das narrativas institucionais presentes nos relatórios de gestão. A análise de conteúdo permitiu revelar significados que vão além dos dados explicitados pelos números.

Os quatro índices identificados na análise de conteúdo conectam-se ao referencial teórico sobre neoliberalismo e austeridade e corroboram o cenário apresentado na análise descritiva, oferecendo uma compreensão crítica e integrada da realidade institucional.

A pesquisa evidenciou que a implementação da EC 95/2016 resultou em uma drástica redução de recursos destinados ao CEFET/RJ, refletindo uma lógica de contenção de despesas que se traduziu em descontinuidade de projetos, extinção de postos de trabalho oriundos de contratos de terceirização de mão de obra e escassez de pessoal. O impacto dessa realidade se materializa em dados alarmantes, como: a perda de investimentos em infraestrutura, a diminuição da frequência de pagamento de bolsas de estudo e a restrição de recursos para pesquisa e extensão. Esses fatores, juntos, contribuíram para um cenário onde a instituição se viu forçada a adaptar-se a uma lógica que prioriza a eficiência em todos os aspectos.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, proporcionando uma compreensão ampla sobre como a austeridade moldou as práticas institucionais no CEFET/RJ. Ao integrar a análise dos dados orçamentários com a análise de conteúdo dos relatos institucionais, este

estudo ofereceu uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados pela Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, no contexto atual.

Os achados ressaltam a necessidade de um financiamento adequado e sustentável para garantir que a educação profissional e tecnológica continue a desempenhar seu papel fundamental na formação de profissionais qualificados e na promoção do desenvolvimento socioeconômico do país.

Embora este estudo tenha proporcionado um mapeamento detalhado das consequências da austeridade na RFEPCT, ele apresenta algumas limitações. A análise documental está limitada ao período de 2014 a 2022. Ademais, o estudo focou em um único CEFET/RJ, o que pode limitar a generalização dos resultados para outras instituições federais.

Sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a análise comparativa entre diferentes institutos e universidades federais, bem como investiguem a relação entre austeridade e qualidade acadêmica. A articulação com a sociedade civil também se apresenta como uma via promissora para o enfrentamento do cenário de desmonte, exigindo uma atuação política mais engajada das instituições em defesa de sua autonomia e da educação pública.

As recomendações apresentadas no Relatório Técnico resultante desta dissertação visam inserir a discussão sobre o financiamento educacional na agenda política, propondo um resgate do coletivo e da mobilização da comunidade acadêmica. É fundamental que a sociedade civil e os atores políticos compreendam a importância de fortalecer a educação pública como um direito inalienável, e não como um mero produto de consumo.

Por fim, o trabalho conclui que a luta contra as políticas de austeridade é uma luta em defesa da educação pública e dos direitos sociais. O fortalecimento do CEFET/RJ e de toda a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica é crucial para reverter o quadro de precarização e garantir que a educação cumpra sua função transformadora.

A pesquisa, assim, não apenas contribui para o entendimento dos impactos da austeridade no contexto educacional, mas também se insere em um movimento mais amplo de resistência às práticas que comprometem o futuro da educação e do desenvolvimento social no Brasil. A promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e acessível deve ser uma prioridade, pois é através dela que se pode vislumbrar um futuro mais justo e equitativo para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALFANO, Bruno. **Colégios federais, como CEFET e o Pedro II, sofrem corte de 20% no orçamento; verba só dá até setembro.** Jornal Extra, 2021. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/educacao/colegios-federais-como-cefet-o-pedro-ii-sofrem-corte-de-20-no-orcamento-verba-so-da-ate-setembro-25032618.html>>. Acesso em: 12 set. 2024.
- ALVES JUNIOR, Antonio José. **Esquerda e direita entrelaçadas na austeridade.** Carta Capital, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/observatorio-banco-central/esquerda-e-direita-entrelacadas-na-austeridade/>>. Acesso em: 12 set. 2024.
- ALVES JUNIOR, Antonio; HENSCHER DE LIMA, Claudia; STUDART, Rogerio. **Terraplanismo econômico na Reforma da Previdência. In. Brasil: incertezas e submissão?.** São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2019.
- AMARAL, N. C. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 653–673, 2016. DOI: 10.21573/vol32n32016.70262. Disponível em: <<https://seer.ufirgs.br/index.php/rbpaee/article/view/70262>>. Acesso em: 9 out. 2024.
- ANTUNES, R. (2015). **Fenomenologia da crise brasileira.** Lutas Sociais, 19(35), 9-26.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; BELUZZO, Luiz Gonzaga. **Lula contra a fada da confiança do mercado financeiro.** Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, v. 11, n. 22, p. 28-34, 2022.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **A financeirização do capitalismo e a geração de pobreza,** Cadernos do Desenvolvimento, Ano. 2, n.3 Rio de Janeiro : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007
- BLYTH, Mark. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa.** 2a edição, Editora Autonomia Literária, 2020, São Paulo.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. **Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 out. 2023.
- _____. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Estabelece o Novo Regime Fiscal. Diário Oficial da União, Brasília, 16 dez. 2016.
- _____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 mar. 1964.
- _____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 02 out. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 maio 2000.

_____. **Ministério da Economia.** setembro de 2020. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/governo-economiza-r-1-bilhao-com-trabalho-remoto-de-servidores>>. Acesso em: 20 out. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **L'essence du néolibéralisme.** Le Monde Diplomatique, mar. 1998. Disponível em: < <https://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/3609>>. Acesso em: 02 out. 2023.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Balanco do Plano Nacional de Educação.** São Paulo, 2023. Disponível em: Disponível em: <<https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Balanco-PNE-2023.pdf>>. Acesso em: 30 de setembro de 2024.

CATTANI, A. **Ricos, Podres de Ricos.** Porto Alegre: Tomo, 2018

CEFET/RJ, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2020-2024).** Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: <<http://www.cefet-rj.br/index.php/documentos-institucionais>>. Acesso em: 02 out. 2023.

_____. **CEFET/RJ emite nota conjunta sobre a situação orçamentária das instituições federais de ensino do RJ.** Rio de Janeiro, RJ, 2022. Disponível em: <<https://www.cefet-rj.br/index.php/noticias/7504-cefet-rj-divulga-nota-conjunta-sobre-a-situacao-orcamentaria-das-instituicoes-federais-do-rj>>. Acesso em: 12 set. 2024.

_____. **Nota oficial do CEFET/RJ sobre bloqueios orçamentários.** Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível em: <<https://www.cefet-rj.br/index.php/noticias/4323-nota-oficial-da-direcao-geral-sobre-bloqueios-orcamentarios>>. Acesso em: 12 set. 2024.

_____. **Relatórios de Gestão.** Rio de Janeiro, RJ, 2022. Disponível em: <<https://www.cefet-rj.br/index.php/relatorios-de-gestao>>. Acesso em: 12 set. 2024.

CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. (Ed.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008

CONDE, Ana Flávia Cicero; CARDOSO, Jorge Manoel Mendes; KLIPAN, Marcos Leandro. Panorama da psicodinâmica do trabalho no Brasil entre os anos de 2005 e 2015. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 19-36, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 31 mar. 2023. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120103>.

CONIF. **Orçamento 2017 põe em risco funcionamento das instituições da Rede Federal.** Brasília, 2016. Disponível em: <<https://ifbaiano.edu.br/portal/blog/conif-divulga-nota-sobre-orcamento-2017-das-instituicoes-da-rede-federal/>>. Acesso em: 12 set. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016

DIAS MATHIAS, Bruna. **A relação do trabalho e a saúde do trabalhador: propondo um modelo teórico de investigação a partir do neoliberalismo como patologia social.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense: PROFIAP, 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979)

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Com a colaboração de Rose D. Friedaman; apresentação de Miguel Colasuonno; tradução de Luciana Carli; revisão sobre a edição de 1982 e tradução do prefácio de 1982 de Nestor Deola. São Paulo: Abril Cultural, 1984. - Título original em inglês: *Capitalism and Freedom* de 1962, 1982 – Universidade de Chicago.

FRIEDMAN, Milton. **The Promise of Vouchers**, New Street Journal, 5 December 2005
Reprinted from The Wall Street Journal © 2005 Dow Jones & Company. Disponível em: <https://miltonfriedman.hoover.org/internal/media/dispatcher/214456/full>

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL (2022). **Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental**. Disponível em: <<https://gabinetedatransicao.com.br/wp-content/uploads/2022/12/relatorio-final-da-transicao-de-governo.pdf>>.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas. 4ª edição. 2002.

HAYEK, F. A. (1985). **Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política (Vol.II. A miragem da justiça social)**. São Paulo: Visão.

HARTWICH, Oliver Marc. **Neoliberalism: The genesis of a political swearword**. 2009.

HENSCHER DE LIMA, Cláudia; ALVES JR., Antonio José. **A terapia de choque e a nova onda neoliberal no Brasil**. In: BERCOVICI, Gilberto; SICSÚ, João.; AGUIAR, Renan (orgs.). *Utopias Para Reconstruir o Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2020. p. 85-104.

Krein, J. D., & Colombi, A. P. F.. (2019). **A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário**. Educação & Sociedade, 40(Educ. Soc., 2019 40). <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019223441>

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: A ascensão do capitalismo de desastre** / Naomi Klein; tradução de Vania Cury. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

L.ANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs.). Christophe Dejours: **Da Psicopatologia a Psicodinâmica do Trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004

LANZARA, Arnaldo Provasi; COSTA, Telma Ferreira Farias Teles. **O Brasil e a democracia no início do século XXI: entre a soberania popular e a austeridade**. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, n.123, jul./dez. 2021.

MARIANO, Cynara Monteiro. **Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre**. Revista de investigações constitucionais, v. 4, p.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo: apontamentos**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 415, ago. 2021. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD415.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2024.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, **Orçamentos anuais**. Ministério do Planejamento, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais>>. Acesso em: 12 set. 2024.

MISES, L. (2010). **Ação humana: um tratado de economia** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.

OLIVEIRA, M. S.; COSTA, M. A. **A educação profissional e a Lei nº 13.415 – uma ponte para o passado.** In: COLÓQUIO NACIONAL, 4., Natal, 2017. Anais [...]. Natal: IFRN, 2017.

ONU; BRASIL. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável,** 2016. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 24 de mar de 2024.

PAIVA, A. B., MESQUITA, A. C. S., JACCOUD, L., e PASSOS, L. **O Novo Regime Fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil. Nota Técnica no 27 do IPEA.** Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7267>>. Acesso em: 27 set. 2024.

PMDB. PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro.** Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

QUIGGIN, John. **Zombie economics: how dead ideas still walk among us.** Princeton: Princeton University Press, 2010.

RAMOS, André Paiva; LACERDA, Antonio Corrêa de. **A Emenda Constitucional (EC) 95 e o engodo do “teto dos gastos”.** Lacerda AC, coordenador. O mito da austeridade. São Paulo: Contracorrente, p. 53-77, 2019

ROSSI, P.; DWECK, E.. (2016). **Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação.** Cadernos De Saúde Pública, 32(12), e00194316. <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00194316>>

ROSSI, P. et al. **Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 40, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302019223456>.

ROSSI, Pedro; BRASIL, Jacobin. **Brasil não está quebrado – é a austeridade que sufoca a economia.** Pedro Rossi, 3 fev. 2021. Disponível em: <<https://pedrorossi.org/brasil-nao-esta-quebrado-e-a-austeridade-que-sufoca-a-economia/>>. Acesso em: 20 set. 2024.

RIBEIRO, Milton. **Entrevista concedida ao programa Sem Censura.** TV Brasil, 9 ago. 2021.

SAFATLE, Vladimir (2021). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-como-gestao-do-sofrimento-psiquico/>> Acesso em: 02 mar 2023.

SAUVETRE, P., DARDOT, P. e LAVAL, C. (2020). **Le Neoliberalisme Autoritaire au Miroir du Brésil.** Sens Public. Disponível em: <<http://sens-public.org/articles/1515>>.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politécnia.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B; COSTA, Vanda M. R. **Os tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000

SILVA, Simone; LEHER, Roberto. **A austeridade comprometendo o futuro da universidade pública e sua função social.** Temporalis, v. 24, n. 47, p. 15-34, 2024.

SILVESTRE, A. L.; ÁVILA, F. G. de; SANTOS, F. O.; PEREIRA, C. C. Q. **Cortes orçamentários na educação: uma ameaça à expansão e consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 669–687, 2022.

SINGER, A.; LOUREIRO, I. (2016). Apresentação: **Elementos para uma cartografia do desenvolvimentismo lulista. As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?:** Boitempo, 9-21.

TEMER, Michel. **Discurso na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.** In: XI CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2016, Brasília: CPLP, 2016.

TENÓRIO NETO, J. F.; ERICSON, S. . **"Uma ponte para o futuro": efeitos de sentido do discurso neoliberal no brasil.** Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 409–428, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i3.1739. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1739>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

TREVINO, Ernesto et al. **What Might Happen if School Vouchers and Privatization of Schools Were to Become " Universal" in the US: Learning from a National Test Case-- Chile.** National Education Policy Center, 2018.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo.** Editora contracorrente, 2017.

WHYTE, Jessica. **Economistas neoliberais como Milton Friedman aplaudiram a ditadura de Augusto Pinochet.** Jacobina, 11/09/2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/09/economistas-neoliberais-como-milton-friedman-aplaudiram-a-ditadura-de-augusto-pinochet/> . Acesso em: 19 jan. 2023.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil.** Campinas: Papirus, 1990.

APÊNDICE A - Relatório técnico conclusivo



Universidade
Federal
Fluminense



Recomendações para mitigar os impactos da austeridade no CEFET/RJ

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Rodrigo Martins de Oliveira ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da docente Cláudia Henschel de Lima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Volta Redonda

2024



RECOMENDAÇÕES PARA MITIGAR OS IMPACTOS DA AUSTERIDADE NO CEFET/RJ

RECOMENDAÇÕES PARA MITIGAR OS IMPACTOS DA AUSTERIDADE NO CEFET/RJ

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Rodrigo Martins de Oliveira ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da Professora Doutora Claudia Henschel de Lima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Resumo

03

Contexto e/ou organização e/ou
setor da proposta

04

Público-alvo da proposta

05

Descrição da situação-problema

06

Objetivos da proposta de intervenção

07

Diagnóstico e análise

08

Proposta de intervenção

09

Responsáveis pela proposta de
intervenção e data

15

Referências

16

RESUMO

A implementação da EC 95/2016 e suas consequências para a educação pública revelam os limites das políticas de austeridade no setor educacional. A análise dos dados orçamentários e dos relatórios de gestão da instituição em estudo evidenciou uma redução significativa dos investimentos em áreas essenciais, como infraestrutura e assistência estudantil.

Essa realidade, refletida nas percepções dos atores institucionais, reforça a ideia de um "estado permanente de crise" que afeta não só o funcionamento cotidiano da instituição, mas também sua capacidade de inovar e atender às demandas sociais e educacionais.

Os esforços de racionalização e contenção de despesas demonstram como a lógica neoliberal impôs uma nova subjetividade institucional, pautada pela busca incessante por eficiência e pela adoção de práticas empresariais no âmbito da gestão pública. Essa mudança de paradigma compromete a função social dos institutos e universidades, colocando em risco a produção crítica e a democratização do acesso à educação de qualidade.

O presente relatório é produto do trabalho de dissertação *"Neoliberalismo e Educação: Um Estudo de Caso Sobre o Impacto da Austeridade No Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ"* (Oliveira, 2024) e apresenta recomendações para a mitigação dos impactos das políticas de austeridade na Educação.



As pessoas que, desgostosas e decepcionadas, não querem ouvir falar em política, recusam-se a participar de atividades sociais que possam ter finalidade ou cunho políticos, afastam-se de tudo quanto lembre atividades políticas, mesmo tais pessoas, com seu isolamento e sua recusa, estão fazendo política, pois estão deixando que as coisas fiquem como estão e, portanto, que a política existente continue tal qual é. A apatia social é, pois, uma forma passiva de fazer política. (CHAUI, Marilena. 2000)

CONTEXTO

A ascensão do neoliberalismo, ao longo das últimas décadas, promoveu uma transformação profunda não apenas nas economias, mas também nas formas de sociabilidade e nas estruturas coletivas que sustentam a vida pública.

Diferente de uma mera ideologia econômica, o neoliberalismo constitui um projeto político que visa reformular o próprio tecido social. Um dos principais aspectos desse processo é a destruição metódica da coletividade, substituindo valores solidários por princípios individualistas e mercantilizados.

O neoliberalismo corrói os fundamentos da vida democrática, despolitizando a cidadania e subordinando todas as esferas da vida ao mercado. Essa transformação não apenas limita o poder de ação coletiva, mas também redefine os sujeitos como meros competidores em um jogo econômico. O neoliberalismo não se impõe apenas através de políticas de austeridade, mas também por meio da produção de subjetividades, moldando indivíduos que internalizam a lógica da concorrência e da performance. Nesse sentido, a coletividade não é apenas enfraquecida; ela é sistematicamente desmantelada, visto que a solidariedade e o bem comum são substituídos pela busca incessante de eficiência e sucesso individual, o que provoca um esvaziamento das estruturas simbólicas que fundamentam a vida em comum.

O desmantelamento da coletividade é, na verdade, parte de um projeto mais amplo de desarticulação das formas de resistência; é o enfraquecimento da capacidade dos indivíduos de pensarem coletivamente e de se organizarem contra as forças hegemônicas. O neoliberalismo cria uma sociedade fragmentada, na qual as pessoas se encontram isoladas em suas demandas individuais, incapazes de construir um horizonte político comum.

Deste modo, a asfixia da democracia não é algo incidental, mas é um projeto neoliberal. Anos de ataque multifacetado à vida política democrática geraram uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e uma degradação social em relação a ela (Brown, 2019).

Diante desse cenário, é imperativo reconhecer que a mitigação dos impactos da austeridade não passa apenas por ajustes técnicos e orçamentários. **A resposta a esse desafio precisa incluir a reconstrução da coletividade e a ampliação dos espaços de participação e vida política dentro das instituições.** O fortalecimento do debate democrático, com a criação de fóruns permanentes de discussão sobre a alocação de recursos e a definição das prioridades institucionais, é um passo essencial para reverter o quadro de isolamento imposto pela lógica neoliberal. É necessário que a Instituição retome o protagonismo de sua comunidade acadêmica, envolvendo estudantes, docentes e técnicos em processos decisórios mais amplos e transparentes.

PÚBLICO-ALVO

O público-alvo da proposta é composto:

- Pelos gestores que atuam no nível estratégico da instituição: Além da gestão de recursos financeiros, a eles cabem as linhas de ação para a articulação política institucional.
- Pela comunidade acadêmica: docentes, discentes e técnicos-administrativos, que podem organizar e participar de campanhas de mobilização política, por meio de representação sindical e/ou outras agremiações.
- Por parlamentares e agentes políticos: Deputados, senadores e autoridades responsáveis pela destinação de emendas parlamentares e pela discussão orçamentária.
- Governos Federal, Estadual e Municipal: Ministérios e Secretarias que gerem políticas públicas voltadas à Educação e ao desenvolvimento regional.



DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A partir da investigação dos impactos da austeridade na instituição, o estudo revelou fatos e dados que remetem à deterioração de suas condições orçamentárias.

As significativas limitações verificadas no período em análise deixam grandes desafios a serem enfrentados pela instituição na execução de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O PDI estabelece diretrizes e metas estratégicas para áreas cruciais como ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa; e depende diretamente de recursos financeiros adequados para sua implementação.

Isso inclui desde a manutenção da infraestrutura institucional até o financiamento de pesquisas e programas de extensão.

A falta de recursos leva à diminuição de vagas, cortes de bolsas, e restrição de investimentos em inovação e tecnologia, afetando não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a contribuição social do Cefet/Rj.

A investigação aponta a necessidade de um financiamento mais adequado e sustentado, para que o Cefet/Rj possa cumprir os seus objetivos estratégicos. Ao assegurar os recursos necessários, a instituição pode continuar a desempenhar seu papel essencial na formação de profissionais qualificados e na produção de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.



OBJETIVOS DA PROPOSTA

O objetivo central desta proposta é fazer com que a questão da austeridade na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica ganhe a devida visibilidade, sendo reconhecida como um problema público e prioritário na agenda política.

Isso pode ser alcançado por meio da mobilização de atores estratégicos, articulação política e campanhas que sensibilizem a sociedade sobre a importância de um financiamento adequado e sustentável para as instituições de ensino.



Problemas públicos afetam um número substantivo de pessoas e têm efeitos amplos, incluindo consequências para pessoas que não estão diretamente envolvidas. São também difíceis ou impossíveis de serem resolvidos por meio da ação individual (Anderson, 2011, p. 85, tradução nossa).

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

A análise da situação-problema aponta que o Cefet/Rj depende fortemente de recursos públicos federais, o que o torna vulnerável às flutuações orçamentárias impostas pelas políticas de ajuste fiscal. Nesse ínterim, desenvolver uma maior articulação política pode contribuir para a reversão desse quadro, ao garantir visibilidade suficiente junto a parlamentares e gestores públicos para a formação de uma agenda política que contemple o problema do orçamento.

Os principais desafios identificados incluem:

- **Cortes em Verbas Discricionárias:** Limitação de recursos para a manutenção diária, como pagamento de serviços terceirizados, materiais e laboratórios.
- **Descontinuidade de Projetos de Pesquisa e Extensão:** Projetos fundamentais estão sendo interrompidos por falta de financiamento, prejudicando o desenvolvimento científico e o impacto social da instituição.
- **Fragilidade na Permanência Estudantil:** Programas de bolsas e auxílios estudantis foram reduzidos, o que afeta diretamente os estudantes mais vulneráveis.

A inserção desse problema na agenda política exige uma articulação que envolva toda a comunidade acadêmica e aproveite as janelas de oportunidade disponíveis, como as discussões orçamentárias no Congresso Nacional e momentos de revisão de políticas públicas.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A racionalidade neoliberal fragmenta e isola os indivíduos, enfraquecendo a capacidade de resistência coletiva às políticas de austeridade. Em contrapartida, esta proposta de intervenção baseia-se no resgate do coletivo como estratégia para mobilizar a inclusão do problema na agenda política, reforçando a noção de que a defesa da educação pública é um compromisso de toda a sociedade.

Por meio da construção de argumentos coesos, da articulação política e de uma campanha de comunicação, é possível reverter a lógica individualizante do neoliberalismo e assegurar que o financiamento adequado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica seja tratado como uma prioridade pública e política.

No intuito de oferecer caminhos para a mobilização, visando a formação de uma agenda para mitigar os impactos da austeridade, foram elaborados os cinco passos a seguir, inspirados no ciclo de políticas públicas.



De acordo com Subirats (1989), a limitação de recursos humanos, financeiros, materiais, a falta de tempo, a falta de vontade política ou a falta de pressão popular podem fazer que alguns problemas não permaneçam por muito tempo, ou nem consigam entrar nas agendas.

1º PASSO: ENTRADA NA AGENDA

A entrada na agenda política é quando o problema ganha visibilidade e se torna uma prioridade para os tomadores de decisão. Para que isso aconteça, algumas estratégias de articulação são essenciais:

- **Formação de Coalizões de Apoio:** A articulação com atores políticos e sociais, como parlamentares, , organizações civis e sindicatos, é fundamental para garantir que o problema seja reconhecido no cenário político.
- **Mapear e utilizar as janelas de oportunidade:** Oportunidades surgem em momentos específicos, como crises econômicas, mudanças de governo ou a elaboração do orçamento anual. Esses momentos devem ser aproveitados para destacar o problema da austeridade e propor soluções.

Linha de ação: Abrir canais de diálogo com parlamentares e outros atores políticos para o desenvolvimento de propostas para o fortalecimento da educação pública, organizar encontros e fóruns de discussão para expor o problema orçamentário e sensibilizar os tomadores de decisão.



2º PASSO: FORMULAÇÃO DE ALTERNATIVAS

Uma vez que o problema entra na agenda, é necessário apresentar soluções viáveis. Aqui, a articulação política e o trabalho com atores institucionais são cruciais para desenhar alternativas:

- **Parcerias com órgãos governamentais:** A aproximação com ministérios como o Ministério da Educação, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento e Orçamento, buscando a inclusão do Centro Federal em programas federais de financiamento, pode viabilizar soluções financeiras e operacionais.
- **Apresentação de Propostas de Revisão Orçamentária:** Propor a revisão de como os recursos são distribuídos, considerando a importância do Centro Federal para o desenvolvimento regional.

Linha de ação: Elaborar um documento com propostas de alocação de recursos, utilizando dados que apresentem o impacto social e contribuição econômica da instituição para a comunidade.



3º PASSO: TOMADA DE DECISÃO

A tomada de decisão é um processo de escolha que envolve negociação, interesses conflitantes e limitações práticas. Decisões acertadas podem levar a políticas eficazes que resolvem problemas públicos. Nesse contexto, é importante a realização de um trabalho de convencimento junto aos decisores políticos, para que estes destinem mais recursos para a instituição.

Linha de ação: Para tanto, é importante a participação ativa da comunidade acadêmica nos debates e audiências públicas, assim como nas instâncias de decisão, de modo a acompanhar as políticas orçamentárias e realizar a proposição de emendas que contemplem a instituição. Logo, é essencial manter constante diálogo com parlamentares, ministros e demais atores envolvidos na liberação de recursos.

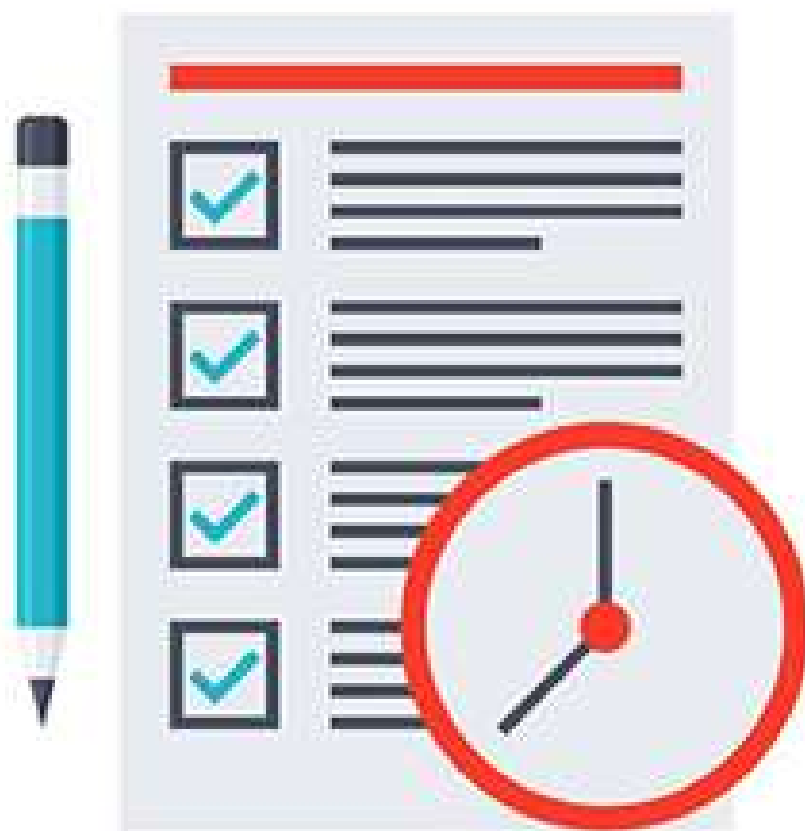
AS	DESCRIÇÃO	VOTAÇÃO EM ANDAMENTO
	Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da EC 126/2022 e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da CF; e altera a LC 101/2000 e a Lei 10.633/2002	SIM 57 NÃO 17 ABSTENÇÃO 0 PRESIDENTE 1 QUORUM 75 Votação Aberta Quorum Qualificado

4º PASSO: IMPLEMENTAÇÃO

Após o processo decisório, nos casos de desfecho positivo na articulação política, é necessário garantir que os recursos sejam efetivamente liberados e utilizados de forma aderente às reivindicações. A implementação deve seguir o planejamento estratégico delineado no 2º passo, formulação de alternativas. Para isso, é importante realizar:

- **Execução Orçamentária Efetiva:** Garantir que os recursos sejam aplicados de forma célere, respeitando os prazos estabelecidos. Para tal, sugere-se a descentralização dos setores de planejamento e de gestão orçamentária – hoje concentrados no campus Sede – para os demais *campi* do sistema.
- **Monitoramento Contínuo:** Acompanhar de perto a implementação das medidas para garantir que os recursos liberados estejam sendo utilizados adequadamente.

Linha de ação: Estabelecer um comitê de acompanhamento, com a participação de gestores, docentes e representantes da comunidade acadêmica, para garantir a boa execução dos recursos.



5º PASSO: AVALIAÇÃO

Por fim, é necessário registrar e avaliar os resultados alcançados com as medidas adotadas, tanto em termos de melhoria na gestão orçamentária quanto no impacto social e acadêmico:

- **Relatórios de Impacto:** Preparar relatórios periódicos que mostrem o impacto positivo da alocação de novos recursos.
- **Feedback da Comunidade:** Envolver a comunidade acadêmica na avaliação, verificando se as ações estão realmente atendendo às suas necessidades.

Linha de ação: Preparar um relatório anual de avaliação de resultados, que em conjunto com os relatórios de gestão, permitirá verificar se houve melhorias em indicadores como infraestrutura, permanência estudantil e na qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.



RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

Rodrigo Martins de Oliveira

Mestrando Profiap UFF
r_martins@id.uff.br

Prof^a. Dra. Claudia Henschel de Lima

Professora Permanente do Profiap UFF
claudialima@id.uff.br

REFERÊNCIAS

ANDERSON, James E. **Public Policymaking**. 7ª ed. Boston: Wadsworth-Cengage Learning, 2011.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir um Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 dez. 2016.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019

CHAUÍ, Marilena. **Um convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

SUBIRATS, J. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la administración**. Madri: Inap, 1989

Discente: Rodrigo Martins de Oliveira

Orientadora: Claudia Henschel de Lima

Universidade Federal Fluminense

Outubro de 2024